



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

ALEXANDRE MIORIM

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
SOBRE PROPOSTA DE CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE
2013**

ALEXANDRE MIORIM

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
SOBRE PROPOSTA DE CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof^a Ilza M. Tourinho Girardi,
Dra.

PORTO ALEGRE

2013

ALEXANDRE MIORIM

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
SOBRE PROPOSTA DE CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DATA DE APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Profª Dra. Maria Berenice da Costa Machado

Profª Cristine Kaufmann

À memória de meu pai, Sidney Francisco Miorim, que se graduou nesta mesma instituição; e à minha mãe, Ivone da Silva Miorim, cuja simplicidade e sabedoria me inspiram todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço quero registrar minha gratidão às diversas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, à professora Ilza Girardi, que desde o início acreditou no projeto e me mostrou os caminhos para desenvolver a pesquisa, além de todo o aprendizado proporcionado por meio das disciplinas de Jornalismo Ambiental, Jornalismo Comunitário e Laboratório de Comunicação Socioambiental. À professora Clary Sapiro, pelas aulas e indicações bibliográficas referentes à Psicologia Social, bem como pelos 'diálogos socráticos', que melhoraram minha argumentação sobre o tema.

Agradeço também a cada colega da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ambiente que contribui, assim como ao Rio Grande do Sul, ao meu próprio desenvolvimento. Destaco Stela Pastore, pela amizade e ensinamentos passados; e Ilza do Canto, pelo incentivo e qualificadas conversas acerca do assunto pesquisado.

Entre tantos amigos que também gostaria de mencionar, deixo meus abraços aos fraternos: Amós Martini, Bruno Martins, Cesar Menezes, Emiliano Maldonado, Iur de Souza, Luis Labres, Oscar Gallas, Wagner Machado, Gabriel Ibarra, Luciana Bênia, Matheus Paireh, Patricia Araujo e Victor Eskinazi.

A partir desses nomes, estendo minha gratidão aos demais professores da Fabico, colegas de curso e familiares.

Resumo

Reivindicação de movimentos sociais e ao mesmo tempo alvo de críticas por parte de setores da sociedade, o debate sobre a criação de conselhos de comunicação ganha crescente importância na esfera pública e no cenário político, merecendo também a atenção do meio acadêmico. O objetivo deste trabalho consistiu em pesquisar que representações sociais foram criadas acerca do projeto de instalação do órgão no Rio Grande do Sul, conduzido pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2012. Primeiramente, são abordadas as definições teóricas sobre conceitos que embasam a proposta, como democratização da comunicação, políticas públicas e conselhos para o setor. Os conteúdos veiculados em jornais impressos sul-rio-grandenses referentes ao projeto constituíram o material analisado para o desenvolvimento da pesquisa. Amparada no aporte teórico-metodológico das representações sociais, a análise de conteúdo se orientou pela busca lexicográfica de categorias como 'democracia', 'censura' e 'liberdade de expressão'. A pesquisa concluiu que construções simbólicas foram ancoradas nos termos categorizados, para desqualificar o projeto de conselho de comunicação no RS, conforme preveem os principais teóricos do tema.

Palavras-chave: Democratização da Comunicação. Políticas públicas. Conselhos de Comunicação. Teoria das Representações Sociais.

Abstract

A social movement claim and at same time the subject to criticism by some sectors of the society, the debate around the creation of communication counsels sees its importance increasing in the public sphere and on the political scene, deserving as much attention from the academia. The goal of this paper was to research which social representations were created alongside the settling project of such body in the state of Rio Grande do Sul, carried out by the Government of the State in the second term of 2012. Firstly, some theoretical definitions on the concepts that support the proposal are reviewed, such as the democratization of communication, public policies, and counsels for the sector. The contents released by the state printed newspapers referring to the project are the material analysed for the development of the research. Supported by the theoretical-methodological inputs of social representations, the content analysis was guided by a lexicographical search on categories like 'democracy', 'censorship', and 'freedom of expression'. The research concluded that symbolical constructs were anchored on the categorized terms, in order to diminish the communication counsel project in RS, just as foreseen by the main theorists in the area.

Keywords: Democratization of Communication. Public Policies. Counsels of Communication. Social Representations Theory.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 – DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	13
3 – POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS	21
4 – CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO E PROPOSTA NO RS	26
5 – CAMINHOS METODOLÓGICOS	32
6 – TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	37
7 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE PROPOSTA NO RS	41
7.1 – Pré-análise	41
7.2 – Descrição analítica	45
7.3 – Interpretação referencial	51
8 – CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	65

1- INTRODUÇÃO

O tema desta monografia atraiu a atenção do pesquisador durante experiência de estágio não obrigatório, para o curso de Jornalismo, na Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) – órgão que integra o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No núcleo de assessoria de imprensa da instituição, foi possível o acompanhamento de parte considerável do processo de discussão e elaboração da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social, bem como o acesso a sua repercussão nos principais veículos de jornalismo impresso sul-rio-grandenses. Ao perceber a existência de um curioso conflito simbólico em torno do assunto, o estudante resolveu investigá-lo por meio de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Paradoxalmente, a proposta de criação do Conselho de Comunicação representa antiga reivindicação de diversos movimentos da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que é alvo de críticas por parte de outros setores. De modo simultâneo, defende-se que a instituição de um conselho composto por representantes de diferentes segmentos poderá contribuir para o processo de democratização da Comunicação Social; e acusa-se o Estado de tentar interferir na atividade jornalística, como uma espécie de órgão censor.

Para além do caso no Rio Grande do Sul, o debate sobre a instalação de conselhos de comunicação recebe crescente importância nas esferas pública e política, merecendo também a atenção do meio acadêmico. No segundo semestre de 2012, a intenção do Governo do Estado de instituir o órgão passou a ser tratada com maior ênfase pela imprensa gaúcha, através de diferentes perspectivas. Diante a divergência de opiniões no que se refere à instituição de conselhos para o campo, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: ‘Que representações sociais foram construídas acerca da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social em jornais do Rio Grande do Sul?’.

Analisar quais construções simbólicas sobre o projeto foram sugeridas em textos publicados em veículos de jornalismo impresso de diversas localidades do estado consiste no objetivo geral desta pesquisa. Constituem os objetivos específicos: verificar qual é a definição teórica de democratização da Comunicação

Social que embasa o projeto de instituição do Conselho; analisar os argumentos contrários e favoráveis presentes em conteúdos opinativos e jornalísticos veiculados na imprensa gaúcha; revisar a Teoria das Representações Sociais; e relacionar esses estudos com o propósito de identificar marcas textuais indicativas de construções simbólicas sobre a proposta de instalação do órgão.

A observação por parte da academia sobre as tensões entre Comunicação, Sociedade e Poder Público é de alta relevância científica e imensurável valor para o bem coletivo, principalmente no que diz respeito à elucidação de aspectos distantes da atenção por parte da população. O estudo em torno de políticas voltadas à Comunicação Social é também pertinente ao discutir qual deve ser o papel do Estado em relação ao setor. A repercussão na imprensa tradicional sobre iniciativas do gênero, da mesma maneira, merece a atenção não só da academia, como da sociedade em geral, por consistir a comunicação em um elemento determinante da vida social contemporânea.

A escolha do tema se justifica ao representar a combinação desses fatores, presentes em um mesmo fenômeno, no momento em que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul conduz o processo de elaboração da proposta de instalação do Conselho Estadual de Comunicação Social e o projeto passa a pautar notícias, reportagens, artigos de colaboradores e textos de colunistas importantes no âmbito do jornalismo impresso gaúcho. Enquanto ocorrem as etapas para a elaboração do texto da minuta da proposta, com a participação de pesquisadores, entidades e movimentos sociais, antes de sua transformação em projeto de lei para apreciação do Poder Legislativo, os meios de comunicação – diretamente envolvidos na possível política pública, no mínimo por pertencerem ao setor – realizam grande parte da mediação entre a iniciativa e o público em geral. Observar como formadores de opinião se manifestaram sobre o assunto em jornais de diversas regiões do estado contribui para se perceber a disposição do segmento em relação a políticas setoriais desse caráter.

Analisar a proposta propriamente dita e a sua relação com autores que defendem a participação do Estado no papel de promotor da Comunicação Social e de sua democratização também se faz importante por investigar a legitimidade da iniciativa, suas causas e sua finalidade. A apuração sobre o que a Constituição Federal e as legislações estaduais dispõem a respeito, bem como a pesquisa sobre

exemplos de políticas públicas semelhantes no país, aumentam o grau de relevância da pesquisa.

Em termos metodológicos, o desenvolvimento da pesquisa se dará por meio da análise de conteúdo em peças textuais que fizeram referência direta à proposta em questão, às luzes da Teoria das Representações Sociais. De acordo com especialistas, essa técnica possibilita a prática investigativa em conteúdos jornalísticos e opinativos, em busca de diferentes formas de trabalhar conceitos, valores, ideologias e objetos sociais. Esse tipo de pesquisa envolve campos além da Comunicação Social, como a Psicologia e a Sociologia. Inter-relacionando áreas do conhecimento humano, a pesquisa tende a qualificar sua precisão no estudo dos fenômenos comunicacionais.

O meio impresso foi escolhido por consistir em referência aos demais suportes, como a televisão, o rádio e a internet. A facilidade para o acesso às páginas, especialmente pelo meio virtual, também favoreceu a opção. O corte temporal da coleta dos materiais corresponde ao período de julho a dezembro de 2012, envolvendo as primeiras coberturas realizadas pela imprensa sul-riograndense sobre a iniciativa governamental. O momento representa as reações instantâneas das empresas de jornalismo diante do desenvolvimento do projeto.

Para alcançar os objetivos propostos, o texto foi estruturado em oito capítulos. No próximo, será apresentada a definição de democratização da Comunicação Social, contextualizada conforme teóricos do tema. O potencial contributivo do Estado em relação ao setor e o valor estratégico de políticas públicas de comunicação serão trabalhados no terceiro capítulo. O quarto fará o encerramento do primeiro eixo organizacional da monografia, direcionando o foco para conselhos de comunicação e o caso da proposta do Rio Grande do Sul. O quinto e o sexto capítulo se dedicam à exposição da metodologia, com abordagens sobre análise de conteúdo e Teoria das Representações Sociais, respectivamente. Os resultados obtidos com a investigação são relatados no sétimo, bem como a interpretação referencial dos mesmos. A oitava etapa corresponde à conclusão da pesquisa.

Apesar de candente recentemente na mídia tradicional, a discussão sobre a criação de conselhos de Comunicação Social é também histórica. Dúvidas e nebulosidades pairam sobre as motivações e intencionalidades desse tipo de órgão, dificultando a compreensão pública sobre a questão. Democratização da Comunicação Social e participação da sociedade no seu debate ou seria

interferência estatal na atividade jornalística e cerceamento da liberdade de imprensa? Com método e investigação, o trabalho científico pode contribuir para o esclarecimento desta temática.

2 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O debate sobre a criação de conselhos de Comunicação Social traz à tona uma discussão mais ampla, a respeito da democratização do setor. Termo presente no texto da proposta de projeto de lei¹ para a instalação do órgão no estado do Rio Grande do Sul, sua definição tem recebido crescente foco acadêmico e consistido em bandeira de luta para diversos movimentos sociais.

A defesa da democratização da comunicação tem como eixo o argumento de que a comunicação deve ser tratada como direito humano fundamental, elementar para o pleno exercício da cidadania e da democracia. Uma sociedade democrática pressupõe a existência de uma estrutura de comunicação social igualmente democrática. De modo simplificado, os cidadãos deveriam estar aptos a romper com a condição de meros receptores no fluxo comunicacional, sendo capazes de adotarem simultaneamente a função de emissores. Ou seja, além da recepção, a possibilidade de emissão de informações ao público também deveria estar garantida aos indivíduos.

Um esboço dessa ideia já havia sido proposto muito antes do debate sobre a democratização da comunicação social ganhar seriedade científica e proporções internacionais, como veremos mais adiante. Na década de 1930, analisando o advento do aparelho radiofônico, o dramaturgo Bertold Brecht, segundo Raimunda Gomes (2007), já questionava a utilização do termo ‘meio de comunicação’, visto que através do mesmo as pessoas não conseguiam de fato se comunicar. A crítica se voltava à aplicabilidade do aparato técnico, que não corresponderia efetivamente a um meio de comunicação, e sim de distribuição, ou transmissão. “Para Brecht, um aparelho que se esgota ao transmitir informações não podia ser considerado um meio de comunicação, pois este prescindia de algo além do acesso” (p.35 e p.36).

A Teoria do Rádio sugere:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e constituir os radio-ouvintes em abastecedores. (BRECHT, 1927 - 1932 apud GOMES, 2005, p. 36)

¹ Em julho de 2013, período de publicação desta monografia, a proposta de PL para a criação do órgão estava concluída, mas ainda não havia sido enviada à Assembleia Legislativa do Estado.

A contribuição do intelectual alemão não se restringe ao aparelho radiofônico, pois sua essência pode ser igualmente aplicada aos demais suportes, a exemplo da televisão, que ao longo das décadas posteriores se consolidou como o principal veículo de comunicação. Sua análise ganha mais veemência e ares visionários quando se considera o seguinte fato. Historicamente, tanto os sistemas de radiodifusão e de telecomunicações se estruturaram pelo mundo de modo centralizado, marcado pela concentração do controle dos meios de comunicação a restritos segmentos da sociedade, privilegiados com a real capacidade de emitir informações ao coletivo.

Considerável conjunto de teóricos propõe a concepção de que o privilégio de comunicar deve ser tratado como direito; e este, garantido a todos os indivíduos e grupos sociais. Mais do que a possibilidade de receber informações de qualidade, de fontes plurais, a capacidade de emitir mensagens ao público também deve estar assegurada, para que o cidadão comum seja sujeito ativo da comunicação, trocando informações e opiniões, sem restrições de qualquer ordem. Isso vai ao encontro do que determina o Artigo 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

Pensada como direito humano fundamental, a Comunicação Social precisaria estar orientada por um fluxo de mão dupla, consistindo em um processo dialógico, acessível e participativo, importante para o desenvolvimento social. Nesse sentido, bases mais equilibradas deveriam condicionar a apropriação dos canais emissores por parte dos diferentes atores sociais, de modo a refletir no campo da produção simbólica a pluralidade de perspectivas existentes na sociedade.

Essa tem sido a linha de argumentação de diversos autores brasileiros que discorrem sobre o tema. A obra *A Igreja e a Democratização da Comunicação*, de Joana Puntel (1994), é analisada por Daniel Cassol (2003), que aponta a dois elementos como fundamentais para a existência de uma comunicação social

democrática: o acesso e a participação. Sobre o texto da pesquisadora, ele interpreta:

Resumidamente, essa condição significa que qualquer pessoa deve ter acesso aos meios de comunicação para informar, ser informado e expressar suas opiniões e, além disso, deve poder participar da elaboração das políticas de comunicação, bem como das decisões sobre o conteúdo e organização dos veículos. Segundo a autora, este processo 'promove um fluxo horizontal de comunicação, de representação do público na elaboração das políticas, de acesso às fontes de informações e de participação nas decisões sobre difusão de conteúdos ou distribuição de informações'. (CASSOL, 2003, p. 34)

Os estudos sobre a história da mídia no Brasil e outros países da América Latina revelam que a apropriação do espaço público da radiodifusão, no entanto, aconteceu de modo antidemocrático, tornando o ato de comunicar um privilégio, e não um direito. A utilização do espectro eletromagnético como meio de distribuição de símbolos em larga escala manteve-se exclusiva a elites e oligarquias hegemônicas durante toda a sua evolução. De acordo com Dênis de Moraes (2011), "as últimas décadas acentuaram o traço histórico de concentração de expressiva parcela de produção e da difusão de dados, sons e imagens nas mãos de um reduzido número de megagrupos." (p.35)

O processo histórico que resultou na consolidação dos monopólios de mídia teve origem na chegada das tecnologias de televisão ao território da América Latina pós-colonial, a partir das décadas de 50 e 60. Conforme Claudionor Damasceno (2012), articulações entre poderes públicos e oligarquias regionais, em associação a redes midiáticas estrangeiras, tornaram possível o desenvolvimento dos sistemas de comunicação no Brasil, sob o controle de poucos grupos empresariais. A partir de escolhas políticas e/ou comerciais de governos, concessões públicas foram entregues a uma parcela restrita da população, cujos contratos foram renovados consecutivamente, sem mecanismos de controle e participação social, transparência ou regulamentação.

Vale lembrar o contexto internacional da Guerra Fria, a influência do Bloco Capitalista e os esforços dos EUA para o domínio mercadológico e simbólico da América Latina. As ditaduras militares que se estabeleceram no continente a partir da década de 1960, a exemplo do Brasil, tiveram influência direta para a monopolização do setor das telecomunicações. Esse processo favoreceu a

formação e a perpetuação de conglomerados de mídia, que mantiveram e ainda mantêm o controle dos veículos radiodifusores no país. (DAMASCENO, 2012)

Sobre os monopólios midiáticos no Brasil, Venício Lima (2001) argumenta que reduzido número de famílias, integrantes ou vinculadas a elites políticas, centraliza a concentração de propriedade em termos de radiodifusão e telecomunicação. Em diferentes publicações, são enumeradas as principais oligarquias familiares que detêm o controle dos meios de comunicação do país.

No cenário nacional, são apontadas as famílias *Marinho*, da Rede Globo; *Saad*, da Bandeirantes; e *Abravanel*, do SBT. Nos mercados regionais, domina a família *Sirotsky*, na Região Sul, com a RBS; na Região Centro-Oeste, destacam-se *Câmara*, com o grupo Anhanguera, e *Zahran*, com a Rede Mato-grossense de Televisão (RMT); no Norte, há a família *Daou*, com a Rede Amazônica de Televisão; e no Nordeste, existe o grupo *Jereissati*, com o Sistema Jangadeiro de Comunicação. Com exceção deste último, que pertence à Bandeirantes, todos aqueles grupos regionais são afiliados da Rede Globo. Na mídia impressa, podem ser mencionadas ainda as famílias Civita, do grupo Abril; Mesquita, de O Estado de São Paulo; Frias, do Grupo Folha de São Paulo; Martinez, da rede CNT; e Levy, da Gazeta Mercantil. (LIMA, 2001)

Mesmo que alguns nomes variem nas diferentes relações dos grupos que controlam a mídia no Brasil, sabe-se que representam uma parcela muito restrita da população, o que dificulta a possibilidade de participação por parte dos demais setores da sociedade no que diz respeito ao campo da Comunicação Social. Nesse sentido, Paulo Liedtke (2007) complementa:

Independente da fonte e do ano da pesquisa, os dados apresentados demonstram uma íntima relação entre políticos e a mídia. Quando não são proprietários de veículos de comunicação, os políticos evitam conflito com os empresários do ramo para não prejudicar a visibilidade pública de seus mandatos. Portanto, este histórico quadro, que prevalece no Brasil, dificulta políticas públicas de comunicação que contrariam os interesses daqueles que dominam o setor, minimizando a participação da sociedade civil na radiodifusão. (p.449)

A monopolização do espaço eletromagnético gera implicações diretas na vida social, afetando relações de comunicação, poder e cidadania. A soberania popular das sociedades contemporâneas depende de uma mídia democrática, na qual seja possível uma circulação mais equilibrada de bens simbólicos. Além do acesso, a

pluralidade de forças sociais inerentes à esfera pública deveria estar apta a participar da comunicação social. De acordo com Lima (2006), a diversidade na representação dos distintos interesses da sociedade não está presente no sistema midiático, devido a sua concentração histórica. O autor descreve que o processo pelo qual se desenvolveu a estrutura comunicacional brasileira remete a um cenário que “restringe a concorrência, vale dizer, a pluralidade de proprietários e conseqüentemente aumenta os riscos de maior controle do conteúdo, isto é, de menos diversidade” (p. 13).

Especialista no tema, o jornalista e sociólogo ainda argumenta:

As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão); pela concentração da propriedade — em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada — e a vinculação dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais, são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia e, portanto, a realização da nossa plena cidadania política. (LIMA, 2006, p. 16)

Oficialmente, a interpretação de que a comunicação deve ser tratada como um direito humano surge como discurso político-ideológico no Órgão das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1969, a necessidade de um novo tópico na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi postulada pelo francês Jean D’Arcy, então Diretor dos Serviços Visuais e de Rádio no Escritório de Informação Pública da ONU. Seu trabalho, intitulado *Les droits de l’Homme à Communiquer*, trouxe contribuições importantes para “o debate sobre a necessidade de novas legislações que atendessem a uma conjuntura em que a indústria da comunicação de massa era dominante.” (DAMASCENO, 2012, p.60)

Os problemas da verticalidade no fluxo de bens simbólicos na esfera internacional, em termos de informação, conhecimento, artes, valores, crenças, modos de vida, tornaram-se preocupações no âmbito da Unesco. Para agravar o contexto da época, a expansão dos conglomerados de mídia acontecia paralelamente à intensa modernização das tecnologias de informação e comunicação e à exponencial popularização das mesmas. As possíveis conseqüências da não-efetivação do direito de comunicar e a necessidade de democratização da comunicação se transformaram em reivindicações, em especial por parte dos países periféricos.

Esse período em que as discussões sobre a universalização do direito humano de comunicar ganharam evidente importância, a ponto de pautarem reuniões do órgão das Nações Unidas, é relatado por Gomes (2005):

O tema da comunicação é introduzido nos debates como uma questão de direitos humanos. Especialistas do mundo, solicitados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o organismo da ONU responsável por conduzir os debates, passam a estudar uma definição sobre o direito à comunicação, ou o direito de comunicar, as duas expressões mais usadas à época. (p.44)

Os empreendimentos em definir o conceito de direito à comunicação resultaram na publicação *Um Mundo e Muitas Vozes*, de 1980, também conhecida como *Relatório McBride*. A importância de um maior equilíbrio na dinâmica comunicacional entre as grandes potências e os países então classificados como 'de terceiro mundo' foi a exigência central do documento, que propõe uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação. (DAMASCENO, 2012)

Identificado como referência para os teóricos da democratização da comunicação, o *Relatório McBride* critica a concentração midiática dos fluxos comunicacionais, apontando que, na esfera internacional, as informações percorrem em apenas um sentido: das potências aos países periféricos. A unicidade do fluxo nas direções Norte-Sul e Oeste-Leste evidenciaria a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia. A exclusão midiática de grupos e forças sociais diversas e as desigualdades regionais tecnológicas também são disfunções abordadas.

Em outras palavras, implica uma mudança de perspectiva. Sem dúvida se requer uma informação mais abundante, procedente de uma pluralidade de fontes, mas se não houver possibilidades de reciprocidade, a comunicação não será realmente democrática. Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade. (UNESCO, 1983 apud CASSOL, 2002, p.35)

As críticas constantes em *Um Mundo e Muitas Vozes* sobre o modo como se estruturaram os sistemas de comunicação ao redor do globo causaram, contudo,

reações por parte dos monopólios midiáticos e das nações hegemônicas. Os princípios em defesa da pluralidade de fontes e identidades culturais, inclusão midiática e fluxo mais equilibrado de informação chocavam-se diretamente com os interesses dos conglomerados de mídia e dos governos dos países 'de primeiro mundo'. Durante o período da Guerra Fria, as potências neoliberais retiraram-se das discussões alegando a defesa do 'livre fluxo da informação' e da 'liberdade de imprensa'. (DAMASCENO, 2012)

Apesar de terem sido interditas pelos países hegemônicos no âmbito da ONU, os debates sobre a democratização da comunicação, o direito de comunicar e a utopia de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação se converteram em ideais perseguidos por diversos movimentos sociais ao redor do globo. No Brasil, o debate emerge principalmente no período de redemocratização do país, em meados da década de 1980. Jornalistas, professores, estudantes de comunicação, juristas, religiosos, entre outros, articularam-se em movimentos e entidades para exigir uma política democrática de comunicação.

As assimetrias geradas pelo modo como se estruturou a radiodifusão e a telecomunicação, especialmente nos países de terceiro mundo, motivou o surgimento de correntes ideológicas e movimentos sociais diversos, de luta e de formulação teórica, contra a monopolização do campo da produção simbólica e em defesa do direito à comunicação. "O sentimento geral de que os sistemas de comunicação deveriam e devem ser transformados foi [...] assumindo o caráter de luta pelo que se convencionou chamar 'democratização da comunicação'." (CASSOL, 2002, p.11 e p.12)

Com o apoio de outros setores da sociedade civil, foi organizada, em 1984, a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), reunindo profissionais, pesquisadores, sindicalistas e parlamentares. A criação dessa entidade marca a origem da luta de modo organizado e institucional, pela democratização da comunicação no país. A ocultação por parte da Rede Globo sobre a campanha 'Diretas Já' teria sido o estopim para o surgimento do movimento. A formação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), em 1991, representou o fortalecimento da causa, ao congregar um número significativo de entidades que até então lutavam de modo disperso. (CASSOL, 2002)

Embora exista o engajamento da sociedade civil organizada, a concepção de uma Comunicação Social efetivamente democrática ainda parece distante da

realidade brasileira. Como superar assimetrias e desproporções consolidadas verticalmente na estrutura comunicacional do país? E como garantir a universalização do direito de comunicar, em um cenário historicamente excludente? Classificando a democratização da comunicação como um processo, especialistas do tema identificam a responsabilidade do Estado para a sua indução.

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

A Comunicação Social consiste em elemento-chave para a consolidação e o amadurecimento da democracia nas sociedades contemporâneas. O papel dos meios de comunicação recebe cada vez mais importância nesse sentido, em função de sua responsabilidade na mediação entre eventos da esfera pública e a percepção por parte da população, tanto na efetivação dos direitos humanos, como na promoção das práticas cidadãs. Cada vez mais, essa compreensão é assimilada por estudiosos que se posicionam a favor da democratização do poder simbólico.

De acordo com as reivindicações dos movimentos sociais ligados à causa, bem como as argumentações de teóricos do tema, o processo de democratização da comunicação social não acontece espontaneamente, mas precisa ser induzido pelo poder público. O Estado deve ser fomentador de uma dinâmica comunicacional mais equilibrada, visando garantir o direito humano de comunicar, em um ambiente consolidado de modo antidemocrático, como vimos no capítulo anterior. Tornam-se pertinentes, portanto, os esforços conjuntos entre sociedade civil e governos para a execução de políticas públicas que estejam voltadas à democratização da comunicação social.

Há uma série de coincidências nos modos de repensar a atuação do Estado, a começar pelo entendimento de que as questões comunicacionais dizem respeito, na maioria das vezes, aos interesses coletivos. Não podem cingir-se a vontades particulares ou corporativas, pois envolvem múltiplos pontos de vista. Cabe ao Estado um papel regulador, harmonizando anseios e zelando pelos direitos à informação e à diversidade cultural. Também existe consenso quanto à importância de se repor o papel do Estado como articulador e gestor de plataformas de comunicação e como fomentador de espaços autônomos de expressão no seio da sociedade civil, evitando-se que os canais informativos e de entretenimento fiquem concentrados no setor privado. (MORAES, 2011, p. 63)

Entendendo a comunicação como um bem social, Dênis de Moraes argumenta que o poder público deve exercer um papel regulador, tornando as bases da comunicação mais equilibradas. Apenas desse modo, a possibilidade de comunicar, de fazer circular livremente informações e opiniões plurais no campo simbólico, poderia ser efetivada como um direito humano, garantido ao grande público. A participação do Estado e a incidência deste no campo da comunicação social não significam necessariamente o cerceamento da imprensa ou o

monitoramento da atividade jornalística, a exemplo do que vivenciou a sociedade brasileira durante a ditadura militar.

A relação entre o poder público e a mídia pode se tornar saudável, se estiver ancorada em preceitos da Democracia e orientada em favor das necessidades da sociedade. Por meio de políticas de comunicação, seria possível atender os anseios de diversos atores que compõem a pluralidade social e os segmentos do setor. A mídia comunitária, os produtores independentes, a comunicação pública e público-estatal, os pequenos empresários da comunicação, os jornais e as rádios de interior não pertencentes aos aglomerados, os periódicos de bairros, a comunicação de movimentos sociais e organizações não governamentais, os grupos alternativos, representantes da blogosfera, entre outros, suplicam por uma série de demandas elementares para as suas sobrevivências em um ambiente dominado pelos grandes grupos midiáticos de atuação monopolista.

No que diz respeito a políticas de comunicação social e o papel do Estado em relação aos meios de comunicação, Gomes (2007) descreve que o termo 'política' pode representar uma ação organizada por um grupo social para atingir determinadas finalidades, no caso, no campo da mídia. De acordo com o autor, essas políticas de comunicação social podem ser estatais, privadas ou públicas.

A primeira categoria abarca as políticas que são estabelecidas por governos para normatizar a atuação estatal e da sociedade na comunicação. Dessa forma, o Estado é capaz de intervir diretamente no sistema midiático, de modo a apropriar-se da utilização dos meios radiofônicos e televisivos, monopolizando o setor. O período do regime militar brasileiro, com as intervenções diretas na comunicação social, gerou aspectos importantes ao debate sobre o controle estatal imposto à mídia. A vedação do direito de opinião, o controle da mídia e a instituição da censura no país, além da utilização dos meios de comunicação por parte dos militares como estratégia para a integração e segurança nacional, são alguns exemplos.

A política privada, por sua vez, é exercida para atender aos interesses dos grupos privados responsáveis pela exploração dos meios de comunicação. Seguindo a lógica dos princípios liberais, tais grupos exigem que o Estado se retire do campo da comunicação, defendendo a autorregulação do setor. Pressões para uma legislação cada vez mais liberal, que permita a privatização total da área e favoreça a expansão dos monopólios e aglomerados de mídia, são os objetivos de políticas desse caráter. As faltas de transparência, acesso e participação e a

ausência de controle público, assim como o não envolvimento da população nos processos decisórios referentes ao sistema comunicacional, consistem em características desse modelo.

Predominantes no território latino-americano, tanto as políticas estatais como as privadas impossibilitam que a sociedade civil participe de suas formulações. Para a execução de ambas, as decisões cabem ao Estado, que em geral privilegia os interesses de elites em relação a políticas setoriais. Nesse cenário de exclusão, surgiu a luta de movimentos sociais por políticas de comunicação social como um projeto que envolva a esfera popular.

As organizações de mídia no país desenvolveram-se a partir de intimidades com o poder, onde as políticas públicas de comunicação e a distribuição de concessões de rádio e televisão foram utilizadas com critérios políticos, restringindo a participação da sociedade civil. Isto somado a crescente desregulamentação do setor, seguindo a tendência internacional do neoliberalismo, proporcionou uma concentração de propriedade sobre meios de comunicação, limitando uma efetiva democratização da comunicação no território nacional. (LIEDTKE, 2007, p. 434-435)

O terceiro tipo de políticas corresponde àquelas que exigem os movimentos pela democratização da comunicação social: as políticas públicas. Apesar de prescindirem da indução do Estado, elas devem estar voltadas à sociedade civil e sua pluralidade, de modo que os diferentes segmentos sociais tenham condições de participação e influência direta no processo de suas formulações. Ainda de acordo com Paulo Liedtke (2007), “o Estado apenas regulamenta o mínimo, deixando que organizações tenham acesso e controlem o uso dos meios de comunicação social”. (p.436)

Por meio de políticas públicas, o poder público pode ser capaz de amenizar desequilíbrios históricos, resultantes do modo como se deu o processo de consolidação do sistema midiático no país. Zelar pela garantia do direito à comunicação aos diferentes atores sociais, para além daqueles que já o desfrutam, deve ser a diretriz de iniciativas governamentais direcionadas à Comunicação Social. É necessário, porém, que o Estado esteja em sintonia com as demandas dos grupos excluídos e marginalizados do campo simbólico, de maneira a conseguir contemplar os diferentes anseios dos segmentos que compõem o setor e os diversos setores da sociedade civil.

Tendo em vista que a comunicação é um bem social, esta deveria ter o envolvimento da sociedade para a sua discussão, a definição de seus rumos e os processos decisórios que dizem respeito à mídia. A própria qualidade informativa, a diversidade de fontes, a inclusão de grupos que ainda não têm o acesso, a apropriação das novas tecnologias pela população, a liberdade de informação, a liberdade de expressão e a livre circulação das opiniões inerentes às diversas forças sociais, entre outros, são fatores que deveriam ter a influência direta da sociedade para as suas garantias.

Assim como outros temas de importância para a sociedade civil, como a saúde, a educação, a segurança, a economia, o desemprego, entre outros, a Comunicação Social também deveria integrar a agenda pública. No entanto, são escassos os momentos em que a mídia promove o debate sobre ela mesma. Políticas públicas orientadas como mecanismos que propiciem a reflexão sobre o tema, por conseguinte, fazem-se importantes. A comunicação deve ser inserida no debate cotidiano, pois consiste em elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática. (LIEDTKE, 2007)

Sobre a diferença entre as políticas privadas e as públicas, Dênis de Moraes complementa:

A pluralização da comunicação depende, entre outros requisitos, do convencimento social sobre a necessidade de espaços mais livres de informação e opinião e, principalmente, de políticas públicas que promovam a diversificação de fontes emissoras e a multiplicação dos pontos de vista. A ênfase nas políticas públicas tem a ver com a busca de uma perspectiva comunicacional e cultural democrática e igualitária, em contraposição às políticas privadas que se assentam no primado da rentabilidade e do acúmulo de riqueza. (MORAES, 2011, p. 49)

Políticas efetivamente públicas de comunicação, que sejam capazes de contemplar a pluralidade e a diversidade cultural da sociedade, dependem do real envolvimento dos diversos atores sociais. Para tanto, de alguma forma, os diferentes grupos devem participar dos processos de discussão, de elaboração e de acompanhamento de estratégias que objetivem a democratização da comunicação social e do seu acesso.

Como gerar um ambiente adequado para o debate sobre a comunicação, onde os diferentes segmentos tenham a mesma possibilidade de manifestar suas perspectivas? Como que o Estado poderá identificar as necessidades dos grupos

excluídos para poder atender suas demandas e tentar promover a sua inclusão? Para estabelecer o caráter público no processo de formulação de políticas de comunicação, a Constituição Federal e diversas legislações estaduais preveem, bem como movimentos pela democratização da comunicação reivindicam, a criação de conselhos para o setor.

4 – CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO E PROPOSTA NO RS

A participação da sociedade na formulação de políticas públicas é fundamental não só para a legitimação das mesmas, como para a sua efetividade. Mecanismos capazes de proporcionar o diálogo social e envolver a esfera pública nos processos decisórios referentes ao campo da comunicação fazem parte das demandas dos movimentos em defesa da democratização da mídia. Nesse sentido, tornou-se histórico o debate sobre a criação de conselhos, compostos pelos diferentes segmentos que integram o setor, para a discussão de temas relacionados à comunicação social.

Um marco significativo sobre o assunto ocorreu na 1ª Conferência Nacional da Comunicação (I Confecom), realizada pelo Governo Federal, em 2009, através do Ministério das Comunicações, em Brasília. Entre as principais reivindicações aprovadas oficialmente pelos participantes, constou unânime a exigência de instalação de conselhos setoriais, nos âmbitos federal, estadual e municipal. É importante considerar a plural representação que teve a Conferência, reunindo jornalistas, publicitários, relações públicas, entidades de classe, movimentos sociais e empresários, assim como o seu processo de realização, que envolveu diversas etapas regionais antecipatórias.

O caderno oficial de encaminhamentos da I Confecom formaliza:

PL 712 [...] Proposta: Criação de Conselhos de Comunicação nos âmbitos federal, estadual e municipal de caráter paritário com membros eleitos e estrutura de funcionamento para que possa acompanhar a execução das políticas públicas, que garantam o exercício pleno do direito humano à Comunicação. Entre suas atribuições, deve constar a regulação de conteúdo, políticas de concessões, mecanismos de distribuição, dentre outras. [...] Origem: RS. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2013, p. 188)

Anterior à Conferência, porém, a Constituição Federal já prevê desde 1988 a existência do Conselho Nacional de Comunicação, vinculado ao Congresso Nacional, conforme consta no Artigo 224, no *Capítulo V - Da Comunicação Social*. O órgão teria caráter deliberativo acerca das outorgas e seria composto por entidades da sociedade civil, partidos e governo, conforme seu texto original. Contudo, teve que sofrer alterações significativas para ser aprovado, resultando em um órgão

consultivo, com pouco poder de influência, o que frustrou os movimentos de luta pela democratização da comunicação. (LIMA, 2013c)

Instituído por Lei em 1991, foi renominado Conselho de Comunicação Social e instalado efetivamente somente em 2002, enfrentando dificuldades e entraves, além da resistência por parte das empresas. Funcionou até 2006, permaneceu inativo durante sete anos antes de ser reativado em 2012. A forma como ocorreu a reativação foi criticada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom), por não ter sido envolvida a sociedade no processo de escolha dos membros e no encaminhamento de sua eleição. (LIMA, 2013c)

Com base na Constituição Federal, legislações estaduais também se referem a conselhos para o setor. Segundo artigo de Venício Lima (2013b) publicado em Observatório da Imprensa, conselhos são previstos em ao menos 12 estados da federação e mais a lei orgânica do Distrito Federal. Apesar de algumas diferenças entre si e em relação à proposta da I Confecom, remetem a coletivos plurais, com representações diversas, para assessorar o Poder Executivo no planejamento e na execução de políticas públicas estaduais de comunicação, bem como apoiar as instâncias federais na implementação dos princípios da Carta Magna. Trata-se de uma espécie de colegiado para a Comunicação Social, a exemplo dos também previstos para outras áreas relacionadas aos direitos fundamentais, como Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura.

No território brasileiro, até julho de 2013, o único Estado a possuir conselho de comunicação é a Bahia. Previsto na Constituição Estadual de 1989, o órgão foi instalado em janeiro de 2012, quando o Projeto de Lei 19.100/2011 do Executivo foi aprovado na Assembleia Legislativa. O Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia tem caráter consultivo e deliberativo, é composto por 27 membros, com representantes do poder público, empresas do setor e entidades do movimento social organizado. (LIMA, 2013a)

O site oficial do órgão baiano apresenta uma lista com 18 competências, entre elas: formular e acompanhar a execução da Política de Comunicação Social do Estado e desenvolver canais institucionais e democráticos de comunicação permanente com a sociedade baiana; formular propostas que contemplem o cumprimento do disposto nos capítulos referentes à comunicação social das

Constituições Federal e Estadual; propor medidas que visem o aperfeiçoamento de uma política estadual de comunicação social, com base nos princípios democráticos e na comunicação como direito fundamental, estimulando o acesso, a produção e a difusão da informação de interesse coletivo; e participar da elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Comunicação Social, bem como acompanhar a sua execução.

Ao contrário do êxito na Bahia, outro episódio que merece destaque no histórico brasileiro sobre conselhos estaduais de comunicação é a experiência do Ceará. Em 2010 uma proposta de criação do órgão chegou a ser aprovada na Assembleia Legislativa, mas não foi acolhida pelo Executivo estadual. A recusa, que conforme militantes foi influenciada por pressões de empresários que dominam o setor, foi objeto de repúdio por parte de movimentos da sociedade civil organizada. A indignação foi registrada em documento emitido pela Fenaj intitulado *Manifesto em defesa do Conselho de Comunicação Social e da democracia* (FENAJ, 2013).

O texto menciona tentativas de setores conservadores da sociedade de deslegitimar a proposta de instalação do Conselho. Assinado por mais de 70 entidades, o Manifesto do Ceará é considerado também um marco na luta pela criação de organismos democráticos na área da comunicação, pois teria desencadeado iniciativas mais consistentes em outros estados para projetos semelhantes.

Como já descrito, o Estado do Rio Grande do Sul tem previsto em sua Constituição Estadual, de 1989, um conselho para o setor. A referência está na *Seção V – Da Comunicação Social*, onde o Artigo 238 constitucionaliza a criação de um conselho estadual de Comunicação Social:

Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado, às fundações instituídas pelo Poder Público ou a quaisquer entidades sujeitas, direta ou indiretamente, ao controle econômico estatal serão utilizados de modo a salvaguardar sua independência perante o Governo Estadual e demais Poderes Públicos, e a assegurar a possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião.

Parágrafo único - Para os efeitos do disposto neste artigo, cada órgão de comunicação social do Estado será orientado pelo Conselho de Comunicação Social, composto por representantes da Assembléia Legislativa, Universidades, órgãos culturais e de educação do Estado e do Município, bem como da sociedade civil e dos servidores, nos termos dos respectivos estatutos. (RIO GRANDE DO SUL, 1989)

Reivindicação de movimentos sociais, sindicatos e pesquisadores do campo, o órgão gaúcho permanece, há décadas, inexistente. Durante o processo eleitoral de 2010, constou no programa de governo da coligação *Unidade Popular pelo Rio Grande*, encabeçada pelo então candidato Tarso Genro (PT) – projeto eleito ao executivo estadual –, a proposta de instituir um conselho para o setor. O item *Por uma Comunicação Pública, Democrática e de Qualidade* compromete-se com a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social (CECS). De acordo com o texto da cartilha, “o CECS deverá ter caráter independente e ser responsável pela elaboração de ações e diretrizes fundamentais em relação às políticas públicas de comunicação social e inclusão digital do Estado” (UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010).

No segundo semestre de 2012, ganharam espaço na mídia tradicional gaúcha as movimentações do Governo do Estado para criar o Conselho de Comunicação no Rio Grande do Sul. A proposta foi elaborada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), organismo consultivo e de assessoramento ao Governo do Estado que integra o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã. De acordo com notícias veiculadas no site do órgão (informação pessoal)², as diretrizes da proposta foram debatidas, durante 2011, em reuniões da Câmara Temática Cultura e Comunicação, das quais participaram conselheiros da sociedade civil, representações de movimentos sociais e entidades, membros do governo e especialistas convidados. Em dezembro do mesmo ano, a proposta foi aprovada pelo CDES-RS, que encaminhou a formação de um grupo de trabalho com representantes dos diferentes segmentos do setor, designado a construir o texto da minuta do projeto.

O grupo foi composto por representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço RS), Associação dos Jornais do Interior do rio Grande do Sul (ADJORI/RS), Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Associação Riograndense de Propaganda (ARP), Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), Internet Sul e Fundação Cultural Piratini. Importante citar as participações de Celso Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Maria Nunes, presidente do Sindicato dos Jornalistas do RS, Christa Berger e Maria Helena Weber, professoras

² O pesquisador acompanhou profissionalmente as etapas do processo de formulação da proposta e contribuiu na elaboração dos conteúdos veiculados no site www.cdes.rs.gov.br sobre o tema.

e pesquisadoras acadêmicas. As empresas RBS, Record, Bandeirantes, Jornal do Comércio, Grupo Sinos e Rede Pampa foram convidadas, mas não participaram do grupo de trabalho.

Depois de uma série de reuniões para a elaboração do texto-base do projeto de lei, o resultado foi entregue ao chefe do Executivo gaúcho. Um processo de consulta pública pela internet ainda foi realizado, por meio da ferramenta de participação virtual do Governo do Estado, o 'Gabinete Digital', reunindo contribuições da sociedade civil sobre a proposta de criação do Conselho de Comunicação Social. Em janeiro de 2013, o texto retornou ao CDES-RS, onde foi finalizado. Até julho desse mesmo ano, o projeto de lei para a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social no Rio Grande do Sul ainda não havia sido enviado à Assembleia Legislativa do Estado. (informação pessoal) ³

De acordo com o texto da minuta do PL (CDES-RS, 2013), o Conselho de Comunicação deverá ter caráter de instância pública independente, composta por representantes da sociedade civil, consistindo em órgão consultivo, de assessoramento e aconselhamento do Poder Executivo. O Conselho será vinculado ao Gabinete do Governador, que deverá garantir o suporte operacional de suas atividades. Será responsável por propor orientações ao Governo do Estado, na observância do regime jurídico referente à comunicação social, e estimular políticas públicas de comunicação, bem como o exercício pleno da liberdade de informação. O Conselho de Comunicação “buscará a promoção da transparência pública e a produção de políticas de democratização e do acesso à comunicação no Estado do Rio Grande do Sul” (p. 1).

Conforme o documento, os objetivos do órgão serão: estimular políticas públicas de comunicação, bem como o exercício pleno da liberdade de informação no estado; contribuir para a definição das políticas de comunicação a serem implementadas pela administração estadual, bem como promover a transparência no uso dos recursos públicos destinados à publicidade governamental; promover o debate permanente na sociedade sobre os temas relacionados à comunicação social; e traçar diretrizes que orientem programas destinados à promoção de uma cultura de paz e de enfrentamento à violência nos órgãos de comunicação de natureza público-estatal do RS. (CDES-RS, 2013)

³ Vide nota ²

Apesar do apoio de diversas entidades, teóricos, militantes pela democratização da mídia e personalidades referenciais nos estudos da Comunicação Social, a proposta ainda enfrenta resistências por parte de alguns setores que a interpretam com outra perspectiva, conforme veremos posteriormente.

5 – CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com as realizações das pesquisas bibliográficas sobre os conceitos de democratização da comunicação e direito de comunicar, do levantamento teórico sobre políticas públicas de comunicação e participação do Estado no setor, bem como da análise documental de conteúdos relacionados a conselhos de comunicação e a proposta no RS, esta monografia conclui seu primeiro eixo organizacional. A segunda etapa volta-se à apresentação dos percursos metodológicos escolhidos, suas justificativas, a descrição de sua aplicação e, finalmente, os resultados obtidos.

Nesta pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo amparada na Teoria das Representações Sociais como aporte teórico-metodológico. A opção foi feita por acreditar-se que a combinação desses dois recursos possibilita a prática investigativa em conteúdos jornalísticos e opinativos, para a busca de diferentes formas de trabalhar conceitos, valores, perspectivas ideológicas e fenômenos sociais. Resumidamente, a técnica consiste na análise sistemática de materiais textuais, enquanto indicadores da existência de construções simbólicas sobre determinado objeto.

Antes de ser explicada a conceituação de representações sociais pelo ponto de vista da Psicologia Social, cabe destacar que a análise de conteúdo é amplamente empregada em diversos ramos das ciências sociais empíricas, com grande utilidade na pesquisa jornalística. Segundo estudiosos da técnica, a análise de conteúdo da mídia, em especial, contribui para se entender um pouco sobre quem produz e quem recebe a informação e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens. (HERSCOVITZ, 2007)

Consiste em uma técnica de pesquisa que permite se trabalhar com objetividade e precisão em materiais textuais sobre determinados temas. Por meio da sistematização de elementos constantes no texto, é possível realizar inferências lógicas de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. Com base em critérios pré-definidos pelo pesquisador, palavras, frases e parágrafos podem ser processados como categorias, tanto no plano quantitativo como no qualitativo.

Sobre a análise de conteúdo jornalística, Heloiza Herscovitz sugere a seguinte definição:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127)

A análise de conteúdo possibilita compreender a construção simbólica exteriorizada por atores sociais em seu discurso. Essa técnica privilegia o estudo de formas oral e escrita de comunicação, mas não exclui outros meios. Toda comunicação que transmite significações, de um emissor para um receptor, pode servir de objeto da análise de conteúdo. De acordo com Godoy (1995 apud SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2004), a aplicação desse recurso “parte do pressuposto que por trás do discurso aparente, esconde-se um outro sentido que convém descobrir” (p.74).

Bardin (1994), no clássico *Análise de Conteúdo*, explica que essa metodologia tem duas funções, que podem estar associadas ou não. Em primeiro lugar, proporciona o aprimoramento da exploração, bem como amplia a propensão de descoberta. Paralelamente, é possível fazer com que hipóteses anteriores à pesquisa sirvam de diretrizes para a sua execução, buscando suas confirmações ou negações. Combinada à Teoria das Representações Sociais, a análise de conteúdo busca identificar marcas textuais capazes de induzir a formação de construções simbólicas sobre determinado objeto por parte do receptor da mensagem.

Cada pesquisador tem liberdade para elaborar seu próprio referencial de análise conforme as especificidades de sua pesquisa. Entretanto, alguns autores propõem formas de se aplicar a técnica da análise de conteúdo, ressaltando a necessidade de se estabelecer critérios anteriores e clareza aos procedimentos adotados. Bardin (1994) sugere três etapas básicas para a execução da análise de conteúdo.

Na ‘pré-análise’, a pesquisa deve ser esquematizada com precisão, definindo-se os processos a serem seguidos. Isso envolve desde a organização do material coletado, bem como a consulta bibliográfica para melhor se compreender o objeto em investigação. Na ‘descrição analítica’, cumprem-se as decisões tomadas na pré-

análise, investigando os conteúdos com profundidade. Nesse momento, a pesquisa é orientada por hipóteses ou questionamentos realizados e pelo referencial teórico estudado anteriormente. Buscam-se identificar quadros referenciais, capazes de indicar posições diversas, diferentes, semelhantes, convergentes e/ou antagônicas. Por último, na 'interpretação referencial', realiza-se o tratamento dos resultados brutos, com o objetivo de torná-los significativos. Nessa etapa é efetuada a análise propriamente dita, na qual são feitas relações entre os elementos identificados nos conteúdos e os conceitos trabalhados bibliograficamente.

Também é importante destacar que, independente do método de codificação ou mensuração, e por maior rigor ou coerência que este tenha, os resultados constituirão apenas o mapeamento de tendências e intenções. De acordo com Herscovitz (2007), a realidade não pode ser compreendida através somente da análise de textos, símbolos, sons e imagens. A autora ainda pondera: "O analista de conteúdo não tem nenhum efeito sobre o objeto de estudo no sentido de que não pode modificá-lo, embora possa falhar na sua interpretação". (p. 138).

Como já referido, a Teoria das Representações Sociais foi utilizada como aporte teórico-metodológico para a realização da pesquisa e será abordada no próximo capítulo. Esse recurso é defendido por um conjunto de autores que consideram que toda linguagem, quando analisada de modo sistemático e padronizado, pode servir como indicador de construções simbólicas, ou ao menos de campos de imagens. Conforme os estudos de Nascimento-Schulze e Camargo (2007), a utilização do material textual como indicativo desta produção simbólica coletiva pode apontar a posições, sentimentos, cognições e predisposições à adoção de condutas em relação ao objeto referente.

Apesar de que as representações sociais dizem respeito ao campo da Psicologia, elas estão situadas a nível psicossociológico e sociológico de análise, sendo possíveis de ser detectadas pela busca lexicográfica. As representações pré-existent em relação ao material analisado, mas este, ao ser elaborado, carrega indícios desses fenômenos. As falas e os textos dos indivíduos indicam representações sociais, porém estas últimas pertencem aos indivíduos, e são adotadas ou compartilhadas por eles com os seus grupos de referência ou participação.

Acerca de indícios de construções simbólicas que podem ser encontrados em materiais textuais, Nascimento-Schulze e Camargo explicam:

O exame de uma representação social exige comparação de textos e verificação de recorrência dos elementos linguísticos (palavras) e das suas relações (estruturação das palavras). As palavras, no plano empírico, correspondem aos elementos de uma representação, no plano teórico. Harré (1989) fala do léxico enquanto vetor de representações sociais, para ele o vocabulário, o repertório, é um indicador concreto de representações sociais. (NASCIMENTO-SCHULZE & CAMARGO, 2007, p.295)

No caso desta pesquisa, o material analisado corresponde a textos relativos à proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social do Rio Grande do Sul, veiculados em jornais impressos de diferentes localidades do estado. O corte temporal da coleta se limitou ao segundo semestre de 2012, período em que foi exposta a minuta do texto-base para o projeto de lei que deverá propor a criação do órgão e as suas primeiras coberturas feitas pela imprensa sul-rio-grandense.

A escolha do meio impresso se deve ao fato de que constitui referência a outros suportes de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. A facilidade no acesso às páginas dos jornais, especialmente pelos meios digitais, também favoreceu a opção. Foram coletados conteúdos informativos, como notícias curtas e reportagens mais extensas; conteúdos interpretativos, com textos mais explicativos, com certo grau de interpretação; e conteúdos opinativos, a exemplo de colunas assinadas e artigos de colaboradores.

Sobre os diferentes gêneros jornalísticos, Pedro Celso Campos sustenta que

para opinar, é preciso conhecer, estudar, pesquisar, checar dados, confrontar fontes, 'gastar sola do sapato', como se diz. [...] Enquanto o Opinativo parte da informação ou de um pressuposto que configura uma hipótese a ser provada, desenvolvendo em seguida uma argumentação lógica baseada em boa pesquisa, terminando com uma conclusão persuasiva, o Interpretativo deixa para o leitor a decisão de acatar ou não a informação passada de modo mais claro e mais explicativo possível, sempre buscando a contextualização histórica, o entorno do fato, os detalhes do acontecido ou declarado, para ir além do meramente declaratório. (CAMPOS, 2009, p. 130)

Somente textos que mencionaram o projeto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de instituir o Conselho Estadual de Comunicação Social foram reunidos nesta pesquisa. Com o material coletado, buscou-se encontrar marcas textuais indicativas de representações sociais diversas sobre a proposta de criação

do órgão, convergentes ou divergentes às abordagens teóricas acerca do tema. A análise foi feita partindo do seguinte questionamento: 'Que representações sociais foram construídas acerca da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social?'.

6 – TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Quando falamos em representações sociais, partimos de outras premissas. Acreditamos que elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza pela linguagem. (FRANCO, 2004, p. 171)

A Teoria das Representações Sociais envolve aspectos psicossociológicos da Comunicação Social, recebendo contribuição específica da Psicologia. Seus estudos constituem uma elaboração teórica de grande amplitude, que encontra eco em diversas áreas das ciências humanas. Segundo os principais estudiosos do tema, a transdisciplinariedade das representações sociais se deve ao fato de estarem situadas na interface de todos os fenômenos individuais e coletivos. A inserção do estudo das representações sociais na presente pesquisa tem fins metodológicos, visto que pode contribuir na compreensão de fenômenos comunicacionais.

O primeiro autor a abordar essa teoria com precisão científica foi Serge Moscovici (1961), quando estudou as alterações nas redes de significados do senso comum e do conhecimento prático, na sociedade francesa da década de 1950, ocasionadas com a disseminação da psicanálise e das teses freudianas. De acordo com suas conclusões, as representações sociais são explicações, conceitos e proposições elaboradas na vida quotidiana, na prática comunicacional entre os indivíduos. (SPINK, 1993)

Trata-se de modalidades de conhecimento prático, socialmente elaboradas e compartilhadas, dirigidas à comunicação e à compreensão do contexto social, material e ideativo, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. As representações sociais apresentam-se como fenômenos culturais coletivos e, ao mesmo tempo, intersubjetivos, como atribuições, opiniões, crenças, atitudes, esquemas mentais. (JODELET, 1985 apud SPINK, 1993)

Dizem respeito ao campo simbólico e organizam as relações comunicacionais entre os atores sociais. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos, tais como imagens, conceitos, categorias, teorias, símbolos, linguagens. Constituem elementos centrais da comunicação, tornando-se representações públicas. De modo simplificado, pode-se dizer que implicam nas

interpretações e expressões que fazemos sobre os fenômenos sociais, ou ainda, a 'ideia' por parte de um sujeito sobre algum objeto. Reproduções, reapresentações, concepções, interpretações, categorizações também são termos semelhantes.

Importantes exemplos de representações sociais são os estereótipos. Constituem-se como um conjunto de crenças, teorias e visões de um ou vários grupos sociais sobre o objeto de estereotipia. Neste caso, destacam-se o caráter de rigidez e alto grau de generalização, formando bases, inclusive, para atitudes de discriminação social. Outros exemplos de representações sociais são as atribuições, a formação de impressões, a identidade social, entre outros. (BAPTISTA, 1996)

A relação entre sujeito e objeto, ou fenômeno social, é intermediada pela representação social. O sujeito constrói e expressa representações, que, por sua vez, são interpretações e simbolizações do objeto. No campo da sociologia do conhecimento, essa dinâmica dialoga com as teses propostas no clássico *A construção social da realidade* (BERGER & LUCKMANN, 1966). Na obra, os autores revelam a formação da teia de significados que sustenta e preenche a vida cotidiana, sem a qual a sociedade não poderia existir. Nesse sentido, pode-se perceber o sujeito em duas condições simultâneas: como produto e como produtor da realidade social.

A representação social é uma construção contextualizada, resultado das condições em que surge e circula. Conforme os estudos da Psicologia Social, o contexto influencia diretamente nos mecanismos cognitivos. Para Moscovici (1988 apud SPINK, 1993), há uma dupla face nas representações sociais, que consistem em 'estruturas estruturadas' e 'estruturas estruturantes'. Ou seja, as representações sociais que formamos têm base em outras previamente formadas e, ao mesmo tempo, servirão de base para outras novas.

Nesse sentido, também é importante ressaltar que existe um conjunto cumulativo de produções culturais, histórica e subjetivamente construídas. Ora as representações sociais têm relações dinâmicas, passíveis de constantes transformações; ora essas relações são mais estáveis, como os elementos que permanecem no imaginário social com pouca ou nenhuma alteração. Apesar de estarem situadas essencialmente no senso comum e no conhecimento prático, as representações sociais recebem influências diretas por parte de experiências vivenciadas individual ou coletivamente, de formações ideológicas, do

desenvolvimento científico e tecnológico, bem como por parte da mídia. (SPINK, 1993)

A representação social é comum a um conjunto de pessoas, sendo coletivamente formadas, como produto da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social. De acordo com Maria Manuel Baptista (1996), “elas passam a impregnar a realidade adquirindo foros de consistência ontológica, orientando as cognições e comportamentos dos indivíduos.” (p.3).

Citando Vala (1986), a autora complementa que

as representações são sociais, não pela sua extensão, mas porque emergem num contexto social; porque são elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem os valores, as ideologias e os sistemas de categorização social partilhados pelos diferentes grupos sociais; porque se constituem e circulam através da comunicação social; e porque refletem as relações sociais ao mesmo tempo que contribuem para a sua produção. (apud BAPTISTA, 1996, p. 105)

Relevante aspecto da Teoria das Representações Sociais está no fato de que suas investigações implicam no estudo de processos psicossociais, cognitivos e sociológicos que envolvem a compreensão de novos conceitos. As formas de assimilar elementos estranhos se dão a partir de conceitos já assimilados. Em termos de cognição social, existe movimento, mudança, abertura a novidades, novas formas de ancorar fatos pouco familiares.

De acordo com Moscovici (1961 apud SPINK, 1993), o processo de elaboração de representações sociais envolve dois momentos: a ancoragem e a objetivação. O primeiro momento consiste na inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído. Ou seja, é a forma como ancoramos o desconhecido em representações já existentes. Integramos novas informações em categorias que já desenvolvemos. A ancoragem é feita sobre a realidade social vivida, como se fosse a domesticação da novidade sob pressão de valores dos grupos.

A objetivação, por sua vez, é a ‘cristalização’ da representação social. Trata-se da elevação de algo que até então está abstrato para um elemento concreto da realidade social. É descrita como um esforço cognitivo, uma operação formadora de imagens, que tem como objetivo estabelecer um esquema ou nó figurativo. A objetivação permite organizar os principais elementos do objeto de representação num padrão de relações estruturadas. (BAPTISTA, 1996)

No próximo capítulo, serão analisadas como foram construídas representações sociais sobre a proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social do Rio Grande do Sul. Os textos publicados pela mídia impressa sul-rio-grandense de referência servirão de indicativos dessas construções simbólicas. Para isso, serão investigadas quais foram as ancoragens sugeridas ao público-leitor para a objetivação das representações acerca da iniciativa.

7 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE PROPOSTA NO RS

Valendo-se do aporte teórico-metodológico das representações sociais, a análise de conteúdo foi realizada em textos publicados em jornais impressos do estado, durante o segundo semestre de 2012. Como já exposto, o material compreende diferentes gêneros textuais, como artigos, colunas de publicação periódica, notícias e reportagens, situadas em variadas editorias, em que a proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social do Rio Grande do Sul foi mencionada.

7.1 Pré-análise

Para a coleta do material, buscou-se o termo ‘Conselho de Comunicação’ no sistema digital de busca fornecido pela empresa *CWA Clipping*, contratada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para efetuar o serviço de *clipping* diário da instituição. De todas as ocorrências encontradas, foram selecionadas apenas as que fizeram referência direta ao projeto em andamento no estado, no suporte ‘impresso’ de comunicação. Os arquivos foram baixados no formato ‘PDF’.

Foram reunidas ao todo 40 peças, extraídas de 16 veículos diferentes. Os jornais envolvidos na análise estão situados em diversas localidades, com circulação em várias regiões do território gaúcho. Seguem os periódicos em ordem decrescente conforme o número de ocorrências encontradas referentes à proposta: O Sul (8), Zero Hora (7), Jornal do Comércio (4), sediados em Porto Alegre; Diário Popular de Rio Grande (3), do município de Rio Grande; Diário Popular (3), localizado em Pelotas; Correio do Povo (2), também com sede na Capital; Diário de Canoas (2), da cidade de Canoas; Jornal VS (2), de São Leopoldo; Agora (2), também de Rio Grande; Jornal NH (1), de Novo Hamburgo; O Correio (1), de Cachoeira do Sul; A Plateia (1), de Santana do Livramento; Metro (1), de Porto Alegre; O Diário (1), de Ivoti; Jornal Ibiá (1), de Montenegro; e Jornal da Noite (1), publicação mensal também sediada em Porto Alegre.

Quanto aos gêneros, foram classificados 10 textos como opinativos, incluindo artigos de colaboradores e colunas periódicas de opinião; 30 matérias de caráter jornalístico, envolvendo conteúdos informativos e interpretativos, como notícias,

reportagens e espaços permanentes de jornalistas. Das 40 peças, 20 contêm assinatura do autor.

Segue a relação com os materiais textuais coletados para a análise, com seus respectivos veículos, datas de publicação, formatos e assinaturas.

#	DATA	VEÍCULO	CARÁTER	ASSINATURA
1	02/07/2012	Diário de Canoas	jornalístico	_
2	02/07/2012	O Sul	jornalístico	_
3	02/07/2012	Zero Hora	jornalístico	Rosane de Oliveira
4	03/07/2012	O Sul	jornalístico	_
5	03/07/2012	Correio do Povo	jornalístico	Talline Oppitz
6	03/07/2012	Jornal do Comércio	jornalístico	Denise De Rocchi
7	03/07/2012	Jornal do Comércio	opinativo	Adao Oliveira
8	03/07/2012	Diário de Canoas	jornalístico	_
9	03/07/2012	Jornal NH	jornalístico	_
10	03/07/2012	Jornal VS	jornalístico	_
11	03/07/2012	O Sul	opinativo	Wanderley Soares
12	04/07/2012	O Correio	opinativo	Vilnei Herbstrith
13	05/07/2012	A Plateia	jornalístico	_
14	06/07/2012	Zero Hora	opinativo	Luiz P. R. Germano
15	07/07/2012	O Sul	opinativo	Wanderley Soares
16	10/07/2012	Correio do Povo	jornalístico	Taline Oppitz
17	10/07/2012	Metro	jornalístico	
18	10/07/2012	O Diário	opinativo	Políbio Braga
19	10/07/2012	O Sul	jornalístico	_
20	10/07/2012	Zero Hora	jornalístico	_
21	10/07/2012	Diário Popular	jornalístico	_
22	10/07/2012	Diário P. de Rio Grande	jornalístico	_
23	26/07/2012	Jornal do Comércio	jornalístico	Fernando Albrecht
24	03/08/2012	Zero Hora	jornalístico	Rosane de Oliveira
25	04e05/08/2012	Jornal Ibiá	jornalístico	_
26	07/08/2012	O Sul	opinativo	Flavio Pereira
27	04/08/2012	Diário Popular	jornalístico	_
28	08/08/2012	O Sul	opinativo	Flavio Pereira
29	_08/2012	Jornal da Noite	jornalístico	_
30	10/08/2012	Zero Hora	opinativo	Celso Schroder
31	10/08/2012	Zero Hora	opinativo	Alexandre Gadret
32	10/08/2012	Jornal VS	jornalístico	_
33	11/08/2012	Diário Popular	jornalístico	Letícia Schnestsck
34	11/08/2012	Diário P. de Rio Grande	jornalístico	Letícia Schnestsck
35	18e19/08/2012	Agora	jornalístico	Folhapress
36	05/09/2012	Agora	jornalístico	_
37	05/09/2012	O Sul	opinativo	Clésio Boeira

38	14,15e16/09/2012	Jornal do Comércio	jornalístico	_
39	30/09/2012	Diário Popular	jornalístico	_
40	26/12/2012	Zero Hora	jornalístico	Rosane de Oliveira

Tabela 1: Relação das peças textuais analisadas.

Após a leitura flutuante desses conteúdos, foram construídas categorizações com base na frequência de determinados termos, para a busca lexicográfica de indicativos de representações sociais acerca do projeto de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social. Relacionando palavras e expressões constantes no material de análise, com o referencial teórico apresentado na primeira etapa da pesquisa, concluiu-se pela definição das seguintes categorias: *democracia*, *liberdade de expressão* e *censura*. Às três categorias ainda se agregaram, na forma de subcategorias, sinônimos e termos correlacionáveis. Variações léxicas de mesmo radical também foram consideradas.

Com base na categorização, foi realizada uma investigação para identificar os termos nos textos. Primeiramente, o objetivo consistiu em construir o panorama quantitativo, a fim de localizar as unidades lexicográficas e perceber suas frequências. Os itens categóricos foram localizados 76 vezes no material analisado. Dos 40 textos, registros foram encontrados em 21, sendo 13 jornalísticos (informativos e interpretativos) e oito opinativos. Os registros da primeira chave – democracia – ocorreram em 34 momentos. Desconsiderando repetições em um mesmo texto, menções relacionadas à categoria foram feitas em 16 peças, seis opinativas e dez jornalísticas. As ocorrências da segunda – censura – foram localizadas 21 vezes, em 13 textos. Desses, cinco são opinativos e oito, jornalísticos. A última chave – liberdade de expressão – também quantificou 21 indícios. Doze textos apresentaram os termos, cinco de opinião e sete de jornalismo.

O quadro de categorias ficou organizado conforme o seguinte organograma:

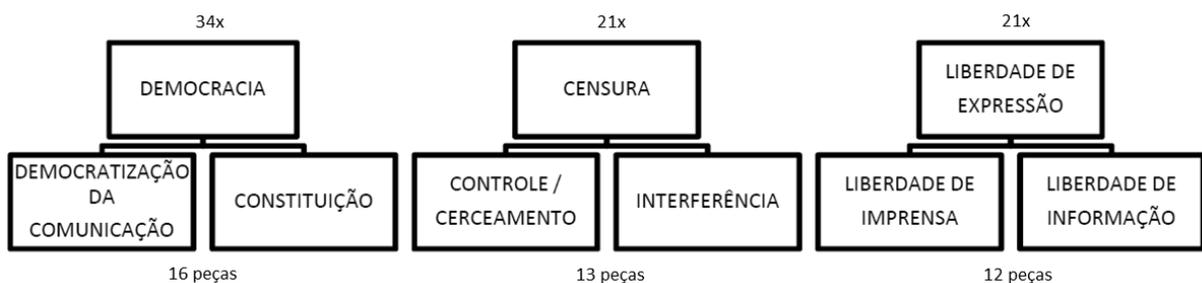


Figura 1: Quadro de categorias para a busca lexicográfica de representações sociais.

A simples análise quantitativa das ocorrências dos termos, contudo, não contempla os objetivos da pesquisa, pois as mesmas foram utilizadas em contextos e sentidos particulares. Para que sejam possíveis a análise dos argumentos presentes em conteúdos publicados nos jornais, que justificam ou condenam a instalação do órgão, e a identificação das representações sociais construídas sobre a proposta, é necessário considerar os aspectos de caráter qualitativo inerentes à investigação.

A presença das categorias nos textos se deu de diferentes modos e, em muitos casos, evidenciou as posições dos autores em relação ao projeto de instalação do Conselho de Comunicação no Rio Grande do Sul. Analisar em que circunstâncias os termos foram inseridos nos conteúdos contribui para a interpretação referencial de quais representações sociais foram construídas sobre a proposta, o que consiste no objetivo desta pesquisa.

Antes, porém, para a melhor compreensão da análise, é importante saber quais foram os episódios envolvendo o Conselho de Comunicação que geraram repercussão na imprensa gaúcha. Segue, portanto, um resumo cronológico com os principais momentos do processo de elaboração da proposta, com base no que foi noticiado e comentado na mídia. (informação pessoal) ⁴

No dia 2 de julho de 2012, o grupo de trabalho formado por representantes de diversos segmentos do setor da comunicação, responsável pela elaboração do texto da proposta no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) – órgão que integra o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do Governo do Estado –, apresentou oficialmente o resultado das reuniões realizadas ao longo do primeiro semestre daquele ano. A exposição foi feita em encontro da câmara temática *Cultura e Comunicação*, com a presença da imprensa, na sede do ‘Conselhão’, como ficou popularmente conhecido o CDES-RS.

Em 9 de julho, os integrantes do grupo de trabalho entregaram ao governador do Estado, Tarso Genro, o documento com o texto-base do projeto de lei, em ato no Palácio Piratini. Na ocasião, o chefe do Executivo gaúcho anunciou que o debate sobre a proposta seria ampliado por meio de consulta pública na internet e realização de seminário sobre o tema.

⁴ Vide nota ²

Em 3 de agosto, 30 blogueiros de atuação destacada no estado foram convidados para uma reunião com o governador, no Palácio Piratini, para conhecer a proposta de instalação do Conselho de Comunicação e esclarecer dúvidas a respeito. No encontro, Tarso Genro informou a abertura do processo de consulta pública na internet, para o recebimento de contribuições diretas dos cidadãos. Internautas puderam se manifestar até 10 de setembro de 2012.

Os conteúdos jornalísticos e opinativos que foram veiculados na imprensa gaúcha tiveram, de modo geral, esses eventos como mote. No material de análise, as categorias pré-definidas se fizeram presentes nos seguintes trechos, interpretados pelo pesquisador com base no referencial teórico estudado.

7.2 Descrição analítica

Um dia após a reunião na qual foi apresentado o texto-base da proposta de criação do Conselho de Comunicação, no CDES-RS, quatro jornais de importância no Estado publicaram conteúdos relacionados à atividade. O Jornal do Comércio abrangeu com profundidade o projeto e os principais elementos referentes ao seu conflito simbólico. Na matéria *Projeto de Conselho de Comunicação é concluído*, foram expostos tanto pontos de vista favoráveis, por parte do Governo do Estado e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), como contrários, da Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e TV (Agert) e da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert). A linha de apoio da matéria foi: ‘Conselhão garante que órgão não fará censura à imprensa’.

A principal função do Conselho seria promover a democratização da informação e debate sobre comunicação, envolvendo diversos setores da sociedade, mas em outros estados onde o assunto foi discutido houve resistência entre as empresas do setor. [...] Para a secretária estadual de Comunicação do RS, Vera Spolidoro, o objetivo do órgão ainda é mal compreendido e por isso há temores de que possa limitar o trabalho jornalístico. “É um equívoco porque nunca se falou em censura, muito pelo contrário, os princípios basilares do conselho são de respeito à **Constituição**, que é muito clara quanto ao direito de se expressar, de opinar”, garante. (ROCCHI, 03 jul. 2012, p. 22, grifos nossos)

Quanto à posição das associações de emissoras, a matéria descreveu que, apesar de ter sido convidada, a Agert não participou das atividades para a formulação da proposta, alegando que a regulação do setor se dá pela legislação

federal. A Abert, por sua vez, “[...] considera inconstitucional a criação de conselhos estaduais e a interferência deles no conteúdo jornalístico.” Na mesma página, discriminado como opinião do comentarista político Adão Oliveira, constou a crítica de que o funcionamento e a atuação do Conselho ainda não estavam claros. (ibidem, grifos nossos)

Sobre o mesmo evento, os três jornais do Grupo Sinos localizados no Vale do Rio dos Sinos – NH, VS e DC – noticiaram o mesmo conteúdo sobre a finalização da proposta. As categorias democratização da comunicação, liberdade de informação e liberdade de expressão foram mencionadas como objetivos e atribuições do Conselho. (PROPOSTA, 03 jul. 2012)

Em sua coluna no Correio do Povo, a jornalista Taline Oppitz apresentou comentário sobre o projeto de instalação do Conselho de Comunicação, na seção *Apartes*. “O governo pode utilizar os argumentos que quiser, mas a criação de um conselho estadual de comunicação, que depende de aval da Assembleia, é, na prática, uma forma de tentar obter controle sobre a mídia.” (OPPITZ, 03 jul. 2012, p. 4, grifo nosso)

No Caderno Colunistas de O Sul, a coluna de Wanderley Soares também reservou algumas linhas sobre o projeto: “A proposta de criação de um conselho estadual de comunicação, segundo o Piratini, não pretende ferir a liberdade de imprensa. Não pretende ferir, mas que vai ferir, vai.” (SOARES, 03 jul. 2012, p. 4, grifo nosso)

No dia 4 de julho, a coluna de Vilnei Herbstrith, no jornal O Correio, de Cachoeira do Sul, negou a constitucionalidade do Conselho no intertítulo: “Conselho de Comunicação: inconstitucional”. Referindo-se ao projeto como “a coisa”, o texto confirmou a posição do autor, contrária à criação do órgão. “É, mesmo que uns não queiram admitir, uma forma de censura inaceitável nos tempos de hoje.” (HERBSTRITH, 04 jul. 2012, p. 2, grifos nossos)

A seção artigos de Zero Hora, em 6 de julho, publicou o texto intitulado *Para que um Conselho de Comunicação?*, assinado por Luiz Paulo Germano. O autor utilizou os termos categorizados para rechaçar a proposta e também negar a sua constitucionalidade.

Respeitando os que concordam com a criação do órgão, é preciso, em nome da Constituição e da Democracia, este conjunto de princípios e práticas que os próprios idealizadores afirmam perseguir, não admitir tal

órgão na estrutura administrativa do Estado. [...] Não há melhor forma de se alcançar a democracia senão através do absoluto respeito à liberdade de expressão, o que pressupõe, *ipso facto*, que se possa garantir aos órgãos de imprensa o livre exercício de suas atividades, sem a indesejada e inoportuna presença de qualquer órgão público, o que não significa, em hipótese qualquer, irresponsabilidade jurídica e social, seja das empresas jornalísticas ou de seus profissionais colaboradores. (GERMANO, 06 jul. 2012, p. 17, grifos nossos)

Em O Sul, de 7 de julho, o colunista Wanderley Soares criticou novamente o Conselho, com ataques diretos ao governador Tarso Genro. Em *Liberdade mais arejada*, ele abriu o texto citando a liberdade de imprensa como assegurada na Constituição Federal, não só aos comunicadores, mas para todos os cidadãos. Ironizou afirmando que, no RS, Tarso quer uma liberdade mais arejada, desde que “a cabresto de um tal de Cecs-RS”. Finalizou a coluna comparando o chefe do Executivo estadual a Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler, na Alemanha Nazista. “A esperança é a de que, um dia, todos nós venhamos a ter opinião igual. Joseph Goebbels desenhou roteiros semelhantes.” (SOARES, 07 jul. 2012, p. 4, grifos nossos)

A coluna de Taline Oppitz no Correio do Povo, em 10 de julho, citou comentário de deputado de oposição ao Governo na Assembleia Legislativa antes de noticiar a entrega do documento com a minuta do projeto ao Palácio Piratini, feita pelo grupo de trabalho que formatou a proposta. “O projeto [...] ainda não chegou à Assembleia e já enfrenta resistências. Líder da bancada do PMDB, Marcio Biolchi, classificou a proposta como ‘uma ameaça à liberdade de imprensa’” (OPPITZ, 10 jul. 2012, p. 4, grifo nosso).

No jornal Metro, de 10 de julho, na notícia de título *Tarso quer ampliar o debate sobre criação do Conselho*, sobre a entrega do documento ao governador, foram mencionadas entre aspas como parte do texto da minuta do PL as seguintes categorias: “De acordo com o texto, o órgão deverá ‘promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação no RS’, entre outras atribuições”. (TARSO, 10 jul. 2012, p. 4, grifos nossos)

No mesmo dia, a coluna de Políbio Braga veiculada no jornal O Diário, também noticiou a entrega do documento a Tarso, não sem comentários ofensivos por parte do autor. “A ARI repeliu o *monstrengo*. Esta é mais uma tentativa do governo petista de cabrestear e aparelhar as empresas de comunicação e os

jornalistas. O projeto irá para a Assembleia e lá poderá ser derrubado.” (BRAGA, 10 jul. 2012, p. 17, grifos nossos)

A entrevista coletiva com representantes da blogosfera gaúcha, em que houve a apresentação do Conselho de Comunicação feita pelo governador, foi noticiada pelo Diário Popular, de 4 de agosto, e pelo Jornal Ibiá, de 4 e 5 de agosto. Citando fontes governamentais – o próprio governador e a secretária estadual de Comunicação e Inclusão Digital –, ambas as notícias expuseram como objetivo do Conselho promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação, através do debate com a sociedade sobre temas relativos ao setor. “Não queremos o controle sobre nada, quanto mais transparente o processo for, mais legitimidade se tem para fazer mudanças, para criar melhorias’, disse Tarso.”. (TARSO, 04 ago. 2012, p. 13, grifos nossos)

No Caderno Colunistas de O Sul, em 8 de agosto, Flavio Pereira comentou encontro da secretária de Comunicação e Inclusão Digital com jornalistas do Clube de Opinião. “Vera Spolidoro mostra-se tranquila quanto à qualidade do texto da proposta de criação do Conselho [...]. Segundo ela, o conselho [...] é democrático e em nenhum momento sugere a possibilidade de intervenção do órgão na liberdade de imprensa.” (PEREIRA, 08 ago. 2012, p. 4, grifos nossos)

Em 10 de agosto, dia em que abriu o processo de consulta virtual sobre o Conselho de Comunicação, na seção Artigos de Zero Hora, foram publicados dois textos opinativos sobre a instalação do órgão, um contra e outro a favor. O primeiro foi de Celso Augusto Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); e o outro de Alexandre Gadret, presidente da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e TV (Agert).

Em *Garantia de liberdade de imprensa*, Schröder argumentou que a sociedade brasileira debate muito pouco a comunicação e isso é um problema.

É no mínimo curioso ver que ferramentas democratizadoras e consagradas no mundo todo, como os conselhos de comunicação, são apelidadas de ameaças à liberdade de expressão. Os conselhos se tornaram alvo da ira antirrepublicana de alguns setores, até pelos que desconhecem seus reais objetivos. Espaços nitidamente públicos, isto é, não estatais e não privados, os conselhos são amplamente utilizados em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros. Por que, então, só aqui quer-se tornar o debate sobre comunicação proibitivo? (SCHRÖDER, 10 ago. 2012, p.15, grifos nossos)

O presidente da Fenaj ainda inverteu a crítica alegando que a ameaça à liberdade de expressão está no próprio impedimento de debate e participação social na comunicação, “[...] negando a sociedade o direito de debater a formulação de políticas para o setor, como se isso coubesse a poucos privilegiados ou servisse de interesse de outros poucos.”

Defender este espaço é defender a possibilidade do cidadão de superar a sua condição de simples leitor, espectador ou ouvinte e exercer plenamente a possibilidade de compreender e intervir de maneira mais plena e qualificada neste processo que é fundamental para a democracia e o Estado de direito. (Ibidem, grifo nosso)

O artigo de posição contrária à criação do conselho setorial foi intitulado *Comunicação e liberdade*. Defendeu a lógica neoliberal da ‘saúdável concorrência’ entre os veículos de comunicação, bem como o autocontrole do setor. Chegou a mencionar exemplos de trabalho social que os veículos de comunicação desempenham, como a destinação gratuita de espaços publicitários para entidades assistenciais e campanhas de utilidade pública. “Campanhas de vacinação, avisos urgentes de doação de sangue, mensagens emergenciais de socorro em acidentes, representam o papel mais relevante do rádio a serviço do povo, por livre iniciativa das emissoras [...]”.

Gadret ainda criticou:

Segundo a proposta do Projeto de Lei que visa criar o Conselho Estadual de Comunicação, é competência deste a proposição e acompanhamento de ações e políticas de comunicação social, que muito preocupa quando estes veículos de comunicação não são apenas aqueles sob o comando do Poder Executivo estadual. Mas, sim, órgãos de imprensa livres e independentes, que conquistaram confiança e credibilidade em cada leitor, telespectador e ouvinte através de anos e décadas de serviços prestados com qualidade e competência. Aliás, características estas são as mais corretas para definir o sucesso de um veículo de comunicação, mas essencialmente pelo seu público-alvo e não por instituições externas de controle. (GADRET, 10 ago. 2012, p.15, grifo nosso)

O texto ainda abordou a distribuição de outorgas para a radiodifusão, cuja responsabilidade é do Congresso Nacional, em âmbito federal, e a existência de

grande número de veículos midiáticos independentes de concessões, nos meios impresso e digital.

Esta é a verdadeira democracia na Comunicação. A opinião pública livre do povo gaúcho se forma através da educação e da disseminação de informação através da saudável concorrência de veículos de comunicação livres e independentes. Onde cada emissora faz o seu melhor, na conquista do reconhecimento da população. (Ibidem, grifo nosso)

No dia 11, os jornais Diário Popular e Diário Popular de Rio Grande publicaram a reportagem *Para debater comunicação*, assinada por Letícia Schinestsck. O conteúdo buscou esclarecer os objetivos do Conselho de Comunicação, utilizando como gancho a abertura do processo virtual de consulta pública. A jornalista resgatou a apresentação aos blogueiros, em que o governador argumenta que o órgão não tem relação com censura, e sim com 'transparência'. De acordo com a reportagem, o Conselho de Comunicação terá caráter de instância pública e independente, funcionando como órgão de consulta, assessoramento e aconselhamento do Executivo estadual.

Conforme o texto, no Conselho de Comunicação

[...] será possível estimular e avaliar as disposições relacionadas à comunicação, constantes e ainda presentes na Constituição. O que se quer é desenvolver a produção de políticas públicas e de democratização do acesso à comunicação no Estado. (SCHINESTCK, 11 ago. 2012, p.8, grifos nossos)

No intertítulo "Palavra de Jornalista", o jornalista e diretor do Centro de Educação e Comunicação Social da Universidade Católica da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Jairo Sanguiné Júnior, foi citado afirmando que o Conselho é uma iniciativa "interessante".

Segundo ele, a sociedade brasileira não possui nenhum mecanismo em relação aos veículos de comunicação, o que interfere na discussão do tipo de informação e relação que eles querem ter com a mídia. "A mídia se coloca em um pedestal, onde enxerga toda a sociedade, mas não permite que o inverso aconteça. Por mais que combatam e resistam, não é censura. É apenas o direito de cada cidadão", diz. Mas, para que isso aconteça, o Cecs terá de contar, efetivamente, com a participação da comunidade e não acontecer somente no âmbito do governo. (Ibidem, grifo nosso)

A edição de 18 e 19 de agosto do jornal Agora publicou conteúdo da agência Folhapress com o título *Governo do RS envia projeto que cria Conselho de Comunicação*. O texto noticiou que a proposta ainda pode receber contribuições pela internet e mencionou que “a ideia provoca críticas de entidades como Agert, que alega ver no texto brechas para um controle sobre o conteúdo veiculado pela mídia.” (FOLHAPRESS, 18 ago. 2012, p. 11, grifos nossos)

A versão do Governo do Estado também foi registrada: “O Estado diz que não há nenhuma intenção de fiscalizar ou tutelar a imprensa e que o novo espaço servirá para discutir políticas de comunicação pública.”. E foi rebatida pelo presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Ercy Thorma, que foi citado como fonte, questionando “[...] que Governo vai admitir interferências em seus projetos de comunicação?” (Ibidem, grifos nossos)

O Jornal do Comércio de 14, 15 e 16 de setembro apresentou notícia sobre o encerramento do prazo de contribuições online para a formatação do projeto que cria o Conselho de Comunicação. Conforme o texto, o objetivo é que o Conselho seja um órgão independente e consultivo, “sem caráter impositivo ou ensor”. Como meta, consta a produção de “políticas de democratização do acesso à comunicação no estado e de transparência no uso dos recursos públicos destinados à publicidade no setor.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 set. 2012, p. 21, grifos nossos)

7.3 Interpretação Referencial

Com base na análise desses conteúdos, são possíveis diversas interpretações sobre o objeto da pesquisa. A investigação orientada pela busca das categorias pré-determinadas possibilitou o exame sistemático do material reunido, onde foram revelados aspectos tanto quantitativos como qualitativos de sua natureza. A partir desse movimento metodológico, podem-se tirar algumas conclusões a respeito do tratamento dado ao projeto pela imprensa, através da ancoragem nos termos categorizados.

De modo geral, é perceptível que as categorias definidas se fizeram constantes nos textos, tanto nos de caráter jornalístico como nos de opinião. Os termos foram mencionados simultaneamente para sustentar argumentações em defesa do Conselho e em críticas contrárias ao projeto.

Nos conteúdos jornalísticos, as utilizações foram diversas, com destaque para o fato do conflito simbólico, entre os entendimentos de Conselho como instância de participação social e de Conselho como mecanismo de censura, ser abordado com frequência. Em alguns momentos, notícias mais curtas apenas registraram as etapas do processo de elaboração da proposta, sem mencionar as posições favoráveis ou contrárias. Outras, porém, expuseram apenas impressões de um dos lados.

Nos textos opinativos, predominou a utilização das palavras categorizadas a fim de deslegitimar a iniciativa governamental, questionando sua constitucionalidade. Mais do que isso, o projeto foi acusado de ter como objetivos o controle da atividade jornalística e, com isso, ameaçar a liberdade de imprensa. O texto de Celso Schröder (10 ago. 2012), publicado em Zero Hora, foi exceção entre os demais ao apresentar as categorias em defesa da existência de um espaço público para o envolvimento da sociedade na formulação de políticas de comunicação.

Mesmo que sejam inúmeras as impressões subjetivas formuláveis com a leitura investigativa dos textos, esta pesquisa se limita ao objetivo de buscar compreender que representações sociais foram construídas sobre a proposta de Conselho Estadual de Comunicação Social e relacioná-las com o referencial teórico estudado. Partindo da compreensão de que as representações sociais são identificáveis por meio de unidades lexicográficas, pode-se apontar a um conjunto de construções simbólicas acerca do projeto, que foram sugeridas na imprensa de referência sul-rio-grandense.

Às luzes dos estudos da Psicologia Social, as representações sociais sobre a criação do Conselho de Comunicação puderam ser objetivadas, ou seja, transformadas em elementos concretos no campo intersubjetivo, através da ancoragem em outras construções simbólicas, pré-existentes no imaginário do público-leitor. No caso do fenômeno pesquisado e considerando os resultados obtidos com a análise, é possível afirmar que representações sociais sobre o novo órgão foram ancoradas, entre outras, em noções compartilhadas de 'Democracia', 'Constituição', 'censura', 'controle', 'liberdade de expressão' e 'liberdade de imprensa'.

Dessa forma, concepções acerca da existência de um Conselho de Comunicação no Rio Grande do Sul foram induzidas conforme o modo de utilização daqueles termos, considerando o contexto de conflito simbólico relacionado ao tema.

Em outras palavras, a ideia de criação do órgão no Rio Grande do Sul foi familiarizada, por parte da população que teve acesso aos conteúdos analisados, com base em entendimentos simbólicos anteriormente construídos sobre tais conceitos.

O termo 'Democracia' foi empregado nos materiais analisados de diversas formas. Nos textos jornalísticos, predominou a utilização da expressão 'democratização da comunicação', mencionada como objetivo da criação do Conselho de Comunicação, conforme consta na minuta do texto-base de seu projeto de lei. 'Criação de políticas de democratização do acesso à comunicação' constituiu outra forma de utilização da categoria, como atribuição do órgão proposto. Respeito aos 'princípios constitucionais' também foi registrado como meta do Conselho.

Nos textos opinativos, o conceito foi evocado tanto para a defesa do órgão, como para seu repúdio. O artigo de Schröder (Ibidem) qualifica o Conselho de Comunicação como uma 'ferramenta democratizadora', pela qual seria possível a compreensão e a intervenção do cidadão no processo comunicacional, classificado por ele como 'fundamental para a democracia e o Estado de direito'. Por outro lado, em textos de oposição à instalação do Conselho, como o de Gadret (10 ago. 2012), foram utilizadas expressões como 'em nome da Constituição e da Democracia', para não admitir a existência do órgão.

No que diz respeito à Constituição, em diversos momentos o Conselho de Comunicação foi acusado ainda de 'inconstitucional', mesmo que esteja previsto tanto na Carta Federal, assim como na Constituição Estadual do RS. Em alguns casos, quando foi mencionada a posição da Abert, por exemplo, o Conselho foi relacionado diretamente a 'interferência no conteúdo jornalístico'. Entretanto, é importante ressaltar que isso não consta entre as atribuições do órgão.

Para a melhor compreensão do conflito simbólico que marca o debate sobre a criação de Conselhos de Comunicação, artigo de Venício Lima publicado no site Observatório da Imprensa oferece um entendimento sobre a relação com os conceitos de Democracia e Constituição que vale ser abordado nesta pesquisa. Fazendo referência a Marilena Chauí (2012), o autor (apud LIMA 2013d) reforça como características fundamentais da democracia dois princípios: a isonomia, que consiste na igualdade dos cidadãos perante a lei; e a isegoria, termo que define o direito de todos em relação à exposição e à circulação livre de suas opiniões. Conforme a avaliação de Lima, a sociedade brasileira precisa avançar muito para

assegurar que esses princípios sejam positivados, uma vez que as disposições constitucionais que dizem respeito à Comunicação Social não são regulamentadas.

A adoção de um novo marco regulatório para que sejam cumpridos os quatro artigos referentes ao setor, presentes na Constituição Federal, já poderiam contribuir significativamente para o princípio da isegoria e, conseqüentemente, para o avanço democrático. Entre eles, o Artigo 224 trata especificamente da criação do Conselho Nacional de Comunicação, cujos “descaminhos [...] não deveriam impedir a criação dos Conselhos Estaduais de Comunicação Social, já previstos em pelo menos 12 constituições estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal [...]”.(LIMA, 2013d).

Diversos foram os momentos em que a proposta de criação do Conselho de Comunicação foi associada à tentativa de estabelecer controle, cerceamento ou, até mesmo, censura sobre a mídia. Predominou nos textos jornalísticos esta categoria, sendo utilizada pelas fontes críticas ao Conselho e, igualmente, pelas fontes que se manifestaram em defesa da proposta, estas últimas na tentativa de desmentir a suposta intenção.

Os textos de opinião fizeram menção a essa figura simbólica de modo mais intenso. Ao Conselho de Comunicação foi atribuída a imagem de uma instituição de controle da atividade jornalística, sendo que tal prática, vale repetir, não está presente entre as atribuições propostas ao órgão. De acordo com o referencial teórico apresentado, bem como o projeto de lei propriamente dito que sugere sua instalação, o Conselho de Comunicação teria como princípios a democratização da comunicação e o respeito às diretrizes constitucionais, o que impossibilitaria tais práticas.

O Artigo 220 do capítulo sobre a Comunicação Social da Constituição Federal, parágrafo 2º, deixa claro: “É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” (BRASIL, 1988). O Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia, por exemplo, cujo funcionamento se assemelha à proposta do órgão no Rio Grande do Sul, atua há dois anos naquele estado e nunca cometeu esse crime.

Segundo Fiss (2005 apud LIMA, 2013d), o Estado não é um inimigo natural da liberdade. Nesse sentido, Lima complementa:

Contrariamente ao “eixo discursivo” dominante na grande mídia, pretendo argumentar que o Estado não é o *único* censor. Muitas vezes, nem sequer o censor mais atuante. E, mais ainda, muitas vezes o Estado pode e deve ser

o garantidor da liberdade de expressão, vale dizer, da ausência de censura. [...] Há um tipo de censura, por exemplo, que atinge a liberdade da imprensa e decorre da própria estrutura do mercado das empresas de mídia. (LIMA, 2013d, grifo do autor)

O termo censura significa a privação da liberdade de expressão e, por extensão, também do direito de comunicar. Nesse sentido, a exclusão de grupos sociais da dinâmica comunicacional também pode ser considerada censura. No momento em que o Conselho se propõe a atuar pela garantia desses princípios, naturalmente deverá elaborar estratégias para coibir a prática da censura, de modo a tentar promover, através da participação social, a universalização da liberdade de expressão e do direito à comunicação.

Como as demais categorias, os termos 'liberdade de expressão' e 'liberdade de imprensa' foram aplicados em muitos dos conteúdos sobre a proposta de Conselho de Comunicação no RS. Em alguns momentos, nos textos de caráter jornalístico principalmente, informou-se que a proposta tem como diretriz o respeito aos princípios constitucionais da liberdade de expressão. Em diversas ocasiões, no entanto, o projeto foi taxado como uma ameaça a essas premissas.

No artigo de Schröder (10 ago. 2012), afirma-se que a ameaça à liberdade de expressão está no próprio impedimento de que a sociedade debata as questões referentes à Comunicação Social, processo que ele qualifica como fundamental para a Democracia. A falta de mecanismos para o envolvimento da população nas discussões que dizem respeito à mídia também é denunciada pelo jornalista e professor da UCPel Jairo Sanguiné Junior, mencionado pela reportagem de Letícia Schinestsck (11 ago. 2012). A fonte afirma que a imprensa se coloca em um pedestal, apta a observar toda a sociedade, mas não permitindo que a sociedade a observe.

Lima (2013d) ainda discrimina a liberdade de expressão em relação à liberdade de imprensa. Ele argumenta que esta segunda não é uma simples extensão da primeira, adaptada aos veículos de comunicação, como pode parecer. Ele desconstrói essa ilusão afirmando que o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre a liberdade de expressão, tem como sujeito o ser humano individual, e não uma instituição.

Comentando o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o renomado professor da University of Tampere [Finlândia], Kaarle Nordenstreng, firma que “o sujeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais não é uma instituição chamada a imprensa ou a mídia, mas um ser humano individual”. E prossegue: “a frase ‘liberdade de imprensa’ é enganosa na medida em que ela inclui uma ideia ilusória de que o privilégio dos direitos humanos é *estendido à mídia, seus proprietários e seus gerentes, ao invés de ao povo para expressar sua voz através da mídia*”. E mais à frente afirma: “nada no Artigo 19 sugere que a instituição da imprensa tem qualquer direito de propriedade sobre esta liberdade”. (LIMA, 2013d, grifos do autor)

De acordo com o especialista no tema, existe uma espécie de ‘censura disfarçada’, exercida pelos grupos dominantes, na interdição do debate público sobre questões vinculadas à mídia. Para manter o domínio do setor, a elite midiática constrói uma representação social de que existe uma batalha na qual ela se apresenta como defensora da ‘liberdade de expressão’, contra a suposta tentativa de ‘censura’ do Estado, em qualquer iniciativa que vise à democratização ou a própria regulação da Comunicação Social.

8 – CONCLUSÕES

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar quais construções simbólicas sobre o projeto de criação de Conselho de Comunicação para o RS foram sugeridas em textos publicados em veículos de jornalismo impresso de diversas localidades do estado. Diante do problema de pesquisa ‘Que representações sociais foram construídas acerca da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social em jornais do Rio Grande do Sul?’, buscou-se, primeiramente, compreender os conceitos que embasam o projeto, por meio do estudo teórico sobre democratização da comunicação, políticas públicas e conselhos para o setor. Os conteúdos veiculados na mídia impressa sul-riograndense sobre a proposta, de julho a dezembro de 2012, constituíram o material de análise para o desenvolvimento da pesquisa. Para a identificação de construções simbólicas, a análise de conteúdo amparou-se no aporte teórico-metodológico das representações sociais.

Com base no referencial estudado, pôde-se compreender que o debate sobre a democratização da comunicação, além de estar presente no discurso ideológico de entidades e movimentos da sociedade civil organizada, encontra sustentação teórica em diversos autores que defendem a universalização do direito de comunicar. O modo antidemocrático pelo qual se consolidou a estrutura comunicacional no país, transformando esse direito em privilégio de poucos, a falta de participação social no campo da mídia e a histórica desregulação do setor motivaram o surgimento da defesa do compartilhamento do poder simbólico.

A forma excludente como se deu o processo de centralização da real capacidade de emitir informações ao coletivo, que resultou na privação do direito de comunicar à maioria da população, gera implicações no plano da democracia que merecem a atenção da sociedade civil e dos poderes públicos. Visualizando a democratização da comunicação como um processo, estudiosos do tema apontam à responsabilidade do Estado como seu indutor. Por meio de políticas públicas de comunicação, deve-se buscar amenizar desequilíbrios e promover a inclusão de grupos historicamente excluídos da dinâmica comunicacional.

Para que tais políticas sejam efetivamente públicas e estejam em sintonia com as demandas e necessidades dos grupos marginalizados da estrutura midiática, faz-se necessária a existência de mecanismos capazes de proporcionar o

envolvimento da sociedade nas discussões referentes à comunicação. Nesse sentido, formalizou-se a reivindicação pela criação de conselhos ao setor, compostos pelos diferentes segmentos que o integram, para o debate aberto sobre o tema e a formulação de estratégias voltadas à democratização da comunicação e de seu acesso.

Apesar de encontrar bases legais em legislações estaduais e na Constituição Federal, além do apoio de pesquisadores do campo, entidades de classe e movimentos sociais, os conselhos de comunicação enfrentam resistência por parte de alguns setores da sociedade. A investigação de como a proposta de instalação de um órgão com esse perfil no Rio Grande do Sul repercutiu na imprensa evidenciou que a iniciativa foi representada de modo distorcido em determinados momentos. Falsas construções simbólicas foram geradas dificultando a compreensão pública sobre os reais objetivos da proposta.

Contribuição específica da Psicologia Social para as ciências humanas empíricas, o estudo das representações sociais como amparo à análise de conteúdo possibilitou o reconhecimento de diferentes concepções imagéticas acerca do Conselho de Comunicação, que tiveram incidência nos jornais impressos do estado durante o segundo semestre de 2012. Através da investigação analítica dos textos que mencionaram a proposta, orientando-se pela busca lexicográfica de termos previamente estabelecidos, perceberam-se indícios de algumas representações sociais sobre o objeto.

A tentativa de desqualificar o projeto de Conselho de Comunicação para o RS ficou clara principalmente em textos opinativos, de colaboradores, articulistas e colunistas referenciais da imprensa gaúcha. Construções simbólicas foram ancoradas em conceitos de censura, cerceamento, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, democracia e Constituição, com o objetivo de deslegitimar e até criminalizar a iniciativa. Entre as representações sociais sugeridas, constou a de um órgão voltado a práticas inconstitucionais, violadoras de direitos humanos, absolutamente execráveis em qualquer sociedade democrática contemporânea.

De modo geral, os textos jornalísticos também refletiram esse conflito simbólico existente em torno do tema, entre os entendimentos de conselho como instância de participação social e de conselho como mecanismo de censura. Houve matérias nas quais a cobertura foi equilibrada, consultando as diferentes perspectivas sobre o projeto em questão. Algumas notícias fizeram referências às

etapas do processo de elaboração da proposta, sem mencionar críticas contrárias ou argumentações favoráveis. Outras, porém, pecaram na simplificação de adotar a representação do órgão como ameaçador da liberdade de imprensa, sem a realização de trabalho de reportagem mais aprofundado sobre o assunto.

Importante destacar que pesquisadores especialistas no tema já preveem esse tipo de fenômeno, como forma de resistência por parte de setores conservadores em relação a iniciativas de governos progressistas voltadas à democratização da comunicação. Os grupos que detêm o *privilégio* de comunicar temem transformações de cunho democrático e interditam o debate acusando o Estado de ameaçar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Com o levantamento dessas bandeiras, impede-se o debate sobre a universalização do *direito* de comunicar e o compartilhamento do poder simbólico.

Elemento que consiste em bem social fundamental para o processo democrático, a comunicação ainda enfrenta barreiras consideráveis no que diz respeito à sua própria socialização. Discussões sobre a regulação da mídia, o cumprimento e a revisão das bases constitucionais relacionadas ao setor, ou iniciativas voltadas à sua democratização e seu debate público, como o caso de conselhos, são demonizados durante o processo de mediação, com vistas à manutenção do *status quo*. Ainda dependem da superação de desafios como esse, os avanços para a efetivação do direito humano fundamental à liberdade de opinião e expressão.

REFERÊNCIAS

ASSIS, F (Org.); MELO, J. M. (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

BAPTISTA, Maria Manuel, **Estereotipia e Representação Social** – uma abordagem psico-sociológica, A Persistência dos Estereótipos, Barker, A. (ed.), Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004, pp.103-116.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMARGO, Ricardo A. L.. **A Mídia e a Constituição**: Programação de Rádio e TV e suas Externalidades. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013.

CAMPOS, Pedro Celso. **Gêneros do jornalismo e técnicas de entrevista**. In: Estudo em Jornalismo e Mídia. Ano VI, n. 1, 2009, p. 127-141. [disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/10952/10422>]

CASSOL, D. B. **A democratização da comunicação no Brasil**: anotações teóricas e história do movimento [monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CDES-RS. **PL do Conselho Estadual de Comunicação Social**. Projeto de Lei que propõe criação de Conselho Estadual de Comunicação Social a ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Disponível em:

<www.cdes.rs.gov.br/biblioteca/download/cda/1128/cdv/1>. Acesso em: 01 mar. 2013.

COMPARATO, F. K. **A Democratização dos Meios de Comunicação de Massa**. In: BUCCI, Eugênio (org.). A TV aos 50. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CDES-RS): <www.cdes.rs.gov.br>

CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA (CECS-BA): www.comunicacao.ba.gov.br

DAMASCENO, C. **Políticas Públicas e o Direito à Comunicação na América Latina**. Os casos do Brasil e Venezuela. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

FENAJ. **Manifesto em defesa do Conselho de Comunicação Social e da Democracia**. Documento emitido em apoio à criação do Conselho de Comunicação

no Ceará. Disponível em: <www.fenaj.org.br/materia.php?id=3198> Acesso em: 05 mar. 2013

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34. n. 121. jan/abr.2004 p. 169-186.

GIRARDI, I. M. T. (Org.); JACOBUS, R. (Org.). **Para fazer Rádio Comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009.

GOMES, P. G. **Comunicação Social: filosofia, ética, política**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

GOMES, R. A. L. **A Comunicação Como Direito Humano: Um Conceito em Construção**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

GUARESCHI, P. (Org.). **Uma nova comunicação é possível – Mídia, ética e política**. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

_____ (Org.); BIZ, Osvaldo (Org.). **Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?** Porto Alegre: Evangraf, 2003.

_____ (Coor.). **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C. e BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIEDTKE, P. **Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil**. Revista EmTese, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC vol. 1, nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, (www.emtese.ufsc.br) p. 39-69

_____. **O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, Florianópolis: UFSC, p. 434-466

LIMA, V. A. **Comunicação, Política e Cidadania**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. 3, n. 2, dezembro de 2001.

_____. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Comunicação, poder e cidadania**. In: Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação [Texto de referência para palestra proferida na abertura da Semana Acadêmica de Comunicação Social do Ielusc], Joinville, SC, em 16 de outubro de 2006, p. 8-16.

_____. **A Bahia sai na frente.** In: Observatório da Imprensa, edição nº 640, de 03/05/2011. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-bahia-sai-na-frente> Acesso em: 01 abr. 2013

_____. **Conselhos Estaduais de Comunicação:** Onde estamos e para onde vamos. In: Observatório da Imprensa, edição nº 666, de 01/11/2011. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_onde_estamos_e_para_oude_vamos> Acesso em: 01 abr. 2013

_____. **Conselho de Comunicação Social: Movimentos sociais excluídos, parlamentares ignorados.** In: Observatório da Imprensa, edição nº 704, de 24/07/2012. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed704_movimentos_sociais_excluidos_parlamentares_ignorados> Acesso em: 01 abr. 2013

_____. **A censura disfarçada.** In: Observatório da Imprensa, edição nº 715, de 09/10/2012. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed715_a_censura_disfarçada> Acesso em: 01 abr. 2013

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.** As 633 resoluções aprovadas na etapa nacional da 1ª Confecom estão relacionadas no documento. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/480-caderno?Itemid=13217> Acesso em: 01 mar. 2013.

MORAES, D.. **Vozes abertas da América Latina:** Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.

MORIGI, V. (Org.); GIRARDI, I. M. T. (Org.); ALMEIDA, C. D. (Org.). **Comunicação, informação e cidadania:** refletindo práticas e contextos. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO-SCHULZE, C.M. & CAMARGO, B.V. **Psicologia social, representações sociais e métodos.** Temas em Psicologia da SBP, 8(3): 2000, p. 287-299

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

SOUZA, M. V. **As Vozes do Silêncio:** o movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Florianópolis: Diálogo, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 03 out. 1989.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.** *Organ. Rurais Agroind.*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SPINK, Mary Jane P. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial.** *Cad. Saúde Pública*, Set 1993, vol.9, no.3, p.300-308

UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE. **Programa de governo da coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande.** Caderno de propostas do projeto eleito em 2010 para o Executivo estadual. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/8772915.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2013

Jornais analisados:

BRAGA, P. Conselho de comunicação. **O Diário**, Encosta da Serra, 10 jul. 2012, p. 17.

CONSELHO Estadual de Comunicação recebeu sugestões e críticas online. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 14 set. 2012, p. 21.

FOLHAPRESS. Governo do RS envia projeto que cria Conselho de Comunicação. **Agora**, Rio Grande, 18 ago. 2012, p. 11

GADRET, A. Comunicação e Liberdade. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 ago. 2012, Artigos ZH, p. 15.

GERMANO, L. P. R. Para que um Conselho de Comunicação?. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06 jul. 2012, Artigos ZH, p. 17.

HERBSTTRITH, V. Conselho de Comunicação: Inconstitucional. **O Correio**, Cachoeira do Sul, 04 jul. 2012, p. 2.

OPPITZ, T. Apartes. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 jul. 2012, p. 4,

_____. Apartes. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 jul. 2012, p. 4.

PEREIRA, F. Conselho de Comunicação. **O Sul**, Porto Alegre, 08 ago. 2012, Caderno Colunistas, p. 4.

PROPOSTA de um Conselho de Comunicação é finalizada. **NH; VS; Diário de Canoas**, Novo Hamburgo; São Leopoldo; Canoas, 03 jul. 2012. p. 24; p. 20; p.15.

ROCCHI, D.. Projeto do Conselho de Comunicação é concluído. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 03 out. 2012. p. 22.

SCHINESTOCK, L. Para debater Comunicação. **Diário Popular; Diário Popular de Rio Grande**, Pelotas; Rio Grande, 11 ago. 2012, p. 8.

SCHRÖDER, C. Garantia de Liberdade de Imprensa. **Zero Hora**, Artigos ZH, 10 ago. 2012, p. 15.

SOARES, W. Imprensa. **O Sul**, Porto Alegre, 03 jul. 2012, Caderno Colunistas, p. 4.

_____. Liberdade mais arejada. **O Sul**, Porto Alegre, 07 jul. 2012, Caderno Colunistas, p. 4.

TARSO quer ampliar o debate sobre criação do conselho. **Metro**, Porto Alegre, 10 jul. 2012, p. 4.

_____ apresenta Conselho de Comunicação. **Diário Popular**, Pelotas, 04 ago. 2012, p. 13.

ANEXOS

Publicações em que as categorias da análise de conteúdo foram encontradas:

22 Terça-feira
3 de julho de 2012

Jornal do Comércio - Porto Alegre

Política

Adão Oliveira
Conexão Política

adaoliveira@hotmail.com

A marionete

A mulher de Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça - a pobre - concedeu uma entrevista ao programa Fantástico, da TV Globo, domingo à noite. Assisti a tudo, perplexo, quase em estado de choque. Foi lamentável. A pobre moça - hoje nova rica - enfrentou a experiente repórter da Globo completamente despreparada. Pelo nível das respostas que ela "cometeu" chega-se a pensar que a moça é esperta. Não é nada disso! Ela é ingênua, fútil e alienada. Em consequência, não consegue avaliar o que está acontecendo à sua volta. Ela disse, por exemplo, que o seu "marido" não é contraventor. Ops! Faltou-me ar. Respirei fundo e segui atento. Andressa prosseguiu: "Meu marido não é bicheiro. O Carlinhos que eu conheço é empresário, faz consultoria para empresas". Ué! Então ela não conhece o homem com quem divide a sua cama. E mais: "Meu marido é um preso político. Se não fosse preso político não teriam criado a CPMI com o nome dele". Esta é de doer! Uma imbecilidade! Instruída, dona Andressa Mendonça não esqueceu - como é de costume - de culpar a mídia - por criar a imagem de que Cachoeira é um monstro. "Meu marido não é um monstro, é um homem de bem".

Que fofa!!! A senhora Cachoeira disse que Carlinhos não é chantagista e que ele grava vídeos dos encontros suspeitos de que participa só para mostrar a verdade dos políticos que achacam empresários. Considerada na alta sociedade de Goiás - onde mora - como uma nova rica, Andressa disse que não é gastadeira, apesar de um de seus cartões de crédito ter registrado um gasto em Miami, Estados Unidos, de R\$ 62 mil, numa única operação. Há controvérsias, com relação a esta afirmação de que não é gastadeira: Ela e Carlinhos gastaram R\$ 590 mil na decoração de uma residência provisória, em Goiás. Enfim: Andressa Mendonça saiu-se muito mal na entrevista. Foi usada pelos advogados de Cachoeira para pintá-lo como um bom moço, um sujeito de bem. O tiro saiu pela culatra. Ela não conseguiu mudar a imagem de seu consorte e sujou a sua. Passou para os telespectadores a ideia de que ali estava uma mulher ingênua no papel de marionete ou uma oportunista fantástica.

Procempa

Denúncia de irregularidades com o plano de saúde que atende aos funcionários da empresa de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) será formalizada hoje pelo vereador Mauro Pinheiro (PT) ao procurador-geral do Ministério Público (MP) de Contas, Geraldo Da Camino (foto). Constam da representação que será encaminhada pelo parlamentar documentos que comprovam a vinculação ao plano de saúde de pessoas estranhas ao quadro funcional da Procempa.



GABRIEL BELLARMINO/AG. GABRIEL BELLARMINO

Conselho para quê?

O funcionamento do futuro Conselho Estadual de Comunicação, cujo projeto foi apresentado no Conselho ontem, ainda está pouco claro. Os conselheiros não conseguiram apresentar aos repórteres exemplos práticos dos casos em que o novo órgão, que terá apenas papel consultivo, poderá atuar.

Dívida

O presidente do TCE, Cezar Miola, entregou à Assembleia dados técnicos para auxiliar na renegociação da dívida com a União. A ajuda foi bem recebida pelo presidente da Casa, Alexandre Postal, e pelo deputado Giovanni Feltes, presidente da comissão especial que busca uma saída para o problema.

► Governo do Estado

Projeto do Conselho de Comunicação é concluído

Conselhão garante que órgão não fará censura à imprensa

Denise De Rocchi

politica@jornaldocomercio.com.br

O projeto de criação do Conselho Estadual de Comunicação foi apresentado ontem no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão). A minuta do projeto foi preparada pelo grupo de trabalho a partir dos debates realizados desde o ano passado e foi encaminhada ao governador Tarso Genro (PT), que pode apresentar a proposta para votação na Assembleia Legislativa.

A principal função do conselho seria promover a democratização da informação e o debate sobre comunicação, envolvendo diversos setores da sociedade, mas em outros estados onde o assunto foi

discutido houve resistência entre as empresas do setor. Somente a Bahia conseguiu instituir um. Para a secretária estadual de Comunicação do Rio Grande do Sul, Vera Spolidoro, o objetivo do órgão ainda é mal compreendido e por isso há temores de que possa limitar o trabalho jornalístico. "É um equívoco porque nunca se falou em censura, muito pelo contrário, os princípios basilares do conselho são de respeito à Constituição, que é muito clara quanto ao direito de se expressar, de opinar", garante. Vera destaca ainda que o governo estadual teria apenas cinco das 25 vagas no conselho.

A proposta é que o órgão tenha ainda cinco representantes de entidades de classe dos profissionais de Comunicação,

cinco das empresas, quatro de instituições da sociedade civil e movimentos sociais, dois ligados à comunicação comunitária e dois representantes da sociedade civil, indicados pelo conselho. O mandato seria de dois anos, sem remuneração. O papel é apenas consultivo, mas é visto como mais um passo para que se instale um conselho nacional, que está previsto na Constituição de 1988 e aguarda para ser implantado.

Segundo o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schöredler, "no Estado, o grande papel do conselho será o de possibilitar e fomentar debates, detectar distorções que eventualmente ocorram, seja no campo da política, no campo das representações, da mulher, enfim, tem um amplo debate do qual as emissoras podem se beneficiar". Das entidades que representam as empresas, apenas a Associação de Jornais do Rio Grande do Sul e a Associação de Diários do Interior (ADI) acompanharam os debates que resultaram na proposta encaminhada ao governador. A Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e TV (Agert), embora tenha sido convidada, preferiu não tomar parte nas discussões, já que o setor é regulado pela legislação federal. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) considera inconstitucional a criação de conselhos estaduais e a interferência deles no conteúdo jornalístico.



Para Schöredler, fórum fomentará democratização da informação

► Câmara de Porto Alegre

Saúde provoca debate no Legislativo da Capital

Vereadores da oposição manifestaram ontem seu descontentamento com a atual situação da saúde durante sessão ordinária no plenário da Câmara Municipal. A petista Sofia Cavendon (PT) registrou que Porto Alegre é a capital com maior número de médicos por habitante do País, mas o atendimento médico é precário em postos da periferia. "Na Unidade do Passo das Pedras, por exemplo, apenas uma médica atende a uma população de mais de 40 mil pessoas", criticou. Sofia acrescentou que a Capital gaúcha sofre com a falta de gestão na área da saúde e com pacientes que se deslocam de madrugada aos postos para agendarem suas consultas. O correligionário e líder da bancada do PT na Casa, vereador Carlos Comassetto, ressaltou que as pesquisas mostram a situação crítica da saúde e lembrou ainda do Instituto Solbus. "Precisamos saber

onde foram parar os milhões de reais que sumiram (do contrato estabelecido pelo município com o instituto). Este escândalo precisa ser explicado".

O peemedebista Idenir Cecchim reprovou a fala da vereadora e afirmou que muitas vezes as reclamações feitas pelo PT são descabidas e sem fundamento. Na opinião do líder do governo João Dib (PP), não adianta criticar por criticar, "tem que ajudar a construir". O progressista considerou que tanto o governo Lula quanto o de Dilma "fazem muita demagogia com destinação de bolsas sociais usando verbas dos municípios". Também vereador da base, DJ Cassiá (PTB) cobrou coerência por parte da oposição e enfatizou os vetos da presidente Dilma à emenda 29, que determinava investimento mínimo da União na área. Segundo ele, "é muito fácil colocar a sujeira embaixo do tapete dos outros".

DC

PAÍS/MUNDO

Mais de 16 mil mortos

Mais de 16,5 mil pessoas foram mortas na Síria desde o início da revolta contra o regime do presidente Bashar Al Assad (foto), em março de 2011, informou ontem o Observatório Sírio dos Direitos Humanos.



680 mil pessoas em áreas de risco

Dados divulgados ontem pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) indicam que existem atualmente no País pelo menos 680 mil pessoas morando em áreas consideradas de risco alto ou muito alto de deslizamento ou inundações.

Pela primeira vez desde maio dólar fecha abaixo de 2 reais

E balança comercial tem o menor superávit em dez anos

São Paulo - Pela primeira vez desde 29 de maio, o dólar encerrou uma sessão valendo menos de 2 reais. Em meio à onda de relativo otimismo com o encaminhamento da crise europeia, a moeda americana caiu 1,04% nesta segunda-feira, cotada a R\$ 1,989. No ano, o dólar ainda acumula valorização de 6,4% ante a moeda brasileira. Em 12 meses, a alta chega a 28%. Um analista do mercado de câmbio destacou também as recentes atuações do Banco Central (BC). Na semana passada, lembrou, a instituição fez leilões no mercado futuro (que equivalem à venda de moeda americana) num total de US\$ 9 bilhões. "Na sexta-feira, o BC nem precisava ter realizado intervenções", argumentou. "Antes, quando dólares inundavam o Brasil, não havia muito o que o BC pudesse fazer para interferir na taxa de câmbio. Hoje é diferente", afirmou. Alguns indicadores e informações de bastidores apontaram, nos

MERCADOS

As exportações tiveram queda em todas as categorias (manufaturados, semimanufaturados e básicos) e para todos os mercados em junho. As vendas externas brasileiras cresceram 5% para a Ásia, 16,5% para os EUA e 4% para a África. Para os demais mercados, houve queda, com destaque para a Argentina (-16%).

As importações de produtos argentinos caíram 8,8% no semestre. Na África, o recuo foi de 1,1%.



BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial brasileira registrou o menor superávit dos últimos dez anos para meses de junho e para primeiros semestres. O resultado acendeu a luz amarela no governo, que já estuda novas medidas para ajudar os exportadores. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também pode reduzir a meta de exportação do ano, que é de US\$ 264 bilhões. O superávit em junho foi de apenas US\$ 807 milhões. De janeiro a junho, o saldo acumulado foi positivo em US\$ 7,07 bilhões, uma queda de 45,4% em relação a 2011.

últimos dias, reversão nas apostas de desvalorização do real ante o dólar. Um grande investidor que apostou na alta do dólar na semana passada teria zerado sua posição comprada em mercado futuro ontem de manhã, atraindo outros agentes para o mesmo caminho. (A/E)

últimos dias, reversão nas apostas de desvalorização do real ante o dólar. Um grande investidor que apostou na alta do dólar na semana passada teria zerado sua posição comprada em mercado futuro ontem de manhã, atraindo outros agentes para o mesmo caminho. (A/E)

CLÁUDIO HUMBERTO



Livre comércio é opção para o Paraguai

O governo brasileiro agora está preocupado com as consequências de sua barbearagem, ao colaborar na suspensão do vizinho estratégico Paraguai do Mercosul. É que o troco paraguaio pode ser devastador para o futuro do próprio Mercosul: correr para o abraço, assinando com os Estados Unidos um acordo de livre comércio. Assinar esse acordo é um velho sonho paraguaio que conta com a simpatia norte-americana.

Vaso quebrado

O Brasil vai tentar juntar os cacos e impedir o acordo de livre comércio com os EUA, que inviabilizaria o retorno do Paraguai ao Mercosul.

Dividir para reinar

O interesse dos EUA não é conquistar o mercado paraguaio para os seus produtos, mas concretizar o antigo projeto de dividir o Mercosul.

Só falta enterrar

Medidas protecionistas dos países-membros inviabilizaram o Mercosul como "mercado comum". Foi reduzido a projeto de união aduaneira.

Bem feito

A entrada no Mercosul "será prejudicial à Venezuela", segundo a maioria dos votos na enquete do El Universal, o maior jornal do país.

Sala justa

O ministro do STF Gilmar Mendes (foto), vítima de abordagem inapropriada do ex-presidente Lula, encontrou o anfitrião daquele encontro, ex-ministro Nelson Jobim, no prestigiado casamento de um jornalista, no final da semana. Mas não trocaram cumprimentos.



Contramão da crise

O ministro Guido Mantega (Fazenda) participa amanhã de seminário da Lide e da Fieap que pretende discutir propostas para acelerar crescimento do Brasil.

Selva financeira

Operadores do mercado veem pegadas do BTG Pactual e do Itaú BBA no ataque que fez Eike Baptista perder bilhões em 2 dias.

PSDB enfraquecido

O PSDB comanda o governo, mas não terá candidatos nas principais cidades do Paraná. O presidente, Alfredo Kaefer, admite que o partido sairá enfraquecido, "mas o arco de aliança se fortalecerá". Ah, bom.

Memória

Ao afirmar que não sente ódio de quem a torturou, mas não o perdoo, a presidente Dilma (foto) reproduziu a essência de uma célebre frase de John Kennedy: "Perdoe os inimigos, mas nunca esqueça seus nomes".



'Bala de prata'

Gravações de 2004 encontradas pela Polícia Federal com Idalberto Martins (Dadá) citam uma "bala de prata" capaz de inviabilizar a reeleição do então presidente Lula: um suposto esquema de caixa dois para a campanha petista articulada pelo banqueiro Daniel Dantas.

Estranho voo

Em Brasília, poucos acreditam que o voo rasante que destruiu as vidraças do Supremo Tribunal Federal foi consequência de imperícia ou de moleçagem. Suspeitam até de tentativa de intimidação.

Fatos novos

Os membros da CPI do Cachoeira estão mais animados com as gravações apreendidas na casa do bicheiro e de seu ex-cunhado Adriano Aprício do que com os depoimentos previstos para esta semana. No total, são mais de vinte gigabytes de gravações.

OEA diz que não sancionará o Paraguai

Brasília - O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Félix Estigarribia, disse ontem que a Organização dos Estados Americanos (OEA) não deverá aplicar sanções ao seu país por causa da crise política que se instalou com o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. As declarações foram dadas depois da reunião entre o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, e o presidente paraguaio Federico Franco. "Estamos otimistas", disse Estigarribia.

Ele disse ainda que, durante a reunião entre Insulza e Franco, o presidente argumentou que não houve quebra da ordem democrática no Paraguai nem violações de direitos humanos. Estigarribia destacou que o secretário-geral da OEA fez consultas sobre a situação política paraguaia e o governo garantiu que a democracia funciona e as instituições estão vigentes, há absoluta liberdade de imprensa, e sem presos políticos.

Próteses de silicone da marca PIP foram proibidas no Brasil

Brasília - Depois de testes revelarem que as próteses mamárias de silicone da marca francesa PIP usadas no Brasil rompem com mais facilidade, a Agência Sanitária de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai usar os resultados para multar em R\$ 1,5 milhão a importadora responsável pela venda dos implantes no País. Com sede no Paraná, a EMI era a única autorizada a importar próteses

da PIP. Estima-se que a importadora comprou aproximadamente 35 mil unidades da marca francesa, das quais cerca de 24 mil foram vendidas. Diante das irregularidades envolvendo a PIP, a Anvisa cancelou o registro da prótese em janeiro deste ano, proibindo o uso do produto no Brasil. As unidades que restavam no estoque da EMI foram apreendidas. (A/Br)

Proposta de um Conselho de Comunicação é finalizada

Porto Alegre - A proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social (CECS) do Rio Grande do Sul foi finalizada ontem. A minuta do Projeto de Lei foi apresentada pelo Grupo de Trabalho responsável pela formulação da redação aos integrantes da Câmara Temática Cultura e Comunicação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS). O documento agora será encaminhado ao governador Tarso Genro nos próximos dias, que avaliará

o conteúdo antes de encaminhá-lo à Assembleia Legislativa. Conforme a minuta de Projeto de Lei, o CECS deverá ser uma instância pública de caráter independente, atuando como órgão consultivo de assessoramento e aconselhamento do Poder Executivo. Um de seus objetivos é promover o debate sobre o papel da Comunicação Social, atuando pelo interesse da sociedade em relação às políticas públicas voltadas à área e em defesa de sua democratização.

LOTÉRIAS

QUINA

10 - 27 - 37 - 45 - 59
Concurso - 2932

LOTOFÁCIL

02 - 05 - 06 - 07 - 08
10 - 11 - 13 - 15 - 17
18 - 20 - 22 - 24 - 25
Concurso 773

Resultados extrasoficiais do site da Caixa Econômica Federal

ATRIBUIÇÕES

Promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação.
Contribuir para a definição da política de comunicação a ser implementada pela administração estadual.
Promover o debate permanente na sociedade sobre os temas relacionados à comunicação social.
O respeito aos princípios constitucionais da liberdade de expressão integra as bases que orientam a constituição do Conselho.

Política

TRE analisa quem teve contas rejeitadas

■ O Tribunal de Contas do Estado entregou ontem ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) um documento com o nome de 612 gestores públicos gaúchos que não tiveram as contas aprovadas na Corte nos últimos oito anos. A lista agora será enviada ao Ministério Público, que é o órgão responsável pela identificação de inelegíveis. "Dependendo do motivo da rejeição das contas, esses gestores podem estar inelegíveis. Vamos analisar", disse o promotor José Francisco Seabra.

Inspeções do TCE na Câmara estão na Web

■ O Sindicato dos Servidores da Câmara de Municipal de Porto Alegre anunciou ontem a disponibilidade de dados, antes sigilosos, de relatórios feitos pelo Tribunal de Contas do Estado na Câmara da Capital. Estão disponíveis os documentos dos últimos 15 anos das análises feitas no parlamento municipal. A intenção do Sindicância é de contemplar a Lei de Acesso à Informação. A solicitação dos dados de inspeção e auditoria à Corte ocorreu em fevereiro deste ano.



http://www.correiodopovo.com.br/blogs/talineoppitz

Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



Sem perspectiva de curto prazo

Representantes de entidades que integram o movimento "Saúde, Rio Grande - Cumpra-se a Lei", pela aplicação dos 12% da receita corrente líquida na saúde, entregaram ao governador Tarso Genro um abaixo-assinado com cerca de 400 mil assinaturas cobrando o cumprimento da legislação. Há sucessivos governos, o Rio Grande do Sul não cumpre o percentual mínimo estabelecido na Constituição, apesar de serem somados, historicamente, gastos com o IPE, entre outros, como investimentos em saúde. A inclusão tem gerado, ao longo dos anos, diversos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, que acabam ignorados pelo Executivo e pelo Legislativo, que sempre aprova as contas dos governos. A cobrança da aplicação do índice mínimo na saúde ganhou novo fôlego com a regulamentação da Emenda 29, que determina a aplicação do índice e veda, explicitamente, a inclusão de despesas como saneamento e inativos no cálculo de investimentos. No Estado, porém, apesar da evolução nos investimentos, que saltaram de R\$ 1 bilhão, ou 5,7%, em 2010, para cerca de R\$ 1,5 bilhão, ou 6,3% neste ano, não há perspectiva, de curto prazo, de enquadramento na lei, sem alternativas como o auxílio do governo federal.

'A regra é clara e precisa ser cumprida'

A resistência à divulgação de nomes e salários de servidores com o argumento da preservação da intimidade não se justifica após a posição do Supremo, que em sessão administrativa decidiu que os cidadãos têm direito às informações. O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo do Caminho, destaca que a Lei do Acesso estabeleceu conflito entre os princípios constitucionais do interesse público e do direito à proteção e intimidade. O procurador salientou, no entanto, que com a decisão do Supremo, que deu exemplo divulgando os contracheques de ministros e magistrados, não há mais o que discutir. "A regra é clara e precisa ser cumprida."

Reforço

■ O presidente do TCE, Cezar Miola, entregou ao presidente da Assembleia, Alexandre Postal, estudo para contribuir com a discussão sobre a renegociação da dívida dos estados com a União. Presidente da comissão especial que analisa o tema na Casa, Giovanni Feltes também participou do encontro. O estudo aponta quatro cenários de renegociação. No mais otimista, o Estado reduziria em cerca de R\$ 700 milhões por ano os repasses à União. Uma comitiva gaúcha, comandada por Postal, participa hoje, em Brasília, de audiência sobre a dívida com parlamentares de todo o país.



VINÍCIUS REIS / AL/CP

TJ faz alerta

Com o fim do prazo para registro das candidaturas na Justiça Eleitoral, na quinta-feira, o Tribunal de Justiça faz o alerta, para evitar correria de última hora, que as solicitações de certidões para fins eleitorais devem ser feitas até as 18h de hoje. O Serviço Criminal do Departamento Processual, responsável por receber os pedidos, tem prazo de 48 horas para expedir o documento.

Apartes

■ O governo pode utilizar os argumentos que quiser, mas a criação de um Conselho Estadual de Comunicação, que depende de aval da Assembleia, e, na prática, uma forma de tentar obter controle sobre a mídia.
■ Será instalada hoje, em ato às 16h30min, a Controladoria-Geral do Município. O controlador-geral será José Alfredo Flores Rojas.
■ A presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, fará uma inspeção nas instalações do polo naval de Rio Grande na quinta-feira. A visita coincide com a operação de instalação de equipamentos na P-55.

Marca em comum

Candidata do PPL à Câmara, Jacqueline Sauchotene utiliza, desde 26 de março, como marca de sua campanha a frase "Por amor a Porto Alegre", mantendo inclusive um blog com o nome que foi escolhido para identificar a coligação de José Fortunati. Ao ser informado da coincidência, Sebastião Melo consultou o Jurídico da campanha e entrou em contato com Jacqueline, cujo partido apoiou Adão Villaverde. Como ela é candidata proporcional, ficou definido que ambos seguirão utilizando a frase.

Procurador alerta para rigor da Ficha Limpa

Palestrante citou crimes eleitorais e pediu cuidado no equilíbrio da disputa

■ ARTHUR MACHADO

jmachado@correiodopovo.com.br

Último palestrante do Ciclo de Debates sobre Direito Eleitoral, o procurador-regional eleitoral do Estado, Fábio Bento Alves, pediu ontem aos juizes eleitorais gaúchos para que levem em consideração a Lei da Ficha Limpa ao julgar candidatos acusados de infringir as normas de conduta. A Lei da Ficha prevê que todo aquele que for condenado por instância colegiada se torna inelegível.

De acordo com Bento Alves, um dos ilícitos mais comuns está na destinação de maquinário, pessoal ou estrutura pública para uso em campanhas, com benefício próprio ou de amigos. A prática, segundo ele, fere princípios constitucionais e pode ser encurada como crimes de improbidade administrativa. "Vale lembrar que as multas são pesadas (entre R\$ 11,376,00 e R\$ 227,520 mil) e que, nesses casos, a inelegibilidade é de oito anos", frisou.

O procurador também comunicou aos juizes que a lei proibe a concessão de benefícios fiscais, tais como redução de impostos ou anistia para inadimplentes em ano eleitoral. "Assim como a propaganda institucional, que não pode ser exibida durante os três meses do pleito", colocou.

Outra irregularidade é direcionamento da cota de correspondência para fins eleitorais, por parte de candidatos com mandato. Conforme o promotor, o candidato não pode usar o benefício para promoção pessoal ou na campanha. "Como aquele senador que mandou confeccionar 130 mil calendários com a foto dele", exemplificou.



Condutas vedadas desequilibram o pleito", disse Alves

Além do Ministério Público, as representações contra crimes de conduta, nessas eleições, podem ser feitas por candidatos, partidos e coligações. Já o cidadão comum pode denunciar o fato por meio do *link* Denuncie, disponível no site do MP, ou pelo e-mail denunciaeleitoral@mp.rs.gov.br. O nome será mantido em sigilo.

O que é proibido durante o período eleitoral

■ Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta.
■ Utilização de materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, para fins eleitorais.
■ Designar servidor público para atuar no comitê de campanha ou para bandeiragens durante o expediente

■ Enviar projetos de redução de impostos ou concessão de anistia a inadimplentes no ano eleitoral.
■ Veicular propaganda institucional durante a campanha eleitoral.
■ Conceder aumento real de salário aos servidores.
■ Comparecer à inauguração de obras públicas, independente do cargo que o candidato pleiteia

Ex-prefeito detido por irregularidades

O ex-prefeito de São Luiz Gonzaga Vicente Diel, do PSDB, o secretário de Obras Dilmar Batista e o assessor jurídico da prefeitura, Cláudio Cavalheiro, foram detidos ontem em operação do Ministério Público e da Polícia Civil para apurar suposto favorecimento de empresas em licitação para a privatização de serviço de água e esgoto da cidade. Documentos e computadores foram apreendidos na ação.

Diel foi encontrado em sua residência, em São Paulo das Missões, e levado até sua outra casa, em São Luiz Gonzaga. Diel declarou-se inocente e afirmou que desconhecia a razão de sua prisão, de caráter temporário.

As investigações, conduzidas pela Promotoria Especializada Criminal de Porto Alegre, em conjunto com a Promotoria de São Luiz Gonzaga, começaram em setembro de 2011. Segundo os promotores de Justiça Flávio Duarte e Dinamércia Maciel de Oliveira, a suspeita é de que os três detidos atuaram no favorecimento de um consórcio na referida licitação. Em abril deste ano, a licitação já havia sido anulada a pedido do MP de São Luiz Gonzaga. No mesmo mês, a Câmara de Vereadores cassou o ex-prefeito, devido à sua condenação, com pena de dois anos e três meses de prisão em regime aberto, por tentar influenciar em licitação de

transporte escolar, em 2005, quando era vice-prefeito.

Segundo o promotor Flávio Duarte, houve suposta troca de vantagens políticas entre os acusados e os empresários, com retorno financeiro para os suspeitos. Ele esclareceu que a prisão temporária foi solicitada para a continuidade das investigações, já que há indícios de que a mesma fraude tenha ocorrido em outros municípios. Atoz relacionados à operação de ontem também foram realizados na Capital, em Bento Gonçalves e em Florianópolis (SC). Segundo o MP, o caso aponta para crimes de formação de quadrilha, corrupção e fraude em licitações.

WWW.CATPUNY.COM.BR

• adesivos lapela • bobina plástica • bandeira plástica
• adesivos vinil • perfurite • bandeira veicular
• uniforme staff • banners • bandeira tecido

Hastes plásticas e de madeira • todos os tamanhos | PRONTA ENTREGA PARA TODO O RS
☎ (51) 3072.03.73 | comercial@catpuny.com.br RUA AUGUSTO SEVERO, 56 - POA/RS



FLAVIO PEREIRA

O iceberg da privatização da água.

Ministério Público avalia outros casos semelhantes.

O caso da licitação para a privatização dos serviços de água e saneamento em São Luiz Gonzaga, onde foram encontrados sérios indícios de irregularidades, pode não ser um fato isolado. As investigações levadas a efeito pelo Ministério Público não se limitam a São Luiz Gonzaga, e permitem identificar indícios de fraude semelhante em outros municípios. Prudente, o diretor da Promotoria Especializada Criminal, promotor de Justiça Flávio Duarte, afirma estar presente nestes casos, evidente troca de vantagens políticas, mas, por ora, não revela dados sobre quais seriam as outras cidades suspeitas. Resumo: podem surgir mais novidades.

Projeto valoriza Conselhos

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia examinou hoje o projeto do deputado Carlos Gomes (PRB) que propõe a obrigatoriedade, nos concursos públicos, do registro do candidato nos respectivos conselhos profissionais no Estado do Rio Grande do Sul. O projeto recebeu o apoio do presidente da OAB gaúcha e do Fórum dos Conselhos Regionais, Claudio Lamachia, do enfermeiro Ricardo Rivero, presidente do Coren-RS (Conselho Regional de Enfermagem), de Flávio Koch presidente do CRECI (Conselho Regional dos Corretores de Imóveis); do 2º vice-presidente do Fórum, Zulmir Breda presidente do CRC (Conselho Regional de Contabilidade); e do 1º vice-presidente do Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), Moisés Souza Soares, além de presidentes e representantes dos Conselhos de Profissões Regulamentadas do Estado.

Reajuste na Assembleia

Está pronto para ser votado em plenário, projeto da mesa diretora da Assembleia Legislativa, que concede reajuste de 7,2%, a partir de 1º de julho para os servidores da casa. O percentual é o resultado da soma das perdas da inflação correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor entre fevereiro de 2011 e março de 2012, de 5,47, e de um valor residual de 1,73% referente a perdas salariais anteriores.

Mistério: onde estão os médicos?

A vereadora Sofia Cavendon (PT) verificou que Porto Alegre é a capital com maior número de médicos por habitante do País. Contraditoriamente, segundo ela, a cidade vive um drama com o atendimento médico precário em postos da periferia. Sofia dá um exemplo: "Na Unidade do Passo das Pedras, apenas uma médica atende uma população de mais de 40 mil pessoas. Onde está o restante dos médicos?".

O contraponto

Idemir Cecchin (PMDB) critica a vereadora Sofia Cavendon lembrando que "os hospitais universitários mantidos pelo governo federal estão podres, e a oposição ainda quer vir criticar alguma coisa por aqui".

Certidões para fins eleitorais

Alerta aos candidatos: diante do término do período para registro das candidaturas pelos partidos políticos, neste dia 5, o Tribunal de Justiça do Estado está orientando que as solicitações de certidões para fins eleitorais sejam feitas até esta terça-feira. O Serviço Criminal do Departamento Processual, responsável pelo atendimento desses pedidos, tem prazo de 48 horas para expedir o documento. O requerimento de certidões deve ser realizado junto ao Serviço de Contadoria do Departamento Processual, localizado na sala 115 do pavimento térreo do prédio do tribunal, na avenida Borges de Medeiros, nº 1.565, em Porto Alegre, e não há cobrança de custas.

flaviopereira@osul.com.br



WANDERLEY SOARES

Interrogatório em presídio.

Interrogar presos em horas mortas era uma rotina nos porões da ditadura.

Alguns presos recolhidos à penitenciária de Montenegro estão sob tensão devido, segundo eles, a interrogatórios, nada ortodoxos, a que estão sendo submetidos, no interior daqueles casarões, à noite. Eventuais oitivas de apenados, de forma legal, com autorização da Justiça, só poderiam acontecer durante o dia, em casos excepcionais, e sempre com a presença de advogado defensor do paciente. O Ministério Público e o Movimento de Direitos Humanos poderiam dar uma passada por lá para conferir. Afinal, tais operações eram parte dos costumes adotados nos porões da ditadura, quando as denúncias só davam motivo a novas prisões de pessoas sem culpa formada, inclusive dos críticos do sistema.

Litoral

Polícia procura ladrões que atacaram agência do Bradesco, no Centro de Torres, no Litoral Norte.

Nomes e salários

O governador Tarso Genro mostra resistência na divulgação dos nomes e salários de servidores. Daqui da minha torre, entendo que o problema não é nome, mas o sobrenome.

Assalto a pé

Dois postos de combustíveis foram assaltados na madrugada de segunda-feira na Zona Norte de Porto Alegre. Quatro homens a pé entraram nas lojas de conveniência e levaram R\$ 600,00 das caixas.

Fantasma

Agentes da 15ª DP da Capital prenderam uma pessoa durante a operação Caça-fantasma, deflagrada na manhã de segunda-feira. A ação busca desarticular uma quadrilha de estelionatários especializada em golpes no sistema financeiro, que chegam a valores próximos a R\$ 1 milhão.

Óbitos

Dezenove pessoas morrem por dia no Brasil devido ao consumo de bebidas alcoólicas. São 85% dos óbitos de dependentes químicos.

Banco

Dois homens tentaram assaltar um banco ontem pela manhã em Torres. Eles chegaram a entrar na agência, fizeram os vigilantes reféns e levaram armas e coletes à prova de balas. Fugiram sem levar dinheiro.

Imortais

Pelo menos 20 pessoas morreram de forma violenta no final de semana no Estado. A cada semana, esta estatística toma força e, ao mesmo tempo, é banalizada. Na ida ou na saída das festas sempre têm aqueles que se consideram imortais.

Sabem tudo

O DOE (Diário Oficial do Estado) publicou a renovação da cedência de um tenente-coronel, um tenente, quatro sargentos e um soldado ao TCE (Tribunal de Contas do Estado). O grupo, que sabe tudo sobre o TCE, deverá continuar e prestar serviços íntimos, já que a segurança agora conta com os convocados da reserva. Aliás, as escolas públicas do Estado estão carentes de brigadianos da reserva.

Imprensa

A proposta da criação de um Conselho Estadual de Comunicação, segundo o Piratini, não pretende ferir a liberdade de imprensa. Não pretende ferir, mas que vai ferir, vai.

wanderlcs@terra.com.br

Manifestações de exclusiva
responsabilidade dos colunistas.



ADROALDO STRECK

O rumo é certo.

Para o desenvolvimento pleno do País é preciso, com urgência, equipamentos novos.

Transformar o governo federal no grande comprador de produtos industrializados brasileiros, com vantagens sobre similares importados, é golo de placa. Primeiro, quase todos os equipamentos utilizados por empresas têm longo tempo de utilização. Para o desenvolvimento pleno do País é preciso, com urgência, equipamentos novos, em profusão. Este, um lado da questão. O outro, a atitude do governo impede que a indústria entre em depressão, a ponto de parar. Este é o perigo: indústria em recessão escancarada. E depois, quem coloca tudo de novo em funcionamento? A um custo que não temos recursos para bancar.

Argentina

Lembro de uma crise no final do século passado que atingiu em cheio a indústria brasileira, argentina e mundial também. Os argentinos encolheram-se, não quiseram arriscar. Os brasileiros pagaram para ver e se deram bem. Nossa diferença de capacidade industrial instalada com os "hermanos" começou ali e segue até hoje. Os vizinhos tentam se apurrar e não têm mais nem recursos, e tampouco tecnologia, para voltar a produzir o que era comum e concorria com a indústria brasileira...

Para ser claro

O que o governo Dilma não pode é permitir que a capacidade industrial instalada do Brasil entre em queda livre. Tudo que for feito para segurar as pontas é válido. E questão de vida ou morte para nós.

Outra sugestão

O governo brasileiro deve mandar ao Japão, Alemanha e outros países, técnicos que examinem como esses países conseguiram criar o seu mercado interno depois da Segunda Guerra Mundial. Deve existir uma estratégia, que não seja colocar dinheiro fácil nas mãos da população, para incentivar o consumo.

Juros

Já ouvi que agora, com juros menores, até entusiasmo conseguir dinheiro para novos empreendimentos. Em termos, sim. Mas não nos iludamos com os juros baixos, porque uma hora damos, teremos de liquidar o empréstimo.

Situações positivas

Claro que o momento é de apreensão, mas ainda o nível de emprego é bom, tanto no meio urbano como no rural. Exemplo: na chamada Metade Sul, o desemprego continua negativo, mesmo com as florestas valendo pouco. Este é um milagre que pode, quando menos se espera, derrubar um belo castelo de cartas.

Investimentos

Outro ponto importante: o governo só deve colocar dinheiro em projetos novos, depois de saber quantos empregos renderá. Fora desta realidade, nem um centavo. E cuidado com o atravessador. Ele é impiedoso e derruba tudo pelo lucro fácil...

Jornalista
adroaldo@terra.com.br



Editorial

O Sistema Fandango e as eleições de 2012

Quem é ouvinte das rádios Fandango 1.260 AM e Vale do Jacuí 1.520 AM ou leitor do **Jornal O CORREIO**, todos veículos integrantes do Sistema Fandango de Comunicação (SFC), já deve ter notado a forma como estamos tratando as questões eleitorais. A direção da empresa, juntamente com os chefes de setores e demais colaboradores que por necessidade têm contato com questões políticas se reuniram, debateram muito, e concordaram que esta será a maior cobertura eleitoral do SFC de todos os tempos. Para isso, redação do jornal, produção de rádios e demais profissionais envolvidos nesta tarefa têm trabalhado juntos, diariamente, para trazer informações imparciais, precisas e em primeira-mão para nosso público ouvinte e leitor. Ainda há quem diga - e não poderia ser diferente, até porque tem interesse que assim seja - que editamos um "jornaleco" e

que estamos instalados em uma "tumba", mas a verdade é que o processo de integração dos veículos tem chamado a atenção não só dos consumidores, mas também da concorrência, especialmente quando o assunto é jornal impresso. Páginas bem editadas, impressão melhorando de qualidade a cada dia e profissionais capacitados para suas funções têm dado a resposta que a direção do SFC queria e, por consequência, agradado, e muito, os cachoeirenses. E será com esta determinação, profissionalismo e coerência que abordaremos o processo eleitoral na Capital Nacional do Aroz. Nos sentimos preparados - e até por isso aceitamos o desafio - para dar a Cachoeira a melhor cobertura de eleições da história do SFC. Sem com isso, logicamente, deixar de lado as demais editoriais. É um processo complicado, mas que nos renderá ainda mais confiança de ouvintes e leitores.

É um processo complicado, mas que nos renderá ainda mais confiança de ouvintes e leitores.



Vilnel

brasilimprensahv@gmail.com
Vilnel Herberich

TUDO ZERO A ZERO NA ELEIÇÃO

Depois da desistência de Pipe e e Marlon e da decisão de Ghignatti de não concorrer à reeleição, tudo volta à estaca zero. Não só pelo que eventualmente é mostrado em pesquisas, mas pelo próprio entendimento da população no dia a dia, o que se sente é que neste momento ninguém é favorito e ninguém está com chances zero de ganhar. As definições devem mesmo ficar para o horário político. Se nada mudar, a vitória pode acontecer no "photosharp".

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO: INCONSTITUCIONAL

O Governo do Estado tenta criar o Conselho Estadual de Comunicação. A coisa tramita no órgão criado pelo governador Tarso Genro (o Conselho) e tem apoio da Secretária do setor no Estado, Vera Spolidoro e da Federação Nacional dos Jornalistas, (FENAJ) Celso Schöredor. Ambos ligados aos governos estadual e Federal. Tem porém rejeição da AGERT que que afirma que o setor é regulado pela legislação federal e pela ABERT que considera inconstitucional a criação de conselhos estaduais e interferência deles no conteúdo jornalístico. O Conselho de Comunicação só passou na Bahia sendo vetado em todos os demais estados. É, mesmo que uns não queiram admitir, uma forma de censura inaceitável nos tempos de hoje.

QUEDA DA FICHA LIMPA FOI UMA JOGADA SUJA

A decisão, "aos 48 minutos do segundo tempo" para usar a terminologia do futebol, de que a Lei dos Ficha Limpa só vale para a próxima eleição, foi mais um baque na credibilidade dos políticos brasileiros. Cada vez mais decepcionado com a ocupação dos que chegam lá, nosso povo se pudesse não iria votar, tal sua decepção. Quem sabe nas modificações tantas que se quer para logo esteja a liberdade do voto?

GOVERNADOR AINDA NÃO ACEITOU A LEI DE TRANSPARÊNCIA

Até o momento em que escrevia esta coluna no fim de tarde de ontem, o Governador do Estado ainda não havia aceito publicamente a Lei de Acesso à Informação. Com isto, quem paga os impostos e consequentemente os salários dos servidores públicos de carreira ou de confiança, pode ficar sem saber quem são e quanto ganham os funcionários do Governo gaúcho o que diante da atual Lei, é um absurdo. Enquanto o Governo Federal abre competentemente suas informações, aqui, os gaúchos parecem viver mesmo em outro mundo.

NEM TUDO QUE NÃO RELUZ DEIXA DE SER OURO

Na contramão do que precisa Cachoeira alguns segmentos e mesmo pessoas, generalizam a ideia. Em vez de despirem de cores partidárias e interesses pessoais para análise de qualquer tema, olham tudo com um viés de parcialidade. É isto que faz com que muitas iniciativas boas e ideias concretas deixem de ir adiante e acabem na lata do lixo. Por isto também, deixam de unir forças para pensar no todo e em cada vez mais priorizam o seu lado apenas. A cidade não precisa deste tipo de comportamento onde quem não é meu amigo ou parente, quem não concorda com algo do que digo, não serve. A visão lacaniana empobrece e reduz, dando força ao equivocadíssimo ditado do: "Se a farinha é pouca, sirvo o meu pirão primeiro".

Telefones úteis

- Emergência Polícia Civil 197
- Emergência Brigada Militar 190
- Emergência Bombeiros 193
- Emergência Samu 182
- Emergência Polícia Rodoviária Federal 191
- Emergência Polícia Rodoviária Estadual 198
- 1ª Delegacia de Polícia 3722-2003
- 2ª Delegacia de Polícia 3722-5752
- Brigada Militar 3722-2311
- Corpo de Bombeiros 3722-2000
- Posto de Saúde 24 Horas 3724-8077
- Hospital de Caridade 3722-0800
- Secretaria Mun. da Saúde 3724-6100
- Secretaria Mun. de Obras 3724-6117
- Prefeitura Municipal 3724-6121
- Câmara de Vereadores 3722-2782
- Estação Rodoviária 3722-2250

Tempo

Clima



Nesta quarta-feira, uma frente fria espalha muitas nuvens e deixa a temperatura baixa no centro-sul do Rio Grande do Sul. Na fronteira com o Uruguai, o tempo fica fechado. As rajadas de vento continuam de moderadas a fortes na Região. Nas demais áreas, o sol aparece forte e o tempo continua seco.

HOJE



Sol com pancadas de chuva de manhã e muitas nuvens à tarde. À noite, tempo firme.
Temperaturas:
Mínima: 14°C
Máxima: 25°C
Nascer do sol: 7h27
Pôr-do-sol: 17h45

AMANHÃ



Chuvoso durante o dia e a noite
Temperaturas:
Mínima: 10°C
Máxima: 19°C
Nascer do sol: 7h27
Pôr-do-sol: 17h46



Crescente Dia 26 de Julho
Minguante Dia 10 de Julho

Serviço de Tele Conta 3723.1190 Depósitos em dinheiro e cheque de água, luz, telefone e contas com código de barras.

Trevo da Sorte LOTERIAS

IPVA - IPTU - BOLETOS e saques
Sim
Banrisul Correspondente

Loterias

Sorteio - 14H 03/07/2012		Sorteio - 18H 03/07/2012		QUINA CONCURSO 2833 03/07/2012	
1º.	0700	1º.	8772	08 18 59 64 68	
2º.	8853	2º.	2888		
3º.	8588	3º.	0054		
4º.	8117	4º.	3738		
5º.	3317	5º.	8444		
DUPLASENA		Primeiro sorteio			
CONCURSO 1088 03/07/2012		05 15 24 27 33 47			
		Segundo sorteio			
		02 08 33 36 37 44			

O CORREIO
Fundado por Pedro Germano (1931-2006)

Sistema Fandango de Comunicação

JORNAL Rogério Germano Diretor
RÁDIO Pedro Ricardo Germano Diretor

anuncie e assine **(51) 3722-0300**

Jornalista Responsável
Carlos Dickow Jr.
Reg. Prof. nº 10546
carlosdickowjr@gmail.com

Assinatura
3722.0329
assinatura@ocorreio.com.br

Comercial
3722.0306
propaganda@ocorreio.com.br

Redação
3722.0323
comunicacao@ocorreio.com.br

Parque Gráfico
3722.0894

Arte-final
3722.0305
arte-final@ocorreio.com.br

Empresa Jornalística Editora e Gráfica Progresso Ltda.
Fundada em 22 de março de 1982 - CNPJ 04.440.425/0001-95
Rua 19 de Novembro, 884 - Fone/Fax: (51) 3722-0300
Cachoeira do Sul - RS - CEP: 95008-751
www.ocorreio.com.br - doorteio@ocorreio.com.br

Para que um Conselho de Comunicação?

LUIS PAULO R. GERMANO*

Anunciado como ferramenta de gestão e de discussão pública, a Câmara Temática de Cultura e Comunicação do denominado "Conselhão" – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) noticiou à sociedade gaúcha a finalização do projeto de elaboração de um "festejado" Conselho Estadual de Comunicação Social (CECS), cuja idealização manteve-se persistente desde o início deste governo.

Não há melhor forma de se alcançar a democracia senão através do respeito à liberdade de expressão

Os defensores do novo órgão apressam-se em esclarecer que não consta dos propósitos do Conselho a regulação da atividade jornalística ou mesmo cerceamento à liberdade de expressão. Fundamentam os seus objetivos na discussão de políticas públicas relacionadas à função da comunicação social (entenda-se de toda a imprensa), bem como no desencadeamento de ações em defesa dos interesses da sociedade, visando à democratização dos meios de informação. Respeitando os que concordam com a criação do órgão, é preciso, em nome da Constituição e da democracia, este conjunto de princípios e práticas que os próprios idealizadores afirmam perseguir, não admitir tal órgão na estrutura administrativa do Estado.

O sistema constitucional brasileiro, como re-

teradas vezes tem decidido o Supremo Tribunal Federal (STF), em diferentes e recentes julgados, não tolera qualquer interferência no exercício da liberdade de expressão, direito maior no qual se inserem outros relacionados à comunicação e à informação. A nossa Carta Política não admite sequer a validade de dispositivo legal que embarace "a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social", conforme o disposto em seu art. 220, § 1º. Por melhores que sejam as intenções daqueles que propõem a ideia, não há sucedâneo legal que autorize a criação de órgão predisposto à discussão de políticas públicas relativas aos meios de comunicação e de informação, sendo destes balizadores apenas e tão somente as diretrizes constitucionais.

Não há melhor forma de se alcançar a democracia senão através do absoluto respeito à liberdade de expressão, o que pressupõe, *ipso facto*, que se possa garantir aos órgãos de imprensa o livre exercício de suas atividades, sem a indesejada e inoportuna presença de qualquer órgão público, o que não significa, em hipótese qualquer, irresponsabilidade jurídica e social, seja das empresas jornalísticas ou de seus profissionais e colaboradores.

A comunicação social só deve se sujeitar aos acontecimentos do tempo, este dinâmico e verdadeiro compasso da vida, devendo obediência à verdade dos fatos e respeito à sociedade e aos cidadãos.

*Advogado, mestre e doutor em Direito

Acordos espúrios

ANTÔNIO MESQUITA GALVÃO*

Depois que Brizola († 2004) afirmou que para ganhar a presidência da República faria "aliança até com o diabo" a história dos acordos políticos no Brasil parece que jogou a ética e a fidelidade partidária pela janela. O que chocou a opinião pública recentemente foi um acordo entre Lula e Paulo Maluf (PP-SP), para apoiar Fernando Haddad para a Prefeitura de São Paulo. Dirigentes do PP afirmam que o deputado Maluf quer participar da formulação do plano de governo do petista. Maluf e Lula eram inimigos ou adversários até o momento da convergência atual de seus objetivos. A busca do poder não cansa de propagar esse "vale tudo".

No Brasil, os perdedores fazem o possível para que o governo eleito não dê certo

Esses acordos, ou encontros políticos não são de hoje. O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político brasileiro fundado em 1945, formado sob os auspícios de Getúlio Vargas de caráter liberal-conservador, reunindo as elites. Getúlio era um latifundiário. Ideologicamente oposto, surgiu, na mesma época o PTB, também sob a inspiração de Getúlio, seu maior líder e no bojo do queremismo, movimento popular cuja divisa era queremos Getúlio e que propunha uma Assembleia Constituinte com Getúlio na pre-

sidência da República. Se a ideologia do PSD era de apoio ao empresariado e ao latifúndio, o ideário do PTB favorecia o operariado, o homem do campo e os sindicatos.

Durante a ditadura (64-85), os militares inventaram os mandatos "biónicos" (senadores e governadores) para obterem poder de governabilidade. Antes disto, a política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a "República Velha" (1898-1930) para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos, mesmo adversários, de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite), alternadamente.

O móvel de tantas alianças está primeiramente na caça aos eleitores. Por mais desacreditado que esteja, no concerto político nacional, o prestígio de Maluf é capaz de canalizar alguns milhares de votos decisivos para Haddad. Depois da eleição, só as alianças podem garantir a governabilidade, pois sem maioria no Legislativo ninguém governa.

Nos países adiantados, onde a democracia é fato consumado, depois de corrido o pleito, vencedores e vencidos fecham campanha em favor do país, esquecendo ódios e picuinhas do período eleitoral. No Brasil, com essa pífia vocação que temos para a democracia e um golpismo latente, os perdedores não só torcem como também fazem o possível para que o governo eleito não dê certo, para dar razão aos seus argumentos e preparar um retorno mediato.

*Filósofo, escritor, ex-professor de Ciência Política

IOTTI



iotti@zerohora.com.br

BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruperbs.com.br



Nova previdência rural

As mudanças que o governo Dilma prepara para a Previdência devem se estender também a medidas específicas para o campo. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, já levou uma proposta à presidência da República que garante o direito ao regime especial para aqueles agricultores que resolveram ampliar seus negócios, abrindo agribusiness. Esse regime assegura ao trabalhador o benefício de até um salário mínimo a quem comprovar a atividade rural. De acordo com a regra atual, o agricultor perde essa garantia quando vira um microempresário. A ideia já conta com a anuência do Ministério da Previdência e foi apresentada à presidente Dilma, que reagiu espantada:

– Pois eu pensei que já fosse assim.

Toma lá

Foi fechado um acordo com a oposição para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja votada antes do recesso. O compromisso do Planalto é autorizar a liberação de emendas para os partidos de oposição no valor de R\$ 2,5 milhões por deputado. Enquanto para os aliados a promessa era de R\$ 4,5 milhões. DEM, PSDB e PPS estavam à míngua.

Desandou

A CPI do Cachoeira perdeu tempo e credibilidade. As convocatórias do dono da Delta e do ex-diretor do Dnit demoraram tanto para sair que ninguém acredita que tenham força para ressuscitar os trabalhos.



Pigs

O ministro Mendes Ribeiro Filho (Agricultura, foto) corre contra o tempo para tentar esvaziar uma grande manifestação de suínocultores marcada para o próximo dia 12. Enfrentando uma das mais graves crises dos últimos tempos, os produtores ameaçam fazer muito barulho, soltando até mesmo leitões pelo gramado da Esplanada. A saída proposta por Mendes é a criação de linhas de financiamento para melhorar o preço e a renegociação das dívidas. Só falta, agora, o Ministério da Fazenda bater o martelo.

Barulho

Relator do fim do fator previdenciário na Câmara em 2009, Pepe Vargas acha difícil que o plenário aprove a instituição da idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores. Ainda mais em ano eleitoral.

Colateral

O grande beneficiado de toda a crise que implodiu a base do prefeito de Pelotas Fetter Júnior é o jovem tacano Eduardo Leite, que saiu ileso da troca de acusações. Em Brasília, na cúpula do PP, há quem culpe o próprio Fetter por tanta confusão, acusando-o de não ter serenidade para construir um candidato de consenso.



RECORTE E COBRE

Acreditou?

As emendas da bancada gaúcha continuam bloqueadas. Em reunião com o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), a ministra Ideli Salvatti (PT-SC) abriu o jogo. Os cerca de R\$ 11 milhões referentes ao entorno da Arena só devem ser liberados depois das eleições. Ou seja, o estádio será inaugurado, enquanto as obras de infraestrutura estarão longe de serem concluídas com recursos federais.



JORGE BASTOS MORENO

A difícil decisão de um político mineiro.

Desdobramentos da investigação policial chegam ao Judiciário.

O difícil para o PT e o PMDB, agora juntos nas eleições de BH, foi trazer o Leonardo Quintão para a candidatura de Patrus Ananias. Prepararam um jantar para ele no Jaburu. Além do anfitrião, Michel Temer, o ministro petista Fernando Pimentel também foi muito convincente. Derretido, Quintão, finalmente, sucumbiu aos argumentos.

— Ok, mas deixem pelo menos eu avisar as bases!
— De um abraço nelas! — falaram, ao mesmo tempo, Temer e Pimentel.

— Nelas, quem, pô?! — questionou, já com raiva, o recém-convertido.

— Nada! Nada! — acalmou Pimentel.

E, como prometera, naquela noite mesmo, Quintão saiu do Jaburu direto para a casa do Aécio Neves. Foi dar satisfação às bases. Brasília declarou guerra a Belo Horizonte. Pau-mandado que sou, mas só dos poderosos, reproduzo conselho ao angu mineiro: "Benedito Valadares dizia que a política comporta a traição, mas não os traidores".

Sozinho

Está deflagrada a campanha eleitoral de 2012. A partir de agora, todo mundo fica vigiando todo mundo para que ninguém fure o sinal da legislação eleitoral em favorecimento dos candidatos. Só que Dilma, Lula, FH, Eduardo Campos, Serra, Alckmin, Kassab, Tarso, Ciro, Jarbas, Temer e a torcida do Flamengo já estão em 2014. Quem gosta de eleição municipal é o Aécio Neves.

Que belo horizonte!

Não tivesse havido a ousada movimentação do governador Eduardo Campos nas disputas eleitorais das capitais, talvez a presidente Dilma não se mexesse tanto como agora. Tomou para si a candidatura Patrus Ananias e, sem a menor cerimônia, está fazendo dela o principal teste da sucessão presidencial, desviando assim o seu eixo de São Paulo. O centro agora é BH! É para lá que vou! Adeus, Paulicéia! Recolocando Minas no centro das decisões nacionais, Dilma, em consequência, reduz o impacto da disputa em São Paulo e se liberta politicamente de Lula. Ganhar ou perder em SP passa a ser uma questão local, com repercussão ídem. Já em Belo, não! A disputa nacional é lá, entre Dilma, Aécio, Eduardo Campos, Ciro Gomes. Enfim, com o que chamam de "Brasil novo", politicamente falando.

Reação em cadeia

O PT, sem brincadeira, quer enguar uma estátua ao Eduardo Campos. Ao botar a candidatura na rua, o governador de Pernambuco provocou uma reação interna imediata: em Recife, Humberto Costa aliou-se a João Paulo, e, em BH, Patrus Ananias, a Fernando Pimentel. Isso, até sábado, era impensável. O PMDB também é beneficiado pelo fator Campos.

Maezona

Orientem, na saída do Miguel Couto, Dilma para Paes:
— Como mãe diz para filho, eu te digo: se você não ganhar já no primeiro turno, não ganha presente de Natal.

Gota d'água

Se a CPI do Cachoeira tivesse ouvido ontem o bicheiro, ele teria botado a boca no trombone. Por causa da prisão do ex-cunhado, fato que o deixou indignado. Mas, como diz o poeta maior, hoje é sábado, amanhã é domingo. E, segunda-feira, ninguém sabe o que será.

Sangue azul

Hoje, em Juazeiro, o ministro Padilha inaugura a primeira fábrica de mosquitos do país, a "Moscamed". Mas não será um mosquito qualquer: desses que a saúde pública combate em nossos quintais. Será um mosquito nobre, sangue azul.

Mosquito gay?

A "Moscamed" foi o assunto principal da viagem da comitiva presidencial ontem, de Brasília ao Rio.

— O mosquito é estéril. Não procria. Ele mata a fêmea da dengue — explicava Padilha a Dilma, quando o ministro Crivella interveio:

— É um mosquito gay? Se for, sou contra.

— Não, é macho! Transa e faz tudo! Mas transa para matar. É essa a sua importância, matar os reprodutores da dengue.

Até o fechamento da coluna, o Ministério da Saúde não tinha encontrado um nome adequado para o mosquito assassino.

Dado relevante

Hoje, finalmente, Max vai ficar sabendo que Nina e Rita são a mesma pessoa. Seria bom também que aparecesse algum filho de Deus que explicasse a Dilma que Eduardo Campos e Ciro Gomes não são a mesma pessoa. É importante ela saber.

Publicação simultânea com o jornal O Globo, do Rio.



Liberdade mais arejada.

A esperança é a de que, um dia, todos nós venhamos a ter opinião igual.

A liberdade de imprensa, que abrange não só aos comunicadores, mas a todos os cidadãos, está assegurada para os brasileiros na Constituição Federal. No entanto, aqui em nosso Rio Grande, o governo da transversalidade de Tarso Genro quer uma liberdade mais arejada, mais ampla, mais debatida em seus leques, mais profunda em seus matizes, desde que a cabresto de um tal de CECS (Conselho Estadual de Comunicação Social). Tal colegiado, ora em estágio embrionário, é apresentado através de linguagem escorregadia, como de caráter independente, com atuação voluntária e não remunerada, e ficará, se vingar, vinculado ao gabinete do senhor do Piratini, que democraticamente designará uma Secretaria Executiva (esta, evidentemente, remunerada) para melhor estabelecer seu funcionamento. A pretensão do Executivo é de que este órgão seja composto de representantes da sociedade civil, instituições e organizações públicas e privadas e, isso, naturalmente, transformará (o objetivo é este) toda essa gente em peças conselheiras do governador, que deverão usar seus talentos, graciosamente, na busca, é claro, de evitar ou, pelo menos, contornar, colisões entre a opinião do poder público e a da mídia e, quem sabe, até aplacar clamores das massas. Segundo os conselheiros da minha torre, assim como foram criadas as mães remuneradas da paz em algumas vilas de Porto Alegre, Tarso quer, agora, junto ao seu gabinete, os comunicadores gratuitos da paz. A esperança é a de que, um dia, todos nós venhamos a ter opinião igual. Joseph Goebbels desenhou roteiros semelhantes.

Crime e castigo

O vigilante de uma empresa reagiu a assalto e matou um bandido a tiro, na manhã de ontem, em Caxias do Sul. O ataque ocorreu no bairro São José. O funcionário de uma indústria estava sendo assaltado por dois homens quando o vigia reagiu. Houve tiroteio e um dos criminosos morreu enquanto o outro conseguiu fugir.

Grampo e algemas

Uma jovem de 23 anos, identificada como Daniela Fagundes Teixeira, a Daninha, detida sob a acusação de tráfico de drogas, em Tramandaí, aproveitou-se de um descuido de policiais e escapou da delegacia. Daninha foi detida durante a madrugada de sexta-feira e foi colocada, algemada, perto do setor de investigação, já que as duas celas da DP estavam ocupadas. Possivelmente usando um de seus grampinhos, a moça se livrou das algemas e fugiu ligeira por uma janela do banheiro. O delegado de Tramandaí, Paulo da Silva Peres, alegou que era uma situação excepcional. Daninha está com prisão preventiva decretada pela Justiça e, se for recapturada, os policiais deverão retirar seus grampinhos.

wander.cs@terra.com.br

Manifestações de exclusiva responsabilidade dos colunistas.



ADROALDO STRECK

Palpite infeliz.

Ainda a solução é escolher bem os candidatos e votar depois de análise dos nomes que concorrem.

Uma amiga, extraordinária figura humana, com mais de setenta anos, sugeriu uma campanha pelo voto nulo. Obvio, esta é uma manifestação desesperada de quem quer ver o Brasil melhor, usando todas as armas possíveis e disponíveis. Só que com o voto nulo de protesto, perdemos a oportunidade de excluir os maus elementos. Neste caso, a emenda sairia pior que o soneto... Ainda a solução é escolher bem os candidatos e votar depois de análise dos nomes que concorrem.

Voto aberto

Ouçó, faz bastante tempo, que jornalista não deve abrir o voto. Pois eu penso o contrário e, por isso, no momento oportuno, não só abrirei o voto para prefeito como irei às ruas fazer campanha.

Motivo do voto

Lembro de uma conhecida que definiu o voto e me contou o que tinha levado ela a escolher como candidato o neto de uma comadre, guri bom barbaridade. O meu voto é dele, falou. Ai começam os equívocos. O eleitor mistura alhos com bugalhos. Voto no neto de uma amiga? E depois cobrar como? E se o neto falhar como homem público?

Água e esgoto

Obvio que eu sou a favor da privatização de água e esgoto no País. Quando menos se espera, surge uma safadeza na licitação. E se mudar os serviços de público para privado, cessa a rapinagem? Mas se se continuar com o município ou o Estado, cessa a rapinagem? Certamente, diminuirá. Para corrigir este problema, só com um grande programa de educação, que demora, no mínimo, 20 anos.

Doutor Brizola

Para surpresa minha, um dia jantando com um grupo da Social-Democracia da República Dominicana, em Brasília, Leonel Brizola manifestou-se pela privatização dos serviços de águas e esgotos. Claro, não vai faltar quem diga que estou inventando...

Pedágios

Um dia desses, fui a Jaguarão e fiquei pasmo com o número de pedágios naqueles 374 quilômetros de rodovia federal. É preciso colocar tarifas que deem resultados ao concessionário do serviço, óbvio. O problema são as diferenças sociais. Para o cidadão com automóvel ultrapassado, R\$ 8,50 é uma paulada. Para o burguesão despreocupado, nada. Ele quer estrada boa, bem sinalizada. Paga e não bufa.

Diferenças sociais

Este é o problema brasileiro. Muita gente com pouca ou nenhuma renda e que não consegue acompanhar os que estão no topo da pirâmide. Quem sabe para automóveis antigos, uma tarifa diferenciada? Deve haver solução. O que não podemos, em nenhuma hipótese, é prescindir dos pedágios.

Jornalista
adroaldostreck@terra.com.br

Política

politica@correiodopovo.com.br
 Editor: Luiz Augusto Kern
 Editora assistente: Dulci Emerim

(+leia no Blog) <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/talineoppitz>

Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



Propostas devem prevalecer

Porto Alegre irá protagonizar uma das eleições mais acirradas entre as capitais do país. A disputa, porém, não deve servir para que os candidatos priorizem as divergências políticas em detrimento dos temas que realmente interessam à população. As eleições municipais, bem mais do que as gerais, proporcionam aos candidatos a defesa de suas propostas para áreas que têm importância direta na vida dos cidadãos, entre elas, saúde, educação e segurança pública – setor no qual não cabe mais o discurso de que os prefeitos não têm responsabilidade devido à prerrogativa de atuação do Estado. E nas cidades que as pessoas vivem e enfrentam os contratempos do dia a dia. A proximidade dos eleitores com os problemas reais, de seu cotidiano, amplia a responsabilidade dos candidatos na apresentação de seus programas de governo e deve servir ainda de freio a propostas mirabolantes, que na prática são inexequíveis, ou que dependam majoritariamente de ações dos governos federal e estadual.

Maratona para vencer a pauta

A Assembleia deve realizar hoje a última sessão plenária antes do recesso parlamentar, que começa no dia 15. Estão aptos à votação 30 projetos, entre eles, propostas de interesse do Executivo, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e matérias que tratam de reajuste salarial de categorias da área da segurança. Caso não seja possível vencer a pauta, a sessão derradeira será realizada amanhã.



rotina, mas ainda não há periodicidade definida. Manuela já usava a ferramenta para prestar contas do mandato de deputada federal e também no período pré-eleitoral.

Mais 221 aprovados

O resultado da análise dos 720 recursos referentes ao concurso do magistério serviu para reforçar a tese do Cpers, que critica o critério de elaboração das provas. Após a análise dos recursos, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos anulou 12 questões e aprovou mais 221 candidatos. "Essa revisão demonstra a ineficácia do governo na elaboração das provas", disse a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira. Inicialmente, 5,2 mil dos 63,7 mil professores que fizeram as provas passaram na seleção para preencher 10 mil vagas.

Apartes

- Está apto para votação o projeto que institui o 13º aos secretários.
- Com o pedido de retirada do regime de urgência, a proposta de criação das Casas de Solidariedade passou a tramitação regular e aguarda parecer na Comissão de Saúde.
- O PV, que em Porto Alegre faz dobradinha com Adão Villaverde, em Gravataí está organizando ato para pedir a impugnação do registro da candidatura do petista Daniel Bordignon. O pedido de impugnação será protocolado na Justiça Eleitoral quinta-feira.
- O projeto de criação de um Conselho Estadual de Comunicação ainda não chegou à Assembleia e já enfrenta resistências. Líder da bancada do PMDB, Márcio Biolchi classificou a proposta como "uma ameaça à liberdade de imprensa". Ontem, o governador Tarso Genro recebeu uma minuta do projeto do grupo de trabalho que formatou a proposta.

Canal direto

■ Pela primeira vez desde o início oficial da campanha, Manuela D'Ávila utilizou a ferramenta de câmera disponibilizada pelo Twitter para responder a perguntas de internautas. Cerca de 180 pessoas participaram. A ideia é transformar a ação em rotina, mas ainda não há periodicidade definida. Manuela já usava a ferramenta para prestar contas do mandato de deputada federal e também no período pré-eleitoral.

Apoio no mérito

Um dos principais adversários do PT na Assembleia, Edson Brum diz não ser contra a PEC da Água, que determina o controle acionário do poder público em concessões de água e saneamento. Apesar de afirmar que vê problemas de constitucionalidade, Brum convida com os petistas no mérito do projeto. Ontem, a bancada do PT apresentou requerimento ao presidente da Assembleia, Alexandre Postal, solicitando o desarquivamento da PEC. O recurso será encaminhado à CCJ.

Salários: TRF mantém sigilo

■ O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região rejeitou ontem recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), que pedia a retomada da divulgação dos salários dos servidores federais dos Três Poderes na Internet de forma individualizada. A decisão foi tomada pelo presidente da Corte, desembargador federal Mário César Ribeiro.

Morre Arnaldo Sússekind

■ Último remanescente da comissão nomeada por Getúlio Vargas em 1942 para elaborar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o jurista Arnaldo Sússekind morreu ontem, ao completar 95 anos. Ele foi ministro do Trabalho e Previdência nos governos Ranieri Mazzilli e Castello Branco, antes de ingressar no Tribunal Superior do Trabalho.

Senadores temem anulação de votos

Defensores da cassação de Demóstenes querem driblar veto a 'voto aberto'

Com a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a abertura do voto, em plenário, sobre o pedido de cassação do senador Demóstenes Torres (sem-partido-GO), senadores pretendem apenas anunciar como votaram, sem mostrar o registro no painel eletrônico. Marcada para amanhã, a votação corre o risco de ser anulada caso isso ocorra. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) classificou de "absurda" a intenção do advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, defensor de Demóstenes, de recorrer ao STF para anular votos de quem se manifestar publicamente a favor da cassação de seu cliente, suspeito de envolvimento com o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Na tentativa de salvar o mandato, Demóstenes afirmou ontem, em novo discurso, que nenhuma das acusações contra ele configura quebra de decoro parlamentar. Ele disse que mentir não é quebra de decoro. Segundo ele, esse precedente foi estabelecido, de maneira informal, na cassação do senador Luiz Este-



Demóstenes fez ontem nova defesa

vão (PMDB-DF). "Se o parlamentar mentir, é um problema dele com sua consciência e sua audiência, não com o decoro. Aliás, nada do que o parlamentar diz da tribuna pode ser quebra de decoro. Criou-se esse mito por causa do precedente utilizado para cassar um senador em 2000. A diferença é que eu não menti." Na última sexta-feira, o ministro Celso de Mello, do STF, ne-

gou pedido de Ferraço para que o Senado tornasse abertos seus votos. Para Mello, como a Constituição estabelece o voto secreto para cassação de mandato, a regra só pode ser alterada com a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição, o que ocorreu no Senado, na semana passada. Para entrar em vigor, a matéria precisa passar pela Câmara. "O voto é secreto, mas o direito do parlamentar de se manifestar é inviolável", alega Ferraço, a favor da cassação.

Alguns senadores estão cautelosos, temendo a anulação do voto. "A Constituição garante a liberdade de expressão, mas, por cautela, acho que não cabe manifestação na hora do voto", diz o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-ES), também favorável à cassação. Para o líder do Dem, senador José Agripino (RN), a declaração de voto abre brecha para Demóstenes pedir anulação da votação no STF. "Quando o senador declarar o voto estará dando ao acusado o direito de contestar o resultado pela violação da Constituição."

CPI ouve prefeito antes do recesso

A CPI do Cachoeira ouve hoje o prefeito de Palmas (TO), Raul Filho (PT). Será a última atividade da comissão antes do recesso parlamentar, que começa na próxima semana. Apesar de ter aprovado várias convocações na semana passada, como a do dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, os depoimentos serão agendados somente em agosto.

As próximas testemunhas, mesmo que recorram ao direito constitucional de ficar em silêncio diante das perguntas, terão de ouvir os questionamentos dos parlamentares. Não serão

dispensadas de permanecer na sala da comissão.

Raul Filho foi convocado porque aparece em vídeo gravado pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira, em 2004, acertando com o contraventor doação para sua campanha. Ele diz a Cachoeira que o PT tem um projeto de poder para Palmas e sugere que o bicheiro escolha a área em que quer atuar: transporte, limpeza urbana ou departamento de águas. Eleito, Raul Filho firmou seis contratos – quatro sem licitação – com a construtora Delta para recolher o lixo na cidade, no valor de R\$ 119 milhões.

Ministro entra na campanha em SP

Titular do Ministério do Trabalho, Brizola Neto foi o primeiro ministro do governo Dilma Rousseff a participar diretamente da campanha eleitoral deste ano. Ontem, na capital paulista, ele almoçou com seu companheiro de partido, o pedetista Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, candidato à Prefeitura de São Paulo. "A presidente Dilma nos liberou para trabalhar na campanha fora do horário comercial, por isso estou aqui no horário de almoço como vice-presidente do PDT". O ministro participou do congresso nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Brizola Neto disse que a aliança do PDT com o governo Dilma é natural. Para ele, foi a falta de afinidade como essa que pesou para o fim da aliança entre PSE, PT e PSDB na candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte (MG).

Obras do PAC sob suspeita são mantidas

■ A Justiça Federal manteve o andamento de 44 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ameaçadas de paralisação por conta de ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Militar. Os procuradores alegavam haver indícios de fraude na licitação e execução de empreendimentos rodoviários do governo federal.

SANTINHO CARDS
EM PVC

R\$ 83,00
/MILHEIRO

PREÇO IMBATÍVEL

MAIS RÁPIDO SEVERO, SEM FIM

eatpunny.com.br

3072.03.73

COMERCIAL@EATPUNNY.COM.BR

BANDEIRA SUBLIMADA

• TNT • NYLON • POLIÉSTER

2012

R\$ 2,25
UNIDADE TNT

PREÇO IMBATÍVEL

• ADESIVO CARRO e LAPELA • BOBINA PLÁSTICA • BANNER • PERFURITE

Estado terá 500 mil unidades de Tamiflu para conter gripe

◊ Número de mortes chega a 23 e preocupa autoridades ◊ Secretária da Saúde confirmou 145 casos da doença
◊ Além disso, sistema público de saúde receberá 200 mil doses extras de vacina para enfrentar H1N1

A secretária estadual da Saúde informou ontem que foram contabilizadas oito novas mortes decorrentes da gripe A no Estado desde o dia 24 de junho. Um dos casos ocorreu em Porto Alegre, que agora soma três vítimas da doença. Das 145 pessoas que tiveram registro de contaminação pelo H1N1 confirmado pela Vigilância Sanitária, 23 morreram no Rio Grande do Sul – 15,8% dos infectados. Dos oito mortos, sete não estavam vacinados e um tinha fatores de risco, segundo a secretária.

Para combater o avanço da doença, o governo do Estado anunciou a disponibilização de 500 mil tratamentos do anti-viral Tamiflu para as redes pública e privada. Segundo o secretário Ciro Simoni, a quantidade é "suficiente" para o enfrentamento ao quadro atual no Estado. "O importante é não tratar a gripe em casa,

mas aos primeiros sintomas ir imediatamente a um posto de saúde", recomendou o secretário.

Atenção aos sintomas

O tratamento pode ser prescrito tanto por médicos do SUS como por particulares, com a distribuição, sem custo, garantida pela rede pública. Para tomar mais ágil a solicitação do medicamento, a secretária anunciou também que não exigirá mais o preenchimento do formulário de dispensação – o médico precisa apenas utilizar o Receituário de Controle Especial para prescrever o Tamiflu.

O secretário também recomendou atenção aos sintomas de infecção: febre, dor de garganta e dores nas articulações, musculares ou de cabeça. O tratamento com o anti-viral é mais eficiente se for iniciado nas primeiras 48 horas. ● METRO POA



▶ Reforço nas vacinas chega ao Estado ainda esta semana

GABRIELA DE SOUZA/REUTERS

SUS terá reforço de 200 mil vacinas

Numa reunião entre a Famurs (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul) e a Secretaria Estadual da Saúde, o secretário Ciro Simoni também informou que haverá um reforço de 200 mil doses na vacina contra o vírus

H1N1 no Estado.

Com isso, serão totalizadas 800 mil doses extras de vacina para os grupos de risco – gestantes, crianças entre seis meses e dois anos e pessoas acima de 60 anos. Municípios com maior número de casos, como São Borja, Cruz

Alta e Ijuí, devem imunizar um terço da população. Segundo o presidente da Famurs, Ary Vanazzi, a população precisa auxiliar no combate à doença. "É importante entender que não se trata essa gripe em casa, com 'chá-zinho'", disse. ● METRO POA

Quadro da gripe

- 1 Das oito novas vítimas confirmadas, três mortes ocorreram em São Borja e outras duas na mesma região das Missões – em Santo Ângelo e Vitória das Missões.
- 2 Outras mortes pelo H1N1 aconteceram em Porto Alegre, Soledade e Alecrim.
- 3 Houve 145 casos confirmados de infecção pelo H1N1. A secretária informou que 412 casos suspeitos foram descartados pela impossibilidade de identificar o agente infeccioso.
- 4 A secretária confirmou também outros 195 casos de gripe por outro tipo de vírus, com 26 mortes – 13,3% do total.

Magistério: mais 221 aprovados

A FDRH (Fundação para Desenvolvimento dos Recursos Humanos) divulgou até a quinta-feira o edital de convocação para a prova de títulos do concurso do magistério. A lista final de aprovados teve um acréscimo de 221 nomes. A banca examinadora anulou 12 questões e publicou

uma nova listagem com 5.445 aprovados.

No total, a FDRH recebeu 720 recursos de um total de 63 mil candidatos que realizaram as provas. A lista classificatória final do concurso, que depende da prova de títulos, ainda não tem data para ser divulgada.

● METRO POA

Tarso quer ampliar debate sobre criação de Conselho

O governador Tarso Genro disse ontem que vai ampliar o debate entre os partidos da base e com outros segmentos sociais sobre a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social antes de enviar o projeto à Assembleia Legislativa. O governador recebeu ontem a proposta, formatada por um grupo de trabalho e aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

De acordo com o texto, o órgão deverá "promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação no RS", entre outras atribuições. Se aprovado, o Conselho terá 25 membros – cinco representantes do poder público, cinco dos veículos de comunicação, cinco dos profissionais e membros indicados por movimentos sociais e universidades.

● METRO POA

Praça nova



▶ Tapumes da praça Princesa Isabel foram removidos no domingo

GABRIELA DE SOUZA/REUTERS

Praça na Azenha será entregue ao público

Com calçamento novo, ajardinamento e bancos com pintura nova, a praça Princesa Isabel, no coração do bairro Azenha, foi liberada ontem para circulação depois de dois meses de reforma. Os tapumes que escondiam a revitalização, custeada pela iniciativa privada, foram removidos ainda no domingo. A inauguração oficial, entretanto, deve demorar alguns dias, segundo a Smam (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). A reforma faz parte do projeto de revitalização do bairro.

Polícia prende 22 em operação

Novo Hamburgo/São Leopoldo/Taquara - Na manhã de ontem, a Polícia Civil realizou a Operação Tánatos, na qual foram presas 22 pessoas suspeitas de homicídios ou crimes ligados ao tráfico de drogas em Novo Hamburgo, São Leopoldo e Taquara. A ação foi coordenada pelos delegados Adriano Nonnenmacher, da 2ª Delegacia de Polícia (DP) de São Leopoldo, e Alencar Carraro, da 3ª DP de São Leopoldo. Ao todo serão cumpridos 23 mandados de prisão e 30 mandados de busca e apreensão de armas, coletes a prova de balas, munições, drogas e dinheiro. Participam da Operação Tánatos, 80 policiais civis da região do Vale do Sinos, Litoral, e Grupamento de Operações Especiais (GOE) em 35 viaturas. Conforme o delegado Nonnenmacher, a operação iniciou no começo ano. "Era uma ofensiva contra crimes de homicídio e relacionados ao tráfico, que contabilizou, nestes seis meses, mais de 65 prisões", comentou.



Operação Tánatos cumpriu mandados de homicídios e crimes ligados ao tráfico

Dono de sucata é detido por receptação

Estância Velha - Quinze painéis de alumínio adquiridas de um desconhecido levaram um homem que compra sucatas à prisão. O caso inusitado foi registrado na tarde de ontem, na Delegacia de Polícia do município. O acusado, de 26 anos, foi detido pela Brigada Militar e responderá processo por receptação, em liberdade.

Conforme a BM, um homem de 45 anos teve a casa arrombada entre as 2 e 12 horas desta segunda-feira, de onde levaram 15 painéis usados de alumínio, um compressor e uma furadeira. Assim que verificou o furto, o proprietário da residência começou a procurar pelo bairro o

suposto autor do arrombamento, mas o que encontrou foram suas painéis, em uma loja que compra sucata para revender.

Por volta das 15h45, a vítima acionou a Brigada Militar, que recuperou os objetos furtados e encaminhou o suspeito à Delegacia. A vítima relatou que o furto aconteceu quando ele estava dormindo. A residência invadida fica na rua Lorena Bittencourt, no bairro Sol Nascente, já a loja de sucata fica na rua Fatima, bairro Rincão dos Ilhéus. "Não compro cobre queimado da gurizada para não me incomodar, daí acontece isso", lamentou o acusado aos policiais.

Motorista embriagado causa acidente

Nova Petrópolis - Na manhã do último domingo, 8, aconteceu por volta das 6 horas um acidente de trânsito com danos materiais próximo ao Parque Aldeia do Imigrante. De acordo com a Brigada Militar o condutor alegou ter dormido no volante, com o descuido o motorista consequentemente

avançou no canteiro central se chocando contra arbustos. Ao ser abordado pela Brigada o motorista apresentava visíveis sintomas de embriaguez, negando-se a fazer o teste do bafômetro. Sua Carteira de Habilitação foi recolhida e o veículo recolhido ao depósito do Detran.

Ambulância socorre andarilho

Morro Reuter - Na manhã de segunda-feira, por volta das 8h30, um andarilho precisou ser socorrido pela equipe do Samu de Dois Irmãos, na BR 116. O homem, que diz se chamar Eduardo, passou mal na altura da Tenda da Figueira. Ele foi socorrido e encaminhado

para o posto de saúde do município. A enfermeira da unidade conta que ele teve uma queda de pressão, mas não quis ser atendido. Ele ficou alguns minutos no posto e depois foi embora, seguindo seu caminho pela BR 116. Eduardo estava sozinho.

Final de semana marcado por acidentes

Ivoti - Entre sexta-feira, a partir das 8h30, e domingo até às 11h30, foram registrados dez acidentes com danos materiais em Ivoti. Apenas um deles, a colisão de uma moto contra um veículo dos Correios, na sexta-feira, teve registro de lesão corporal, quando o motoqueiro foi encaminhado ao Hospital Geral de Novo Hamburgo com suspeita de fratura na

base. Três ocorrências foram registradas na Av. Presidente Lucena, enquanto as demais ocorreram nas avenidas Bom Jardim e Capivara e nas ruas Fagundes Varela, Albino Hugo Müller, Pedro Alvaros Cabral e Três Passos. Até a VRS-865 consta nos boletins. As principais causas apontadas para os acidentes foram a chuva e a embriaguez.

Bateu e fugiu do local

Ivoti - Na madrugada de sábado (7), por volta da 1h, um condutor causou um acidente com danos materiais na VRS-865, em Nova Vila. Segundo boletim da Brigada Militar, o homem dirigiu um Uno Mille e após se chocar contra um Siena, discutiu com o outro condutor e na sequência quis fugir do local, porém o veículo teve uma pane e não ligou. Alegando estar com dores, o motorista informou a namorada, que o estava acompanhando, que iria procurar socorro e saiu a pé, e não retornou mais. Segundo testemunhas que presenciaram a cena, o motorista apresentava claros sinais de embriaguez. O veículo foi recolhido e o motorista, que foi identificado pela namorada, foi notificado com uma multa por ter abandonado o local da ocorrência.

POLÍCIA BRAGA

www.polibiobraga.com.br

CAMPANHA

Custos da campanha eleitoral segundo os principais candidatos: Porto Alegre
 José Fortunati, PDT - 10,5 milhões
 Manuela D'Ávila, PCdoB - 13,6 milhões
 Adão Villaverde, PT - 11,8 milhões
 São Paulo
 José Serra, PSDB - 98 milhões
 Fernando Haddad, PT - 90 milhões

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

O governador Tarso Genro recebeu nesta segunda-feira de manhã, o ante-projeto de criação do Conselho Estadual de Comunicação, que segundo ele foi aprovado pelo seu aparelho Conselheiro. AARI repeliu o monstro. Esta é mais uma tentativa do governo petista de cabrestear e aparelhar as empresas de comunicação e os jornalistas. O projeto irá para a Assembleia e lá poderá ser derrubado.

AÉROMÓVEL

Missão gaúcha viajará na semana que vem para a Indonésia, a terra do trem gaúcho Aeromóvel. A viagem propiciará pelo menos uma curiosidade para os membros da missão, porque eles poderão ver em ação o único aeromóvel de tecnologia gaúcha existente no mundo, o de Jacarta. O aeromóvel é invenção do gaúcho Oscar Coester, que vem a ser pai do chefe da missão à Indonésia, o também engenheiro Marcus Coester. No Brasil, o primeiro aeromóvel sai neste momento na linha que ligará o aeroporto Salgado Filho à estação Aeroporto do Trensurb, um quilômetro de extensão.

RÁPIDAS

- Ana Amélia já confirmou presença no primeiro comitê suprapartidário da comunista Manuela D'Ávila. Ela já confirmou que subirá ao palanque.
- O novo presidente da CUT, Wagner Freitas, diz que pode levar às ruas a força da maior central sindical do país para defender os reus do mensalão, que começaram a ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal em agosto.
- A Oi confirmou nesta segunda-feira que investirá R\$ 650 milhões na região Sul, até o final do ano. No RS serão R\$ 290 milhões. A ênfase é na melhoria dos serviços, sobretudo 3G.
- Petrobrás: saiba por que ações que deveriam valer uma fortuna não param de cair.
- Manuela levou vantagem no primeiro debate eleitoral.
- Saiba mais em odiario.net ou polibiobraga.com.br.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indexadores

	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
09/07/2012						
INPC - BGE mensal (%)	0,51	0,51	0,39	0,8	0,64	0,55
Acumulado do ano (%)	6,08	6,01	6,09	1,08	1,71	2,22
Acumulado em 12 meses (%)	6,05	5,63	5,47	4,97	4,88	4,89
IGP DI - FGV mensal (%)	-0,16	0,30	0,07	0,56	1,02	0,91
Acumulado do ano (%)	5,00	0,30	0,37	0,93	1,96	2,88
Acumulado em 12 meses (%)	5,00	4,29	3,38	3,32	3,86	4,80
IGPM - FGV (%)	-0,12	0,25	0,26	0,43	0,85	1,02
Acumulado do ano (%)	5,10	0,25	0,19	0,62	1,47	2,51
Acumulado em 12 meses (%)	5,10	4,53	3,43	3,23	3,65	4,29
IFCA - BGE (%)	0,50	0,56	0,45	0,21	0,64	0,36
Acumulado do ano (%)	6,59	0,56	1,09	1,22	1,22	2,24
Acumulado em 12 meses (%)	6,50	6,22	5,84	5,24	5,24	4,99
INCC-MFGV (%)	0,35	0,47	0,42	0,37	0,83	1,30
IPC - FIPE (%)	0,61	0,66	-0,07	0,15	0,47	0,35
ICV - DIEESE (%)	0,50	1,32	0,13	0,59	0,36	0,43
TAXA SELIC (%)	0,91	0,89	1,00	0,82	0,74	0,73

Valores de Referência

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
UPF-RS (física)	12,1912	12,1613	12,9911	12,9911	12,9911	12,9911
SALÁRIO MÍN. NAC.	545,00	545,00	622,00	622,00	622,00	622,00
SALÁRIO MÍN. REG.	610,00	610,00	610,00	610,00	700,00	700,00

OURO: R\$ 109,20	DÓLAR COMERCIAL: R\$ 2,02
EURO: R\$ 2,49	IBOVESPA: - 1,75%
POUPANÇA: 0,5000%	NASDAQ CMP: - 0,18%
JUROS PÓS: TR + 10%	DOW JONES: - 0,26%

CUB - (NBR 12.721 - 2006)

Projeto	Padrão de acabamento	Código	Abr	Mai
Residenciais				
R - 1 (Res. Unifamiliar)	Baixo	R-1-B	047,16	945,76
	Normal	R-1-N	1.161,43	1.182,03
R - 1A (Res. Unifamiliar)	Baixo	R-1A	1.455,42	1.455,29
	Normal	PP-4-R	976,44	872,61
R - 8 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R-8-B	626,97	829,36
	Normal	R-8-N	964,89	969,36
R - 16 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R-16-B	1.190,48	1.192,04
	Normal	R-16-N	1.236,33	1.239,07
PS (Projeto Inter. Social)		PIS	658,29	558,89
RPQ1 (Residência Popular)		RPQ1	944,69	945,64
Comerciais				
CAL-8 (Com. Andar Livre)	Normal	CAL-8-N	1.139,48	1.136,57
	Alto	CAL-8-A	1.742,39	1.244,79
CAL-4 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL-8-N	956,84	939,10
	Alto	CSL-8-A	1.089,22	1.092,05
CSL-16 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL-16-N	1.279,17	1.281,91
	Alto	CSL-16-A	1.453,23	1.456,68
GI (Galpão Industrial)		GI	510,30	510,41

IR na Fonte

Base de cálculo R\$	Alíquotas (%)	Parc. a deduzir
Até 1.637,11	-	seito
De 1.637,11 a 2.453,50	7,5	122,78
De 2.453,51 a 3.271,38	15	306,80
De 3.271,39 a 4.087,85	22,5	552,15
Acima de 4.087,85	27,5	759,53



Good CAMBIO
Seu lugar de câmbio é aqui!

Fone (51) 3066-6799



BOURBONshopping
Av. Nações Unidas, 2001 - Novo Hamburgo

As principais moedas do mundo estão aqui!

ASSINATURAS

DIÁRIA	RENOVAÇÃO	NOVA
1 mês	RS 20,00	RS 21,00
3 meses	RS 55,00	RS 57,00
6 meses	RS 105,00	RS 108,00
12 meses	RS 200,00	RS 205,00

assinaturas@odiario.net

O Diário

DA EXCELÊNCIA DA IMPRENSA

|| BRASÍLIA

STF/PROCURADOR DA REPÚBLICA FRISOU QUE O EX-MINISTRO ERA MENTOR DO ESQUEMA

Mensalão era chefiado por Zé Dirceu, diz MPF

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, reafirmou nesta sexta-feira a existência do mensalão, que, segundo ele, foi o "mais atrevido e escandaloso caso de corrupção e desvio de dinheiro público já flagrado no País". Incumbido de acusar os 38 réus do processo perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ele citou o papel de cada um no esquema e deu destaque à atuação do ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu.

Gurgel avalia que há provas pouco robustas contra quem chamou de "principal figura de tudo que apuramos" e "o

grande protagonista" do mensalão, mas atribuiu o fato ao papel de liderança que Dirceu exercia. "Como quase sempre ocorre com chefes de quadrilha, o acusado não aparece nos atos de execução do esquema", justificou.

Ainda no núcleo político (os réus foram divididos em três núcleos: político, operacional e financeiro), Gurgel citou o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-secretário-geral do partido Silvío Pereira e o ex-tesoureiro Delúbio Soares, além dos parlamentares dos partidos beneficiados pelo esquema - PL (hoje PR), PTB e PP.



Gurgel é responsável pelas acusações contra os réus

Do núcleo publicitário-financeiro, o destaque foi para Marcos Valério. "Dirceu foi o mentor do esquema enquanto Marcos Valério foi seu executor", sintetizou o representante do Ministério Público Fe-

deral (MPF).

O interesse desse núcleo, segundo o procurador, era se aproximar do governo a fim de obter vantagens em contratos publicitários e desvio de verba em benefício próprio.

Governo não tolera demissões no setor automotivo

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou nesta sexta-feira que "não vai tolerar o descumprimento do acordo de não demissão nos setores beneficiados pela redução do IPI". A informação partiu da assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda. De acordo com o órgão, o governo vai considerar descumprimento de acordo se as montadoras dispensarem trabalhadores.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou que esta é uma resposta aos "últimos acontecimentos" - referência, ao que tudo indica, às manifestações dos funcionários da General Motors paulista e à repercussão da ameaça de demissão em massa na unidade de São José dos Campos. Os trabalhadores fizeram protestos na rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo e Rio de Janeiro, nesta semana.

Para este sábado está prevista uma reunião com representantes da GM e do governo do Estado de São Paulo a fim de discutir os rumos da categoria.



Metalúrgicos protestaram na Presidente Dutra devido às ameaças de demissões

Operadoras devem reduzir queixas

Os planos de melhorias apresentados pelas operadoras TIM, Claro e Oi à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a liberação das vendas de chips trazem compromissos de diminuição dos índices de reclamações de clientes até 2014. As medidas previstas pelas empresas foram divulgadas nesta sexta-feira pela Anatel.

A TIM prevê redução de 3% nos índices de reclamações de rede no final de 2012, de 25% em 2013, e de 44% em 2014, em

relação ao primeiro trimestre deste ano.

O plano de atendimento da Oi prevê diminuição de 42% no indicador de reclamações na Anatel até 2014. Também quer aumentar de 89,8% para 95% o índice de complementamento de chamadas.

A Claro se comprometeu a aumentar as metas de complementamento de chamadas e resposta ao usuário, além de reduzir as quedas de ligações. Segundo a Anatel, a meta da operadora é investir R\$ 6,3 bilhões até 2014.

|| PORTO ALEGRE

Blogueiros conhecem projeto do CECS em reunião com Tarso

Ao reunir 30 blogueiros no Palácio Piratini, nesta sexta-feira, o governador Tarso Genro apresentou o projeto de lei para criação do Conselho Estadual de Comunicação (CECS). O chefe do Executivo destacou que antes de mandar a proposta à Assembleia Legislativa, ela passará por um processo de consulta popular via site do Gabinete Digital, um serviço do governo estadual.

Conforme o governador, a preocupação é orientar as políticas públicas de comunicação, inclusive na questão da transparência e participação da sociedade. "Não queremos o controle sobre nada. Quanto mais transparente o processo for, mais legitimidade se tem para fazer mudanças, para criar melhorias".

A secretária de Estado da Comunicação, Vera Spolidoro, salientou que o objetivo do Conselho é promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação por meio do debate com a sociedade sobre os temas relacionados à comunicação social.

|| SÃO PAULO

País produzirá vacina tetraviral para o SUS

O Brasil vai produzir vacina tetraviral que protege contra quatro doenças de uma única vez - Sarampo, Caxumba, Rubéola e Varicela (catapora). O acordo prevê a produção da substância será assinado neste sábado, no Rio de Janeiro, e prevê a transferência de tecnologia do laboratório público do Biomanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para o laboratório privado GlaxoSmithKline.

Segundo o Ministério da Saúde, a partir de 2013 a tetraviral fará

parte do calendário de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O titular da pasta, Alexandre Padilha, declarou nesta sexta, durante aula inaugural de um curso de Medicina em São Paulo, que o acordo garante o acesso a medicamentos e vacinas sem depender de outros países. "Podemos tomar como exemplo a pandemia do vírus [Influenza] H1N1, quando a vacina não era produzida no País e não foram feitas doses em quantidade adequada", justificou o ministro.

SAIBA MAIS

No evento, Padilha comentou a tendência de queda das mortes provocadas pelo vírus Influenza A (H1N1) na Região Sul. "À medida que avançamos no inverno, vai diminuindo a circulação do vírus da gripe. Mas isso não significa que devemos reduzir a vigilância, sobretudo, quanto ao uso do Oseltamivir [Tamiflu]. Uma das razões para a diminuição do número de óbitos foi porque o uso começou a ser mais precoce", reforçou.

QQ **3 anos de GARANTIA**

isso?

PRONTA ENTREGA SÓ NA VIGUINE

Com tudo isso?
Direção Hidráulica, Ar-condicionado, Vidros e Travas Elétricas, Freios ABS e Air Bag Duplo

Por apenas isso?
R\$ 23.990

SEMPRE ABERTO SÁBADOS E DOMINGOS DAS 9 ÀS 18 HORAS

ACEITAMOS SEU USADO E FINANCIAMOS EM ATÉ 60x

CINTO DE SEGURANÇA PODE SALVAR VIDAS.

AV. FERREIRA VIANA, 1445 (EM FRENTE AO FUTURO SHOPPING) 53 3028.7676 - PELOTAS - RS

VIGUINE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA

CHERY

Tarso apresenta Conselho de Comunicação

Iniciativa no Brasil só existe na Bahia, governada pelo também petista Jacques Wagner

Porto Alegre. O governador Tarso Genro, recebeu ontem no Palácio Piratini um grupo de 30 blogueiros para apresentar o projeto de lei de criação do Conselho Estadual de Comunicação (Cecs) e anunciar que antes do projeto ser encaminhado à Assembleia Legislativa passará por um processo de consulta popular via site do Gabinete Digital. Participaram do encontro a secretária de Comunicação e Inclusão Digital (Secom), Vera Spolidoro, e o chefe de gabinete do governador e coordenador do Gabinete Digital (GD), Vinícius Wu.

A proposta foi inicialmente debatida e aprovada pelo pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado (Cdes-RS), que recomendou a elaboração de um projeto de lei. Assim, a Câmara Temática da Cultura e Comunicação do Cdes instituiu grupo de trabalho para formular o projeto, entregue a Tarso dia 9 de julho.



Governador apresentou projeto a um grupo de 30 blogueiros no Palácio Piratini

"Não há pressa para que o projeto seja encaminhado à Assembleia, vamos colocar esta proposta em discussão na sociedade para que a gente esclareça todas as dú-

vidas e incorpore no projeto a contribuição da sociedade civil, para depois encaminhar um projeto com forte carga de legitimidade", disse o governador. Ele ressaltou

que o Executivo, ao invés de optar por um decreto que instituisse o Conselho, resolveu envolver a contribuição da sociedade na elaboração.

"Não queremos o controle sobre nada, quanto mais transparente o processo for, mais legitimidade se tem para fazer mudanças, para criar melhorias", disse Tarso. A participação dos blogueiros, segundo o chefe do Executivo, está garantida. "Não há distinção entre blogs e veículos de grande imprensa. É a participação de todos que deverá amadurecer a proposta do projeto."

A titular da Secom, Vera Spolidoro, disse que objetivo do Conse-

lho é promover a democratização da comunicação e a plena liberdade de informação, estimulando o debate permanente com a sociedade sobre temas relacionados à comunicação social.

Conselhos. Atualmente o estado da Bahia, governado pelo petista Jacques Wagner, é o único que criou o Conselho, reconhecendo como um serviço público e um direito humano fundamental. Países como Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Espanha, Portugal, Bósnia e Herzegovina e Argentina já trabalham com conselhos e órgãos equivalentes.

Veículos especiais para Clientes Especiais.

HONDA **Sulbra**

PROGRAMA **Prêmio Cidadão** **sulbra.com.br**

Guarda Costa Bueno

Cola grau hoje, no curso de Toxicologia Ambiental - FURG.

Recebe os cumprimentos de familiares e amigos pela conquista

Toxicologia Ambiental

CUATRO VIENTOS - MÚSICA EM MOVIMENTO

07/08/2012 - 20H

THEATRO GUARANY - RUA LOBO DA COSTA, 849

Ingressos: R\$ 5,00 comerciantes e seus dependentes com cartão SESC/SENAC atualizado. R\$ 30,00 público em geral.

Os ingressos já podem ser adquiridos nos seguintes locais:
Comerciantes: venda exclusiva no SESC Pelotas, obrigatória apresentação do cartão SESC/SENAC.
Público em geral, inclusive meia-entrada, na bilheteria do Teatro Guarany.
Os 100 primeiros assinantes do jornal poderão adquirir o ingresso no valor de R\$ 15,00 (meia-entrada), venda exclusiva no Diário Popular.

Informações: (53) 3225.6093

SISTEMA
FECOMÉRCIO-RS
SESC
www.sesc-rs.com.br



FLAVIO PEREIRA

As prioridades da comunicação de Tarso.

Secretária expõe prioridades da pasta da comunicação no Estácio.

No encontro que manteve ontem com jornalistas do Clube de Opinião, no Hotel Plaza São Rafael, a secretária de Comunicação e Inclusão Digital Vera Spolidoro definiu as prioridades do processo de democratização da informação no Estado. Segundo ela, a primeira prioridade é o trabalho voltado para a inclusão digital, com a ampliação do acesso à banda larga em regiões onde, em condições normais, as operadoras não teriam interesse em ampliar tais serviços, o que está exigindo um trabalho do governo de "persuasão" junto a essas empresas. A outra prioridade, garante, "está na democratização das verbas publicitárias, dando transparência a esse processo".

Conselho de Comunicação

Vera Spolidoro mostra-se tranquila quanto à qualidade do texto da proposta de criação do Conselho de Comunicação, que será votado pela Assembleia Legislativa. Segundo ela, o conselho proposto pelo governo é democrático e em nenhum momento sugere a possibilidade de intervenção do órgão na liberdade de imprensa.

Deputados na Expointer

A Assembleia Legislativa realizará uma série de atividades oficiais nos dias 28, 29 e 30 de agosto, no Parque de Exposições Assis Brasil, de Esteio, por ocasião da Expointer 2012. No local deverão ser realizadas reuniões das Comissões Permanentes, durante o período da manhã, e Sessão Plenária e reuniões temáticas, durante a tarde. A autorização foi aprovada ontem pelo plenário.

E agora?

O Sindicâmará (Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre) não se conforma com a instalação, dentro das dependências do Legislativo, de uma Seccional da Controladoria-Geral do Município, órgão do Executivo subordinado à Secretaria Municipal da Fazenda, que passou a fiscalizar todas as atividades contábeis, financeiras e orçamentárias da Câmara Municipal. O sindicato considera que a decisão da Câmara "é uma renúncia às atribuições constitucionais dos vereadores, um esvaziamento das obrigações dos parlamentares e uma humilhação que não tem paralelo na história do Parlamento da Capital". Detalhe: similar já existe na Assembleia Legislativa, onde se acha instalada, há alguns anos, uma seccional da Secretaria Estadual da Fazenda.

O exemplo de Caxias do Sul

Presidente do PT em Porto Alegre, o vereador Atleli Sell criticou ontem, na tribuna da Câmara, a falta de adequação dos contêineres de lixo em Porto Alegre, e sugeriu a implantação de contêineres que permitam a separação de lixo, citando como exemplo "o sistema implantado pela prefeitura de Caxias do Sul". Que é governada pelo peemedebista José Ivo Sartori.

Free shops: ainda não foi desta vez

Informa o deputado Frederico Antunes, que acompanha com a senadora Ana Amélia o processo de votação em caráter terminativo do projeto para que as cidades brasileiras que fazem fronteira com outros países possam ter lojas francas: a votação na Comissão de Assuntos Econômicos foi transferida para o dia 28, depois de um pedido de vista do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). O projeto autoriza nos municípios gaúchos de Chui, Santana do Livramento, Uruguaiana, Quaraí, Azequá, São Borja, Itaqui, Jaguarão, Porto Xavier, Barra do Quaraí e Barracão os chamados free shops ou lojas francas, onde poderão ser adquiridos produtos nacionais ou estrangeiros.

A lei ainda existe

Uma boa notícia para cidadãos que insistem em cumprir a lei: notificados pelo Ministério Público Federal, funcionários da Ufrgs que invadiram o prédio da universidade em Porto Alegre serão obrigados deixar o local até a tarde desta quarta-feira. Isto se não conseguirem, à última hora, algum "remédio" jurídico.

flavio.pereira@osul.com.br



WANDERLEY SOARES

Repentistas da segurança pública.

A coisa funciona durante algum tempo e serve, inclusive, para imagens bonitas, a cores, divulgadas pela mídia impressa e eletrônica.

A segurança pública, em ocasiões especiais, precisa de reforços que podem até ser oriundos das Forças Armadas. Em ocasiões especiais, a segurança pública exige um mutirão. Em ocasiões muito especiais, a segurança pública exige, simultaneamente, mutirões e reforços em que até donas de casa são chamadas para auxiliar. No entanto, como os tais reforços e mutirões não fazem parte do projeto permanente da segurança pública – quando projeto existe – a coisa funciona durante algum tempo e serve, inclusive, para imagens bonitas, a cores, divulgadas pela mídia impressa e eletrônica. No entanto, quem participa dos reforços e dos mutirões tem outras tarefas a cumprir e para elas devem retornar. É por isso que na segurança pública são montadas ondas, aparentemente avassaladoras contra a violência e a criminalidade e, pouco a pouco, vão se diluindo e terminam como inocentes marolinhas na beira da praia, longe da área dos tubarões. Sigam-me.

Loas

Reforços, mutirões nada mais são do que improvisações numa área onde nenhuma improvisação deveria ser admitida. Ainda assim, sobram as comissões de aplauso para essas medidas que seriam ótimas se fossem permanentes. Estou pensando seriamente em me especializar em cantar loas para esses repentismos de repentistas que são, inclusive, orquestrados pelo improvisado Ministério da Defesa. Por ora, no entanto, inclino-me pela posição há anos assumida pelos meus conselheiros que é a de levar a sério a segurança pública 24 horas por dia e questionar sempre o que me parece simplesmente midiático e colorido.

Quadrilheiros

Uma quadrilha atacou, durante a madrugada de ontem, a agência do Banco do Brasil de São Francisco de Paula, na Serra Gaúcha. Um caixa eletrônico foi explodido. O banco fica apenas a três quadras da sede da Brigada Militar na cidade, cujos dois PMs atendiam a uma ocorrência nas proximidades quando ouviram a explosão. Houve tiroteio com os bandidos que fugiram. Eram cinco homens armados até com fuzil, mas ninguém restou ferido. Segundo o delegado Juliano Ferreira, a perícia apontou que os bandidos não conseguiram levar o dinheiro do banco.

wander.os@terra.com.br

Manifestações de exclusiva responsabilidade dos colunistas.



Porto Alegre, quarta-feira, 8 de agosto de 2012. 4

ADROALDO STRECK

Gastos públicos.

Quem terá coragem de mudar esse quadro de desigualdades?

O brasileiro começa a participar concretamente da vida do País. O meu e-mail está sempre cheio, com sugestões e informações sobre coisas erradas e que precisam mudar nesta terra marcada por incompetências inaceitáveis.

Leitor denuncia

Um leitor que não autorizou revelar seu nome diz que na Assembleia Legislativa existem salários de 40 mil reais por mês. Os ganhos baixos chegam aos 17 mil reais mensais. Não quero duvidar do missivista, mas os salários altos da Assembleia, quarenta mil reais, são superiores aos da chanceler Angela Merkel, a mulher que administra a Alemanha.

Conclusão

O leitor conclui seu desabafo: "Assim, as diferenças sociais, que são enormes, se tornarão abissais, com o País mantendo castas iluminadas e abençoadas, tudo às custas do trabalho do povo comum". Sim, caríssimo leitor, e como é que se faz para mudar este quadro? Ou melhor, quem "com aquilo roxo" terá coragem de mudar esse quadro de desigualdades?

Minha opinião

A saída que existe é deixar tudo como está, até que as atuais vantagens deixem de existir por morte dos seus beneficiados. E os novos integrantes do serviço público teriam outro tipo de carreira profissional. Que não seria o emprego dos sonhos, mas algo para viver com dignidade se cumprirem corretamente suas tarefas.

Pesquisa

Um dia desses li pesquisa, não lembro onde, sobre o interesse dos jovens que querem entrar no mercado de trabalho. A esmagadora maioria deseja ser funcionário público. Por que motivo? Porque ganha bem e gosta mesmo é de sombra e água fresca. Não me parece que um país de jovens que lutam para ser empregados públicos esteja no bom caminho.

Alemanha

Na Alemanha, que cito como exemplo seguido, quando existem vagas no serviço público, o governo faz propaganda exaltando as vantagens oferecidas. Lá, a atividade privada é o objetivo de todos. Trabalha-se mais, mas as perspectivas futuras são ilimitadas.

Aconteceu comigo

Uma senhora de idade, dizendo-se minha eleitora e que tinha trabalhado pela minha candidatura na Zona Sul de Porto Alegre, pediu-me um emprego para o neto, recém-formado em engenharia. Segundo ela, um engenheiro de mão cheia. E elegeu a CEEE como o local para o jovem trabalhar. E concluiu: por favor, tem de ser daqueles empregos onde a pessoa só sai por morte. Nada desses empreguinhos que por qualquer motivo colocam o empregado na rua.

Brincadeira

Parece brincadeira o que escrevi acima da vovó querendo empregar o neto, já com privilégios assegurados. Sejamos claros, entre nós esses propósitos antigos ainda existem. E como diz o decano do turismo no Estado, Eugênio Mendes Machado: emprego daqueles que é suficiente depenurar o casaco na cadeira da mesa onde deveria trabalhar o servidor público...

Jornalista
adroaldo.streck@terra.com.br

Garantia da liberdade de expressão

CELSO AUGUSTO SCHRÖDER*

O Brasil sofre de um problema curioso: a comunicação debate muito pouco a comunicação. Pouquíssimas são as possibilidades da sociedade em compreender, formular e intervir nos processos comunicacionais, que são necessariamente públicos. Ou seja, a comunicação é um direito fundamental do cidadão que só o exercerá plenamente se tiver compreensão. Por isto, o debate sobre o tema é um elemento, em si mesmo, esclarecedor destes processos. Construir espaços que consigam contribuir de maneira qualificada, mais do que positiva, é uma obrigação do poder público e das empresas que usu-

É, no mínimo, curioso ver que ferramentas democratizadoras são apelidadas de ameaças à liberdade de expressão

friem o direito da exploração comercial destes serviços e dos agentes sociais envolvidos. É, no mínimo, curioso ver que ferramentas democratizadoras e consagradas no mundo todo, como os conselhos de comunicação, são apelidadas de ameaças à liberdade de expressão. Os conselhos se tornaram alvo da ira antirrepublicana de alguns setores, até pelos que desconhecem seus reais objetivos. Espaços nitidamente públicos, isto é, não estatais e não privados, os conselhos são amplamente utilizados em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros. Por que, então, só aqui

quer-se tornar o debate sobre comunicação proibitivo? Ora, ameaçar a liberdade de expressão é cercar eventuais ou possíveis opiniões contrárias, negando à sociedade o direito de debater a formulação de políticas para o setor, como se isto coubesse a poucos privilegiados ou servisse a interesse de outros poucos.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, através de sua Câmara Temática de Comunicação e Cultura, está propondo ao governo do Estado a criação de um Conselho Estadual de Comunicação. Onze audiências públicas e 11 seminários no interior do Estado produziram uma proposta que foi amplamente debatida com a sociedade e encaminhada ao governador Irsa Genro. Defender este espaço é defender a possibilidade do cidadão de superar a sua condição de simples leitor, espectador ou ouvinte e exercer plenamente a possibilidade de compreender e intervir de maneira mais plena e qualificada neste processo que é fundamental para a democracia e o Estado de direito.

O texto de criação do Conselho Estadual ainda passará por debate público por meio da consulta popular promovida de hoje até 10 de setembro pelo governo do Estado e também será avaliada pela Assembleia Legislativa. O Conselho proposto tem caráter consultivo e deve ser composto de 25 membros entre jornalistas, empresários de comunicação, sociedade civil e apenas três membros do Executivo estadual, de maneira a garantir a dimensão plural e pública inerente aos conselhos de comunicação.

*Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do RS e do Conselho Nacional de Comunicação

Comunicação e liberdade

ALEXANDRE GADRET*

A comunicação social no Rio Grande do Sul nunca foi tão abrangente e tão plural. Mesmo em um setor altamente regulado por extensa legislação federal, através de 41 leis, 32 decretos e centenas de portarias ministeriais, o rádio e a televisão estão disponíveis de forma livre e gratuita para a totalidade da população gaúcha. Não há um povoado sequer sem acesso ao rádio ou à televisão, que há 90 anos prestam um serviço que permitiu a disseminação de cultura e informação a um país de dimensões continentais, promovendo uma verdadeira integração nacional.

Esta integração, no Rio Grande do Sul, pode ser exaltada pelo trabalho social que o rádio e a televisão vêm desempenhando ano após ano. A Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão destaca e valoriza as ações mais relevantes de cada região do Estado no Relatório Social da Agert. Somente no último ano, mais de R\$ 74 milhões foram cedidos por cerca de 300 emissoras em espaços publicitários para entidades assistenciais e campanhas de utilidade pública, sem nenhum fim lucrativo para as emissoras.

Campanhas de vacinação, avisos urgentes de doação de sangue, mensagens emergenciais de socorro em acidentes, representam o papel mais relevante do rádio a serviço do povo, por livre iniciativa das emissoras, sem a exigência de nenhuma autoridade ou lei. Muito mais do que valores referentes aos espaços cedidos, este trabalho dos veículos de comunicação mostra o verdadeiro papel comunitário do setor, que promove a cidadania, atende aos necessitados e até salva vidas.

Segundo a proposta de projeto de lei que visa criar o Conselho Estadual de Comunicação, é competência deste a proposição e acompanhamento de ações e políticas de comunicação social, que muito preocupa quando estes veículos de comunicação não são apenas aqueles sob o comando do Poder Executivo estadual. Mas, sim, órgãos de imprensa livres e independentes, que conquistaram confiança e credibilidade em cada leitor, telespectador e ouvinte através de anos e décadas de serviços prestados com qualidade e competência. Aliás, características estas que são as mais corretas para definir o sucesso de um veículo de comunicação, mas essencialmente pelo seu público-alvo e não por instituições externas de controle.

Hoje, existem mais de 400 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional relativos ao setor de radiodifusão. Foram devidamente habilitado para tratar de assuntos relativos a outorgas federais como é o caso. Proposição de sugestões de forma de atuação e uso dos recursos tecnológicos destes meios, com o processo de digitalização, por exemplo, deveriam ser (e já são) tratados em âmbito federal. Onde, inclusive, já se definiu, através dos Planos Nacionais de Outorga do Ministério das Comunicações, que todo município brasileiro possui pelo menos uma emissora de rádio local. Sem a necessidade de ressaltar o grande número de veículos de comunicação impressa e online existentes em nosso Estado, que independem de concessão governamental e que cumprem seu papel. Esta é a verdadeira democracia na comunicação.

A opinião pública livre do povo gaúcho se forma através de educação e da disseminação de informação através da saudável concorrência de veículos de comunicação livres e independentes. Onde cada emissora faz o seu melhor, na conquista do reconhecimento da população.

*Presidente da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert)

Os artigos enviados devem ter até 2.400 caracteres, ou 40 linhas de 60 espaços, e poderão ser divulgados também na edição online de ZH. E-mail: artigos@zerohora.com.br Blog: zerohora.com/opiniaozh Twitter: @opiniaozh

IOTTI



iotti@zerohora.com.br

BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@grupoob.com.br



Colaborou Léo Sabatini Junior

Bondade tem limite

O governo Dilma não vai e nem pode atender a todas as reivindicações do funcionalismo público. A greve dos servidores até ameaça paralisar setores importantes da economia, mas não há espaço no orçamento para um pacote de bondades. O dispêndio com a folha de pagamento é o segundo maior gasto da União, atrás apenas da Previdência. Algumas categorias são muito bem remuneradas dentro da realidade dos salários praticados no mercado. A febre dos concursos é a prova de que trabalhar para o governo não é um negócio tão ruim assim. Portanto, Dilma tem razão quando escolhe determinadas áreas – algumas de fato defasadas – para o início das negociações, como foi com o setor da educação. Enquanto o Ministério do Planejamento tenta acalmar os ânimos, dizendo que faz as contas para saber que tipo de reajuste será possível, no Planalto a ordem é endurecer até com o corte de ponto. Ministros afinam o discurso: com crise econômica internacional não se brinca.

Turismo

Nada de campanha eleitoral na semana que vem. Deputados da bancada gaúcha aproveitam a semana de folga do Congresso prevista no esforço concentrado para viagens ao Exterior. A convite da CBF, o presidente da Casa, Marco Maia (PT), vai para Estocolmo forçar no amistoso Brasil x Suécia. Já o deputado Paulo Pimenta vai para a Estônia, em missão oficial, compartilhar experiências de participação popular e transparência na administração pública.



Timoneiro

Um dos votos mais aguardados pelos advogados de defesa que acompanham cada lance do plenário do STF é o do ministro Celso de Mello (foto). Advogados que estiverem conversando previamente se espantaram com a memória do ministro, que parece conhecer o processo de cor. O decano já tem o voto escrito e detalhado por réu e crime, mas não descarta alterações.



PARA CONFERIR ali adiante

Partidão

A fusão do PSD com o PSB de Eduardo Campos é considerada praticamente certa, assim que terminarem as eleições municipais. Uma das principais lideranças do partido de Gilberto Kassab, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, tem mantido contato direto com Campos. Não é segredo que o jovem socialista alimenta o sonho de concorrer à presidência da República já em 2014.

Inspiração

Quem participa da visita guiada ao Palácio do Planalto tem direito a uma rápida olhada no gabinete da presidente Dilma Rousseff. Mesmo de longe, o que não passa despercebido é a foto do neto Gabriel, trajando bem feio uma camiseta do Inter, ao lado da mesa de trabalho de Dilma.

Para debater comunicação

Proposta de conselho estadual para as questões do setor entra em apreciação popular

Lotícia Schimetsck

Pelotas. Um incentivo à informação de qualidade. Com a participação da sociedade, a proposta de criação de um Conselho Estadual de Comunicação Social (Cecs), vai ao encontro das diretrizes propostas na I Conferência Nacional na promoção de políticas públicas de comunicação. É um espaço destinado à reflexão sobre a comunicação como um instrumento estratégico de desenvolvimento do Estado. Iniciou ontem e prossegue até o dia 10 de setembro a consulta pública sobre a proposta que visa recolher contribuições sobre o texto do projeto de lei e também as sugestões de empresas, entidades e instituições da sociedade civil que deverão compor o conselho.

A ideia do Conselho começou a ser discutida e aprovada pelo pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado (Cdes-RS) que recomendou a elaboração de um projeto de lei em uma Carta de Concertação. O projeto foi estruturado por um grupo de trabalho instituído pela Câmara Temática da Cultura e Comunicação do Cdes. A sugestão foi entregue ao governador Tarso Genro no dia 9 de julho. Em entrevista com blogueiros, o governador argumentou que o Conselho não tem a ver com censura, mas com transparência. Servirá como um órgão para auxiliar as políticas de comunicação. O resultado da consulta popular vai ser apresentado em seminário no mês de outubro. Depois, o projeto de



População pode ver detalhes na web

lei deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, onde será debatido por deputados estaduais e, após aprovação na Assembleia, o projeto passará pela sanção do governador.

Qual a função do Conselho Estadual de Comunicação?

De instância pública e independente, o Cecs funcionará como um órgão de consulta, assessoramento e aconselhamento do Poder Executivo. A partir daí, será possível estimular e avaliar as disposições relacionadas à comunicação, constantes e ainda presentes na Constituição. O que se quer é desenvolver a produção de políticas públicas e de democratização do acesso à comunicação no Estado. O Conselho será formado por 25 membros, sendo cinco deles indicados pelo Poder Público e dois apontados pelo próprio Conselho após a posse. As

outras 17 vagas serão preenchidas pela sociedade civil organizada. Todo o mecanismo de participação será feito através do site do Gabinete Digital <http://gabinetedigital.rs.gov.br/conselho-comunicacao>. Primeiramente, para contribuir com o projeto de lei do Cecs é necessário realizar um cadastro no site. Cada cidadão poderá propor um representante de entidade de classe dos profissionais da comunicação social, empresa de comunicação e instituição representativa do setor; instituição da sociedade civil e movimentos sociais; entidade ligada à comunicação comunitária; e representante de instituição de ensino e pesquisa da área da comunicação social no Rio Grande do Sul.

Palavra de jornalista

Para o jornalista e diretor do Centro de Educação e Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Jairo Sanguinê Júnior, a criação deste espaço junto à sociedade é interessante. Segundo ele, a sociedade brasileira não possui nenhum mecanismo em relação aos veículos de comunicação, o que interfere na discussão do tipo de informação e relação que eles querem ter com a mídia. "A mídia se coloca em um pedestal onde enxerga toda a sociedade, mas não permite que o inverso aconteça. Por mais que combatam e resistam para a criação do Conselho, não é censura. É apenas o direito de cada cidadão", diz. Mas, para que isso aconteça, o Cecs terá de contar, efetivamente, com a participação da comunidade e não acontecer somente no âmbito do governo.

Educação

Adufpel faz solicitação ao MEC

Pelotas. A Associação das Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel), por meio de seu representante, Sérgio Cassal, esteve na

sede do Ministério da Educação (MEC) e protocolou um documento pedindo que seja instalada uma auditoria na universidade. Nos próximos dias a mesma ação deve ser repetida no Ministério Público Estadual (MPPE-RS), com solicitação referente às fundações de Apoio Universitário (FAU), Delfin Mendes da Silveira e Simon Bolívar.

Em Brasília, o presidente da Adufpel diz ter recebido a informação de que o MEC já agenciou um

processo de auditoria junto à Controladoria Geral da União (CGU). Ele ainda dirige um ofício ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reiterando a necessidade de uma vitória na instituição.

Com relação às três fundações ligadas à UFPel, a demanda por auditoria não pode ser realizada no Distrito Federal. Mas a associação afirma que vai levar o caso adiante e entrar com o requerimento no MPPE-RS.

Posse

Situação irregular impede melhorias

Pelotas. Segundo o mapa do município, a rua Monsenhor Queiroz, entre Bom Jesus e Dunas, só possui uma quadra. Teoricamente, quem segue por essa rua a partir da rua José Joaquim Afonso Alves deve obrigatoriamente dobrar à esquerda ou à direita pela rua Jornalista Guerreiro Vitória. Mas é possível seguir até a rua Carlos de Abreu. Há casas por todo o percurso, nos dois lados da via. O que falta, na verdade, são condições de habitação. Como a área é uma ocupação ilegal, não há rede elétrica, hidráulica ou esgoto.

A Secretaria de Habitação (SMH) informa que existem na cidade cerca de 30 áreas de ocupação irregular. Segundo o funcionário do órgão, Jorge Alves, para verificar a possibilidade de legalização dos terrenos é preciso procurar a Secretaria. Como a maioria das pessoas nessa situação não o faz, a SMH não pos-

sui um estudo socioeconômico das famílias ou um levantamento de quantas pessoas são atingidas pelo problema.

A moradora da rua que segue a Monsenhor Queiroz, Maria da Graça Leite da Fonseca, mudou-se com a família para a área que não existe oficialmente há mais de um ano e desde então luta para conseguir água e luz próprias. Seu marido, João José da Fonseca, reclama da demora por parte da prefeitura em regularizar a situação. "Há pessoas que vivem aqui há mais de dez anos. Estamos aguardando, há cerca de um mês, a medição dos terrenos para que a companhia de energia elétrica (CEEP) possa colocar os postes de luz", diz o morador. Mesmo com a demora, ele acredita que a Secretaria de Habitação está trabalhando na regularização. Além da falta de luz, a água que sai dos canos da residência vem de uma casa de outra rua, através de uma mangueira.

A SMH informa que não há pedido formal dos moradores para a regularização da área. Jorge Alves confirma que os moradores procuraram a pasta, mas o pedido seria referente apenas à energia elétrica. A orientação é de que famílias nesta situação se unam para solicitar formalmente, através de um advogado, o pedido de usucapião coletivo. (Vinícius Walzer)



Casas localizadas entre Bom Jesus e Dunas não foram regularizadas

Saúde

Pelotas recebe o último lote de vacinas

Pelotas. Chegaram ontem à tarde na cidade mais três mil vacinas contra a gripe. O lote completou as nove mil doses destinadas ao município, enviadas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPA). Das 23 mil doses recebidas pela 3ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) no fim de julho, Pelotas e São Lourenço do Sul receberam o maior número devido aos casos confirmados nas cidades.

Por uma questão logística, a vacina chegou ao município de forma fracionada. As primeiras 3.240 foram recebidas em 1º de agosto. Mais 3.240 chegaram a Pelotas no dia 3 de agosto. As mais de seis mil doses já foram distribuídas e estão sendo aplicadas no Centro de Especialidades e nas Unidades Básicas de

Saúde (UBSs) do Navegantes, do Dunas, do Bom Jesus, do Fraget, do Lindoia, da Virgílio Costa, do Barro Duro, do PAM Fragata e todos os postos da colônia.

Desde o início da campanha o Centro de Especialidades recebeu ao todo nove mil vacinas. Das 6.480 doses que chegaram a Pelotas desde o início de agosto, por volta de quatro mil foram destinadas à sala de vacinação devido à sua localização. Ainda assim, a gerente do Centro de Especialidades, Mary Jane dos Anjos, diz que mesmo com a grande procura a sala de vacinação não tem registrado filas. Mary acredita o momento tranquilo é consequência da população que não procura pela imunização sem fazer parte dos grupos a que ela está sendo destinada e à distribuição realizada em outras unidades de saúde da cidade.

Até ontem mais de três mil doses haviam sido aplicadas. Gestantes e crianças de dois a quatro anos incompletos foram as que mais procuraram pela imunização. (Fernanda Franco)

NOVENA DA SANTÍSSIMA VIRGEM MARIA

Reze nove Ave-Marias durante nove dias fazendo três pedidos (dois difíceis e um impossível). Mande publicar esta novena no nono dia. Mesmo sem fé, verá o que acontece.

M.G.P.D.

ORAÇÃO AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo, Vós que esclareceis tudo, que iluminais todos os caminhos para que eu atinja meu ideal.

Vós que me dais o dom divino de perdoar e esquecer o mal que me fazem e que todos os instantes da minha vida estais comigo, eu quero neste curto diálogo agradecer por tudo e confirmar, mais uma vez, que eu nunca quero me separar de Vós por mais que seja a ilusão material não será o mínimo do vontade que sinto de um dia estar convosco e todos os meus irmãos na glória perpétua.

Obrigado mais uma vez.

A pessoa deverá fazer esta oração 3 dias seguidos, sem dizer o pedido. Dentro de 3 dias será alcançada a graça por mais difícil que seja. Publicar assim que receber a graça.

M.G.P.D.

Governo estende a 18 setores proposta de reajuste de 15,8%

(ADr) - O governo federal propôs na sexta-feira reajuste de 15,8%, a ser pago até 2015, a 18 setores do serviço público federal, enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e nas carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho (PST).

A informação é da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condesf), que representou os servidores em reunião com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. A proposta foi considerada insatisfatória, mas os líderes sindicais arcaíram debater ajustes na oferta. Uma nova rodada de negociações foi agendada para este sábado.

A proposta feita à Condesf é idêntica às já apresentadas aos técnicos

administrativos das universidades federais e aos peritos e delegados da Polícia Federal (PF). Segundo o secretário-geral da entidade, Joazeilton Costa, a oferta não atende à pauta de reivindicações dos 18 setores, que reúnem 500 mil trabalhadores do serviço público federal.

Os servidores pleiteavam equiparação com as carreiras contempladas pela Lei 12.277 - que trata dos rendimentos de engenheiros, arquitetos, economistas e geólogos dentro do funcionalismo. De acordo com Costa, a justificativa do governo para não conceder a equalização são as restrições orçamentárias no momento de crise econômica.

Costa diz que, apesar da insatisfação com o percentual, foi alcançado um consenso no sentido de



Extensão da proposta visa a acabar com os movimentos grevistas no funcionalismo federal

incorporar o reajuste aos vencimentos básicos das carreiras, e não às grati-

ficações. Os sindicalistas também querem uma proposta que contemple

separadamente servidores de nível superior, técnicos administrativos

e auxiliares em lugar de um aumento linear, como foi proposto. "Essa reunião pode menos apontar um caminho. A nossa área técnica vai se reunir com os técnicos deles (do Ministério do Planejamento) para buscar uma proposta que fortaleça o vencimento básico. Vamos buscar o menos pior para os trabalhadores."

As categorias representadas na reunião de sexta-feira estão em greve desde o dia 18 de junho. Segundo Costa, elas detêm os salários mais baixos do funcionalismo público. "Quando essa lei (12.277) aumentou os salários de engenheiros, arquitetos e geólogos de R\$ 5,9 mil para R\$ 10,2 mil criou um fosso de 78% com relação às demais carreiras. Estamos negociando a equiparação desde 2010", informou.

Governo do RS envia projeto que cria Conselho de Comunicação

(Folhapress) - O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), vai encaminhar à Assembleia Legislativa projeto para criar o Conselho Estadual de Comunicação. A proposta já está pronta, mas ainda pode ser modificada por meio de uma consulta pública que o governo promove até o próximo mês em seu site.

A ideia provoca críticas de entidades como a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e TV (formada por empresas que exploram concessões públicas de rádio e TV), que alega ver no texto brechas para um controle sobre o conteúdo veiculado na mídia. Também questiona a atuação do Estado em um assunto que deveria ser tratado pelo Congresso.

O projeto começou a ser discutido no ano passado no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que assessora o governador. O Estado diz que não há nenhuma intenção de fiscalizar ou tutelar a imprensa e que o novo espaço servirá para discutir políticas de comunicação pública. Uma das funções, diz o governo, será definir linhas editoriais da mídia estatal.

O projeto prevê uma formação com 25 membros, sendo três indicados pelo governo, um pelo Judiciário e outro do Legislativo. Os demais seriam escolhidos pela sociedade civil, incluindo representantes de movimentos sociais. Nenhum seria remunerado. Tarso já falou em dar ao projeto

regime de urgência.

A Associação Riograndense de Imprensa ainda não definiu sua posição sobre o assunto, mas há forte oposição entre seus integrantes. O presidente da associação, Ercy Torma, diz que "é difícil" um órgão do tipo ter uma atuação localizada apenas na mídia estatal. "E que governo vai admitir interferências em seus projetos de comunicação?", questiona.

O secretário do Conselho de Desenvolvimento Gaúcho, Marcelo Dunériz, diz que o novo órgão terá o máximo de autonomia em relação ao governo. "Não é um conselho de imprensa, não é um órgão julgador", afirma. Na Bahia, o governo de Jaques Wagner (PT) criou seu conselho em 2011.

Mais professores universitários começam a voltar ao trabalho

(ABr) - Os professores das Universidade de Brasília (UnB) decidiram na sexta-feira, em assembleia, encerrar a greve da categoria que teve início em maio. De acordo com a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), as aulas serão retomadas na segunda-feira (20). O placar da assembleia foi 130 votos a favor do fim da paralisação e 115 contra.

Um dia antes, parte dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também decidiu pelo fim da greve. Também já decidiram retomar as atividades os docentes das Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Federal

de Educação Profissional e Tecnológica do Paraná (IFPR). No campus de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), os docentes também decidiram pelo fim da greve.

A última proposta apresentada pelo governo prevê reajuste que variam entre 25% e 40% para todos os docentes, aplicados de forma parcelada até 2015. A Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifesp), uma das entidades que representam os docentes das universidades federais, aceitou o acordo com o governo.

Entretanto, a maior delas, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Super-

rior (Andes-SN), entregou carta na quinta-feira à presidente Dilma Rousseff pedindo a reabertura das negociações. De acordo com o sindicato, o reajuste proposto atinge a categoria de forma desigual, causando distorções na carreira.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) reafirmou que as negociações com os sindicatos dos docentes estão encerradas e que não há hipótese de rever o critério da titulação na progressão. "As tabelas apresentadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deixam claro que o governo federal buscou, principalmente, valorizar a titulação e a dedicação exclusiva", diz o MEC.

Vice-prefeita de SP usa falecido para campanha de Serra

(Folhapress) - O candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Serra, participou na manhã de sexta-feira de evento patrocinado por familiares e amigos do ex-governador Orestes Quercia (PMDB), morto em 2010. Na cerimônia, a vice-prefeita, Alda Marou Antonio (PSD), que falou na condição de "antiga da família", disse que "se Quercia estivesse vivo,

e ele estaria no planalto de José Serra".

O PMDB, partido que Quercia comandou por anos em São Paulo, tem um candidato na disputa paulistana, o deputado Gabriel Chalita. O candidato foi ao evento, mas, informado do convite a Serra, deixou o local antes de encontrar o adversário.

Serra chegou ao ato, a inauguração de um busto de Quercia no Centro Em-

presarial na zona sul, acompanhado do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e sua mulher, Lu Alckmin. No local, dominado por simpatizantes de Quercia, foi saudado e citado nos discursos. Alguns integrantes da campanha de Chalita acompanharam o evento até o fim. Jojão Ható, coordenador da coligação de Chalita, disse ter achado "infeliz" a frase da

vice-prefeita.

Em 2010, então candidato ao Senado, Quercia rachou com a direção nacional de seu partido para apoiar José Serra, então candidato à Presidência. Ele ficou contra Michel Temer, dirigente do PMDB e hoje vice-presidente da República, que fazia chapa com a então candidata Dilma Rousseff.

Política

► **Transparência**

Governo aprimora sistema de acesso à informação

Lista com nomes, cargos e salários permanece sem divulgação

Maurício Macedo
politica@jornaldocomercio.com.br

Tentando dar maior transparência aos dados do Poder Executivo, como determina a Lei de Acesso à Informação (12.527/11), o governo do Estado chamou a imprensa ao Palácio Piratini, na quinta-feira, para conhecer as novidades do portal disponível na internet (www.informacao.rs.gov.br). Entretanto, a lista de nomes, cargos e salários dos servidores permanece sem divulgação, ao contrário do que fez a União, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a prefeitura de Porto Alegre, entre outros.

"A decisão é individual de cada ente. Fizemos a opção de não fazer, já que a Lei de Acesso à Informação não obriga. Além disso, temos uma lei estadual que proíbe a divulgação", afirma o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana. "Este assunto ainda não está pacificado juridicamente."

Com relação aos incentivos fiscais destinados ao setor privado, também não há nenhuma mudança. "Existe uma discussão interna, na Secretaria da Fazenda, a respeito do sigilo. Então, por enquanto, os dados não serão divulgados", explica Juliana Foermeigs, subchefe de Ética, Controle Públi-



Executivo expôs alterações para melhorar adequação à legislação

co e Transparência da Casa Civil. As novas ferramentas criadas pela Casa Civil buscam facilitar a tabulação dos dados públicos do Executivo gaúcho, conforme estabelece a norma em vigor há três meses. A partir de agora, a página eletrônica passa a contar com dados em formato aberto. Antes, os arquivos com informações estavam disponíveis em PDF. "Será possível elaborar planilhas comparativas, por exemplo", ressalta.

Juliana reconhece que algumas informações ainda não estão disponíveis em razão de dificuldades técnicas. Para padronizar os processos internos, foi criada

uma rede com 130 gestores de 80 órgãos do Executivo. "Com isso, o tempo médio de resposta ao cidadão caiu de 24 para 18 dias."

Entre as novidades estão uma ferramenta para acompanhamento das demandas e uma área exclusiva para os projetos estratégicos do governo, com ficha técnica e fotos do andamento das obras. A liberação de dados sobre contratos e licitações do Executivo será priorizada. Desde que a Lei de Acesso à Informação começou a vigorar, em 16 de maio, foram mais de 100 mil visitas. A maioria dos acessos é sobre funcionalismo e áreas como segurança e saúde.

► **Governo do Estado**

Conselho Estadual de Comunicação recebeu sugestões e críticas online

O governo estadual encerrou, nesta quinta-feira, à meia noite, o prazo para a população fazer sugestões ao projeto de lei que criará o Conselho Estadual de Comunicação Social. Até o início da tarde desta quinta-feira, entidades e cidadãos haviam feito mais de 70 indicações à proposição através do portal do Executivo (<http://gabinetedigital.rs.gov.br>). Além de indicações de entidades para compor o órgão, muitos se manifestaram para indicar alterações ao projeto. Outros fizeram críticas à proposição, afirmando que o conselho não deveria ser subordinado ao governo.

A principal reivindicação é de mais espaço para representantes de instituições da sociedade civil, de movimentos sociais e dos veículos de comunicação. As contribuições serão discutidas durante seminário em outubro, quando o Executivo irá divulgar quais pontos foram incorporados ao texto. Após essa etapa, a redação final será apresentada na Assembleia Legislativa.

A estrutura idealizada pelo Executivo tem como base o Conselho Nacional de Comunicação, criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O projeto foi elaborado após diversas discussões no Conselho, que chegou a criar uma câmara temática para debater a fundo o tema.

O objetivo do Executivo estadual é que o conselho seja um órgão consultivo independente, sem caráter impositivo ou censor. Ele terá a meta de produzir políticas de democratização do acesso à comunicação no Estado e de transparência no uso dos recursos públicos destinados à publicidade no setor.

O conselho também deverá incentivar estudos e pesquisas na área e propor diretrizes para apoiar veículos de comunicação comunitária, e, ainda, estabelecer conexão entre instituições públicas e privadas e os movimentos sociais. No projeto de lei que cria o conselho, também está prevista a realização de Conferência Estadual de Comunicação Social, que será realizada com o apoio do Executivo a cada biênio.

O conselho será composto por 25 membros, sendo cinco representantes do poder público; cinco de entidades de classe dos profissionais da comunicação social; cinco de empresas de comunicação e instituições representativas do setor; quatro de instituições da sociedade civil e movimentos sociais; dois de entidades ligadas à comunicação comunitária; dois de instituições de ensino e pesquisa da área da comunicação social no Rio Grande do Sul; e dois indicados pelo pleno do Conselho Estadual de Comunicação.

► **Eleições**

Tribunal Regional Eleitoral divulga lista de mesários

Está disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado - www.tre-rs.gov.br - a relação dos mesários que trabalharão nas eleições de 2012. A consulta é feita por cidade. No primeiro turno, cerca

de 100 mil cidadãos atuarão nas mesas de votação do Rio Grande do Sul. Nas cidades em que ocorrer segundo turno, os mesmos mesários estão automaticamente convocados.

Agenda dos candidatos à prefeitura de Porto Alegre

SEXTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO

ADÃO VILLAVEVERE

Frente Popular - Governo de Verdade (PT/PR/PTC/PV/PP/L/PRB/PTB/PTdoB)

13h - Hip Hop na Esquina Democrática

15h - Debate na Amrigs

18h - Caminhada na avenida João Pessoa

20h - Encontro do Núcleo Fazendário do PT

ÉRICO CORRÊA

(PSU)

15hmin - Debate na Amrigs

JOCELIN AZAMBUJA

Renova Porto Alegre

(PSL/PSDC)

15h - D debate na Amrigs

19h - Grava programa eleitoral

JOSEFORTUNATI

Por Amor a Porto Alegre

(PDT/PMDB/PTB/PP/PPS/PRB/D/EM/PTN/PMN)

15h - Debate na Amrigs

21h - Festa com o ministro da Agricultura no Clube Caixeiros Viajantes

MANUELA D'ÁVILA

Juntos por Porto Alegre

(PCdoB, PSB, PSC, PSD e PHS)

15h - Debate na Amrigs

ROBERTO ROBAINA

Aliança de Esquerda

(P-Sol/PPCB)

12h30min - Caminhada na Rua dos Andradas

15h - Debate na Amrigs

18h15min - Caminhada na Rua Dr. Flores

19h30min - Atividade no bairro Santa Rosa com candidato a vereador pelo P-Sol

WAMBERT DI LORENZO

Porto Alegre para Todos

(PSDB/PRP)

15h - Debate na Amrigs

18h - Reunião interna

Brunch do Varejo

Participe!

O varejo sexy

com Beth Furtado

18 de setembro • 12h

Teatro do Bourbon Country

Ingressos:
R\$ 25,00 mezanino
R\$ 65,00 plateia e brunch

Inscrições: (51) 3017.8138 | www.cdtpoa.com.br
Acompanhe tudo sobre o Brunch no Twitter: #brunchdovarejo e @cdtpoa

Patrocinadores: